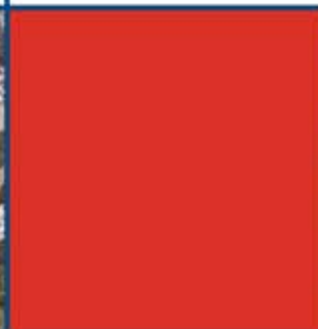


4

Diagnóstico da
Outorga de Direito
de Uso de Recursos
Hídricos

Fiscalização dos
Usos de Recursos
Hídricos no

BRASIL



Diagnóstico da Outorga de Direito
de Uso de Recursos Hídricos no

BRASIL

Fiscalização dos Usos de
Recursos Hídricos no

BRASIL

CADERNOS DE RECURSOS HÍDRICOS 4

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Marina Silva

Ministra

Agência Nacional de Águas – ANA

Diretoria Colegiada

José Machado – *Diretor-Presidente*

Benedito Braga

Oscar Cordeiro Netto

Bruno Pagnoccheschi

Dalvino Troccoli Franca

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos

João Gilberto Lotufo Conejo

Superintendência de Outorga e Fiscalização

Francisco Lopes Viana

Superintendência de Fiscalização (até Março-2006)

Gisela Damm Forattini

**Agência Nacional de Águas
Ministério do Meio Ambiente**

CADERNOS DE RECURSOS HÍDRICOS 4

Diagnóstico da Outorga de Direito
de Uso de Recursos Hídricos no

BRASIL

Fiscalização dos Usos de
Recursos Hídricos no

BRASIL

EQUIPE TÉCNICA

João Gilberto Lotufo Conejo – Supervisão Geral
Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos

Francisco Lopes Viana
Coordenação Geral
Superintendente de Outorga e Fiscalização

Gisela Damm Forattini
Coordenação Geral
Superintendente de Fiscalização (até Março 2006)

Leonardo Mitre Alvim de Castro
Coordenação Executiva

Ana Lucia Lima Barros Dolabella
Coordenação Executiva

Alan Vaz Lopes
André Raymundo Pante
Fabiana Vieira Lima de Carvalho
Luciano Meneses Cardoso da Silva

Gustavo Sena Corrêa

Superintendência de Outorga e Fiscalização
Brasília-DF
Maio-2007

© 2007 Todos os direitos reservados pela Agência Nacional de Águas (ANA). Os textos contidos nesta publicação, desde que não usados para fins comerciais, poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos. As imagens não podem ser reproduzidas, transmitidas ou utilizadas sem expressa autorização dos detentores dos respectivos direitos autorais.

Agência Nacional de Águas (ANA)

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos B, L e M

CEP 70610-200, Brasília-DF

PABX: 2109-5400

Endereço eletrônico: <http://www.ana.gov.br>

Equipe editorial:

Diagnóstico da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos no Brasil

Supervisão editorial: Leonardo Mitre Alvim de Castro

Elaboração dos originais: Superintendência de Outorga e Fiscalização

Revisão dos originais: Superintendência de Outorga e Fiscalização

Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos no Brasil

Supervisão editorial: Gustavo Sena Corrêa

Elaboração dos originais: Superintendência de Outorga e Fiscalização

Revisão dos originais: Superintendência de Outorga e Fiscalização

Produção:

TDA – Desenho & Arte LTDA. – www.tdabrasil.com.br

Projeto gráfico, editoração e arte-final: João Campello

Capa: Marcos Rebouças e João Campello

Editoração eletrônica dos originais: Paulo Albuquerque

Mapas temáticos: Thiago Rodrigues

Fotos: Acervo ANA, Acervo TDA, Nelson Neto de Freitas, Viviane dos Santos Brandão, Ana Carolina Pinto Coelho e Anna Paola Michelano Bubel

Revisão: Roberta Gomes

Catálogo na fonte – CDOC – Biblioteca

D536d Diagnóstico da outorga de direito de uso de recursos hídricos no Brasil, e, Fiscalização dos usos de recursos hídricos no Brasil. / supervisão geral, João Gilberto Lotufo Conejo ; coordenação geral, Francisco Lopes Viana, Gisela Damm Forattini. Brasília : ANA, 2007.
166 p. : il. (Caderno de Recursos Hídricos, 4)

ISBN: 978-85-89629-28-7

1. Recursos Hídricos. 2. Outorga. 3. Fiscalização. I. Agência Nacional de Águas (Brasil). II. Superintendência de Outorga e Fiscalização. III. Viana, Francisco Lopes. IV. Forattini, Gisela Damm. V. Conejo, João Gilberto Lotufo. VI. Título. VII. Título: Fiscalização dos usos de recursos hídricos no Brasil. VIII. Série.

CDU 556.01 (81)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
DIAGNÓSTICO DA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	11
APRESENTAÇÃO	15
1 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO FEDERAL REFERENTE À OUTORGA	17
1.1 A Outorga e os Outros Instrumentos da Política de Recursos Hídricos	20
1.2 Integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Outorga	21
1.3 Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	23
1.4 Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente	
2 AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE OUTORGA NO PAÍS	29
2.1 Diagnóstico dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos	29
2.2. Análise das Outorgas Emitidas no País	35
2.3 Estimativa de Usos das Águas Outorgáveis no País	39
3 INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE OUTORGA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	47
4 PROPOSTAS DE DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DO INSTRUMENTO OUTORGA	51
4.1 Campanhas de Regularização de Usos de Recursos Hídricos Existentes	52
4.2 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH	54
4.3 Estabelecimento de Marcos Regulatórios	55
4.4 Regularização de usos para a outorga em setores estratégicos	58
4.5 Outorga em Águas Subterrâneas	67
4.6 Outorga em Zona Costeira	68
4.7 Outorga em Rios Transfronteiriços	70
4.8 Fortalecimento Institucional para Implementação da Outorga	73

4.9 Proposição de um Sistema Unificado de Informações	74
4.10 Resumo das Recomendações e Propostas	74
ANEXO A - FORMULÁRIOS COM AS INFORMAÇÕES SOBRE OUTORGA DE CADA ESTADO	77
ANEXO B - INFORMAÇÕES DOS ESTADOS QUE NÃO EMITEM OUTORGA	137
FISCALIZAÇÃO DOS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	143
APRESENTAÇÃO	147
1 INTRODUÇÃO	149
2 OBJETIVO	151
3 JUSTIFICATIVA	153
3.1 Infrações	154
3.2 Penalidades	156
3.3 Instrumentos da Fiscalização	157
4 DIAGNÓSTICO DA FISCALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO INTEGRADA	159
5 DIRETRIZES PARA A AÇÃO FISCALIZADORA	163
5.1 Das Premissas Básicas	164
5.2 Das Diretrizes Gerais	165





PREFÁCIO

O Brasil destaca-se no cenário internacional dos recursos hídricos por suas ações pioneiras, modernas e concretas na gestão das águas.

Com a inclusão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Constituição de 1988, a aprovação da Lei nº 9.433 em 1997, estabelecendo a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) em 2000, a água é, definitivamente, incorporada à agenda política brasileira. O sistema hídrico nacional, construído para ser descentralizado, integrado e, principalmente, participativo, permite garantir a sustentabilidade do recurso água para as gerações futuras.

Os desafios oriundos de um cenário de demandas crescentes e de preocupante degradação ambiental são grandes e devem ser enfrentados, mas temos plena consciência de que a implantação do gerenciamento de recursos hídricos deve ser vista como um processo político gradual, progressivo, com sucessivas etapas de aperfeiçoamento, respeitando-se as peculiaridades de cada bacia ou região brasileiras. Nesse contexto, o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, recém editado, é um dos instrumentos previstos na lei para subsidiar o funcionamento e a implementação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

A ANA, em cumprimento de suas atribuições legais, vem participando ativamente da elaboração do PNRH, desde meados do ano de 2002, na confecção do “Documento Base de Referência - DBR”, aprovado pela Câmara Técnica do PNRH, em 30 de novembro de 2003. Mais recentemente, a contribuição da Agência, na construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, ocorreu, principalmente, por meio da elaboração de documentos técnicos

temáticos produzidos pelas superintendências da ANA, sob supervisão geral da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR.

Tendo em vista a relevância dos temas e produtos gerados nesse processo, a ANA decidiu incluir alguns temas para publicação na série “Cadernos de Recursos Hídricos”, que tem por objetivo principal a divulgação da produção técnica da instituição.

Além da questão relativa à qualidade da água, tema objeto do Volume 1 da série Cadernos de Recursos Hídricos, os demais temas inseridos dizem respeito à questão quantitativa da água, os principais usos e à aplicação dos instrumentos de gestão da água, previstos na Lei nº 9.433/97.

É o caso deste Volume 4 que apresenta, na Parte 1, o tema DIAGNÓSTICO DA OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL e na Parte 2, o tema FISCALIZAÇÃO DOS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL. Este volume foi desenvolvido por técnicos da Superintendência de Outorga e Fiscalização, e aborda questões relativas aos dois instrumentos básicos de gestão dos Recursos Hídricos. O documento original desenvolvido para o PNRH em maio de 2005 sofreu atualizações necessárias para esta publicação.

As dificuldades encontradas na obtenção e catalogação das informações aqui contidas não impediu que se conseguisse uma adequada visão nacional sobre cada tema abordado.

Assim, com esta publicação, a ANA cumpre sua missão: ser a guardiã dos rios e estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão dos recursos hídricos.

Diretoria da ANA



Ponte sobre o rio Paraguai

Diagnóstico da Outorga de Direito
de Uso de Recursos Hídricos no
BRASIL

EQUIPE TÉCNICA

João Gilberto Lotufo Conejo
Supervisão Geral
Superintendente de Planejamento
de Recursos Hídricos

Francisco Lopes Viana
Coordenação Geral
Superintendente de Outorga e Fiscalização

Leonardo Mitre Alvim de Castro
Coordenação Executiva

Alan Vaz Lopes
André Raymundo Pante
Fabiana Vieira Lima de Carvalho
Luciano Meneses Cardoso da Silva

Superintendência de Outorga e Fiscalização

Brasília-DF
Maio 2007



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO FEDERAL REFERENTE À OUTORGA	17
1.1 A Outorga e os Outros Instrumentos da Política de Recursos Hídricos	20
1.2 Integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Outorga	21
1.3 Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos	23
1.4 Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente	
2 AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE OUTORGA NO PAÍS	29
2.1 Diagnóstico dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos	29
2.2. Análise das Outorgas Emitidas no País	35
2.3 Estimativa de Usos das Águas Outorgáveis no País	39
3 INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE OUTORGA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	47
4 PROPOSTAS DE DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DO INSTRUMENTO OUTORGA	51
4.1 Campanhas de Regularização de Usos de Recursos Hídricos Existentes	52
4.2 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH	54
4.3 Estabelecimento de Marcos Regulatórios	55
4.4 Regularização de usos para a outorga em setores estratégicos	58
4.5 Outorga em Águas Subterrâneas	67
4.6 Outorga em Zona Costeira	68
4.7 Outorga em Rios Transfronteiriços	70
4.8 Fortalecimento Institucional para Implementação da Outorga	73
4.9 Proposição de um Sistema Unificado de Informações	74
4.10 Resumo das Recomendações e Propostas	74
ANEXO A - FORMULÁRIOS COM AS INFORMAÇÕES SOBRE OUTORGA DE CADA ESTADO	77
ANEXO B - INFORMAÇÕES DOS ESTADOS QUE NÃO EMITEM OUTORGA	137



APRESENTAÇÃO

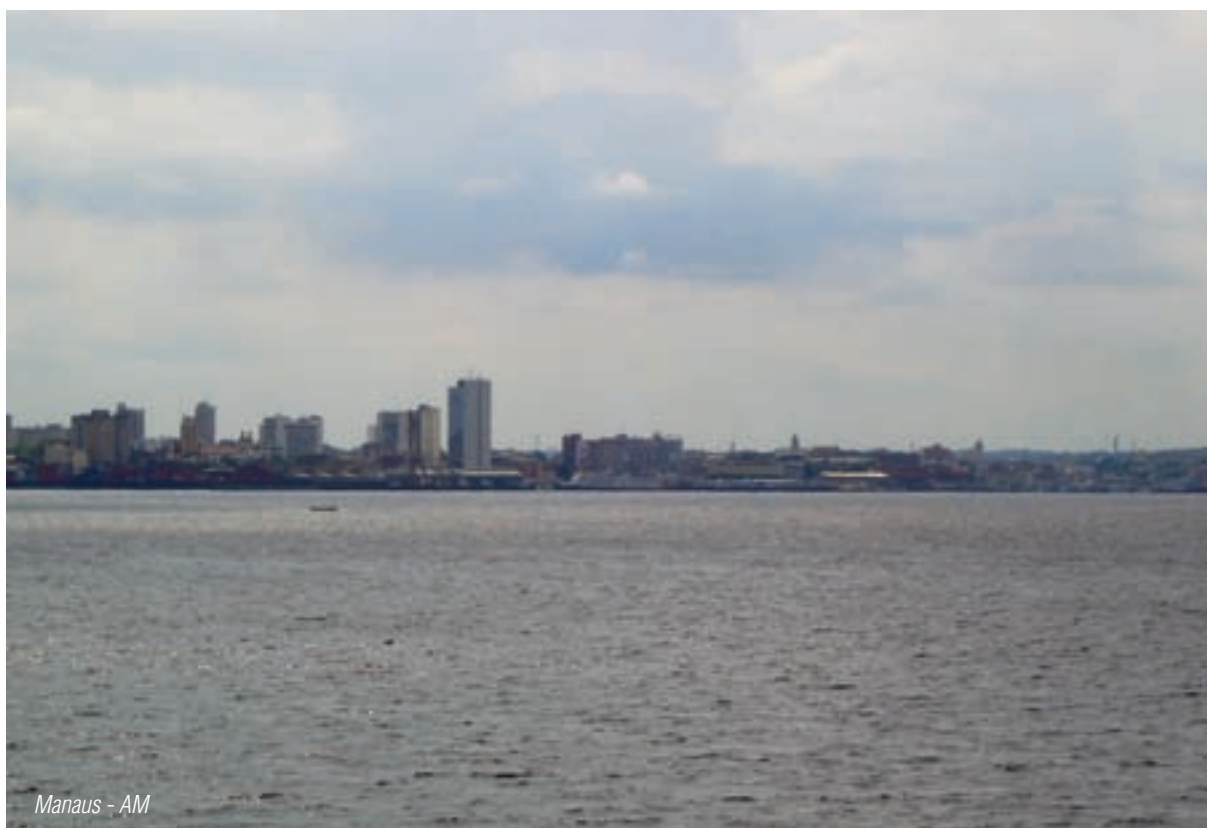
A Agência Nacional de Águas – ANA, dentre as atribuições conferidas por sua lei de criação, tem a responsabilidade de outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, além de supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação federal pertinente aos recursos hídricos.

Nesse contexto, compete à Superintendência de Outorga e Fiscalização examinar e emitir parecer técnico sobre os pedidos de outorga, bem como avaliar e propor ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal sobre o uso de recursos hídricos, notadamente quanto à outorga e, ainda, subsidiar as ações necessárias ao atendimento dos padrões de segurança hídrica das atividades, das obras e dos serviços por parte dos agentes usuários de recursos hídricos de domínio da União.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o diagnóstico e a avaliação da situação atual referente à aplicação do instrumento outorga no País e propor diretrizes no sentido do aperfeiçoamento de

seus procedimentos de forma a efetivamente cumprir seu importante papel de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

O Capítulo 1 apresenta uma análise da legislação federal referente à outorga, incluindo sua relação com os outros instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, com o Sistema Nacional de Gerenciamento e as resoluções CNRH e CONAMA que abordam o tema outorga. O Capítulo 2 apresenta uma avaliação dos sistemas de outorga no País, incluindo um diagnóstico de situação, algumas estatísticas das outorgas emitidas até dezembro de 2004, bem como estimativas de usos outorgáveis no País. A seguir, o Capítulo 3 apresenta a relação do instrumento outorga com o licenciamento ambiental e a situação atual em termos de articulação de procedimentos, além de diretrizes para a integração de procedimentos de análises e sistemas de informação. Finalmente, o Capítulo 4 apresenta as propostas de diretrizes para a implementação e o aperfeiçoamento do instrumento outorga.



Manaus - AM



1 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO FEDERAL REFERENTE À OUTORGA

O primeiro diploma que dispôs sobre águas no País foi o Código de Águas de 1934 (Decreto nº 24.643). Nesse texto, a dominialidade das águas foi estabelecida da seguinte forma: as *águas públicas de uso comum ou dominicais* eram aquelas que se referiam às correntes, aos canais, aos lagos e às lagoas navegáveis ou flutuáveis e às fontes e aos reservatórios públicos; as *águas comuns* eram aquelas correntes não navegáveis ou não flutuáveis, sendo divididas como pertencentes à União, aos Estados e aos municípios; as *águas particulares* tratavam-se das nascentes e de todas as águas situadas em terrenos particulares.

A Constituição Federal de 1988 estabelece dois domínios para os corpos de água: o da União e o dos Estados. Os corpos de água estabelecidos como de domínio da União são os rios ou lagos que banham mais de uma unidade federada, ou que sirvam de divisa entre essas unidades, ou de fronteira entre o território do Brasil e o de um País vizinho ou que dele provenham ou para ele se estendam. Aqueles de domínio dos Estados se referem às águas superficiais que nascem e deságuam no seu território, às águas subterrâneas e às águas fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, nestes casos, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

Em 8 de janeiro de 1997, foi promulgada a Lei Federal nº 9.433 que institui a Política Nacional de

Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal. Esse inciso determina, como competência da União, a instituição do SINGREH e a definição dos critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

A determinação das águas como sendo de domínio apenas público gerou a necessidade da utilização de uma forma de autorização do Estado para uso desses recursos hídricos por terceiros. Essa forma de autorização é apresentada na Lei Federal nº 9.433 por meio do instrumento de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

A outorga é o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Segundo a referida Lei, os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga são os seguintes:

I - Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;



III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

V - Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Da mesma forma são estabelecidos os usos de recursos hídricos que independem da outorga, a ser definido em regulamento, sendo eles:

I - O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

II - As derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

III - As acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

No caso das outorgas para usos de recursos hídricos com a finalidade de aproveitamentos hidrelétricos, estão subordinadas a este Plano Nacional de Recursos Hídricos, a ser aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e devem obedecer à legislação setorial específica.

O artigo 13 dessa Lei determina que todas as outorgas deverão estar condicionadas às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverão respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado, bem como a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso, e a preservação dos usos múltiplos.

O artigo 15 da mesma Lei trata da possibilidade da suspensão das outorgas, que pode ocorrer nas seguintes circunstâncias:

I - Não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - Ausência de uso por três anos consecutivos;

III - Necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - Necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se dispunha de fontes alternativas;

VI - Necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

No que se refere aos prazos de validade, é estabelecido o prazo máximo das outorgas, de trinta e cinco anos, renovável.

A efetivação das outorgas deve ocorrer por meio de ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal, em função da dominialidade das águas. Quanto às águas de domínio da União, a competência para emissão das outorgas pode ser delegada aos Estados e ao Distrito Federal.

A Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, cria a Agência Nacional de Águas – ANA – e também apresenta a regulamentação de alguns itens no tocante à outorga. Dentre as atribuições da ANA é determinada a de outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União.

A referida Lei estabeleceu os seguintes limites de prazos para as outorgas:

I - Até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II - Até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

III - Até trinta e cinco anos, para vigência da outorga de direito de uso.



Vale da Lua - Chapada dos Veadeiros - GO

Ana Carolina Pinto Coelho

Os prazos devem ser estabelecidos em função da natureza e do porte do empreendimento, bem como do período de retorno do investimento. No caso dos itens I e II mencionados, os prazos podem ser ampliados em função da importância social e econômica do empreendimento, ouvido o CNRH. Quanto ao item III, o prazo de vigência da outorga pode ser prorrogado, mantidas as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos. Quanto aos prazos das outorgas referentes a concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia elétrica, essa Lei determina que deverão ser coincidentes com os respectivos prazos dos contratos de concessão ou ato de autorização.

A Lei nº 9.984/2000 disciplina, ainda, a possibilidade de emissão de outorgas preventivas de uso de recursos hídricos pela ANA, com a finalidade de declarar e reservar a disponibilidade hídrica, possibilitando o planejamento de empreendimentos com maior segurança, mas sem conferir o direito de uso da água. Assim como para as outorgas de direito de uso, seu prazo de validade também deve ser fixado em função da complexidade dos empreendimentos, mantendo-se, entretanto, o limite máximo de três anos.

No caso dos aproveitamentos hidrelétricos, antes de licitar a concessão ou autorizar o uso de potencial de energia elétrica em corpos de água de domínio da União, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deve buscar junto à ANA a declaração de reserva de disponibilidade hídrica. No caso de corpos de água de domínio dos Estados, a lei determina que a declaração deve ser obtida em articulação com a entidade estadual gestora de recursos hídricos. Essa declaração tem a mesma finalidade da outorga preventiva, ou seja, a reserva de disponibilidade hídrica para o planejamento de empreendimentos, não autorizando o direito de uso. Nesse caso, a declaração deve ser transformada, automaticamente, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à empresa que receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

Quanto à publicidade dos pedidos de outorga em corpos de água de domínio da União ou seus atos administrativos resultantes, a lei determina que a ANA deve publicar na imprensa oficial e em, pelo menos, um jornal de grande circulação na respectiva região.

1.1 A Outorga e os Outros Instrumentos da Política de Recursos Hídricos

Além da outorga de direito de uso de recursos hídricos, a Lei Federal nº 9.433/97 instituiu outros quatro instrumentos que têm relacionamento direto com a outorga.

O primeiro deles trata dos Planos de Recursos Hídricos, que são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o seu gerenciamento. Esses Planos devem ser elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País e devem conter, em seu conteúdo mínimo, as prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Quanto ao segundo instrumento, trata-se do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água. Suas finalidades principais são as de assegurar qualidade às águas compatível com a sua destinação e reduzir custos de combate à sua poluição. Nesse sentido, torna-se o enquadramento essencial na análise dos pedidos de outorga, notadamente para lançamento de efluentes.

Outro instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos é a cobrança pelo uso das águas, que visa o incentivo à racionalização do seu uso, seu reconhecimento como bem econômico e indicação ao usuário do seu real valor, bem como a obtenção de recursos financeiros para o financiamento de programas

e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. Sua relação com a outorga acontece a partir do momento em que a lei determina que os usos de recursos hídricos a serem cobrados são aqueles sujeitos à outorga. Além disso, os valores a serem fixados para sua cobrança são diretamente relacionados com parâmetros constantes das outorgas. No caso de derivações, captações e extrações de água, devem ser observados, para seu cálculo, o volume retirado e o seu regime de variação. Para lançamento de efluentes, além do volume lançado e do seu regime de variação, devem ser consideradas, ainda, as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do efluente.

O último dos instrumentos instituídos pela Lei Federal nº 9.433/97 é o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, que é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre as águas e os fatores intervenientes em sua gestão. Dentre os objetivos do Sistema Nacional de Informações, estão a união e a consistência de dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil, além da atualização permanente das informações sobre disponibilidade e demanda. Essas informações são de suma importância e devem ser consideradas na análise de todos os pedidos de outorga. Além disso, dentre as informações de demanda, devem estar contidas aquelas referentes às outorgas já emitidas no País.



Rio Solimões - Manacapuru - AM



Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO

Ana Carolina Pinto Coelho

1.2 Integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Outorga

Segundo a Lei nº 9.433/97, as seguintes entidades integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH:

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Agência Nacional de Águas;
- Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- Agências de Águas.

Cada uma dessas entidades tem suas atividades e competências definidas legalmente, sendo algumas delas relacionadas à outorga.

As competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos são estabelecidas pelas Leis

nº 9.433/97 e nº 9.984/2000 e pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e algumas delas se referem direta ou indiretamente sobre as outorgas. Uma de suas competências trata de deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados.

Outra atribuição do CNRH é a de aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas. Uma vez que o Plano deverá conter as prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a sua aprovação pelo CNRH faz com que ele tenha relação direta com a emissão de outorga para os diversos setores de usuários.

No entanto, a competência do CNRH mais diretamente relacionada com a outorga é a que trata de estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Sendo assim, o CNRH tem discutido e estabelecido Resoluções acerca de temas afetos à outorga, com a já referida finalidade de estabelecer seus critérios gerais.



Viviane dos Santos Brandão

A Agência Nacional de Águas é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela implementação do SINGREH, tendo como atribuição disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre eles, a outorga.

A ANA é, ainda, o órgão gestor responsável pela outorga de direito, regulamentação e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, por meio de autorizações. Da mesma forma, os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais são as autoridades outorgantes competentes no tocante aos corpos de água de domínio dos Estados.

Da mesma forma, os Comitês de Bacia Hidrográfica têm suas competências previstas na legislação federal de recursos hídricos relacionadas à outorga. Uma das competências definidas na Lei Federal nº 9.433/97 é a de aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e acompanhar a sua execução. No conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos está o balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos em quantidade e qualidade e a definição das prioridades para outorga. Esses estudos deverão, portanto, dar subsídios à emissão de outorgas na referida bacia.

Outra competência estabelecida para os Comitês de Bacia é a de propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Conselhos Estaduais os critérios para a determinação de usos insignificantes de águas no que se refere a acumulações, derivações, captações e lançamentos de efluentes. Esses usos, segundo a legislação, independem da outorga.

Quanto às Agências de Água, sua função principal é a de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica. Dentre suas competências estão as de manter atualizado o balanço da disponibilidade de recursos hídricos em sua área. Para isso, é necessária a manutenção de banco de dados com as outorgas concedidas pelas autoridades outorgantes competentes.

Além disso, as Agências de Águas têm como atribuição a proposição ao respectivo Comitê de Bacia, do enquadramento dos corpos de água em classes de uso para encaminhamento para aprovação pelo Conselho Nacional ou Estadual de Recursos Hídricos, em função da dominialidade das águas. Esse enquadramento é fundamental para a análise e emissão das outorgas, notadamente aquelas de lançamento de efluentes.

1.3 Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Dentre as atribuições do CNRH estabelecidas pela Lei Federal nº 9.433/97 está a de estabelecer critérios gerais para as outorgas de direito de uso de recursos hídricos. Até a sua reunião ordinária realizada em 02 de julho de 2004, o CNRH havia aprovado 44 Resoluções, sendo cinco delas diretamente relacionadas à outorga. Essas resoluções, cujo teor é descrito a seguir, foram discutidas no âmbito da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR.

Resolução CNRH nº 07/2000

A Resolução nº 07, de 21 de junho de 2000, tem a finalidade de instituir a CTPOAR, com as seguintes atribuições:

- Propor diretrizes para integração de procedimentos entre as instituições responsáveis por ações de outorgas e ações reguladoras ligadas a recursos hídricos;
- Propor ações conjuntas entre as instituições, visando otimizar os procedimentos relacionados com assuntos afins;
- Propor diretrizes e ações conjuntas para soluções de conflitos nos usos múltiplos dos recursos hídricos;
- Propor ações mitigadoras e compensatórias; e,
- Propor as competências constantes do Regimento Interno do CNRH e outras que vierem a ser delegadas pelo seu Plenário.

Resolução CNRH nº 12/2000

A Resolução nº 12, de 19 de julho de 2000, tem como objetivo o estabelecimento de procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes. Apesar do enquadramento tratar de outro instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, é um dos parâmetros de maior importância a ser utilizado na análise dos pedidos de outorga para lançamento de efluentes.

Essa Resolução reafirma a definição da Lei Federal nº 9.433/97, em que as agências de água deverão propor aos respectivos Comitês de Bacia o enquadramento dos corpos de água. São também determinados os estudos a serem realizados para a proposta de enquadramento a ser escolhida.

O papel dos órgãos gestores de recursos hídricos é de considerar, nas análises dos pedidos de outorga, o enquadramento de corpos de água para que sejam mantidos os padrões de qualidade determinados. Cabe a eles, ainda, monitorar, controlar e fiscalizar para avaliar o seu cumprimento.

Resolução CNRH nº 16/2001

A Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Ela estabelece o princípio a ser considerado na análise dos pedidos, tratando-se da consideração da interdependência das águas superficiais e subterrâneas e suas interações observadas no ciclo hidrológico, visando à gestão integrada dos recursos hídricos.

Essa Resolução estabelece os procedimentos para transferências do ato de outorga a terceiros, renovações de outorgas e emissão de outorgas preventivas. São determinados, ainda, prazos de vigência e critérios para a determinação de usos insignificantes.

A Resolução em questão recomenda que a autoridade outorgante estabeleça prazos máximos para a análise dos pedidos de outorga, em função das peculiaridades dos empreendimentos e de outros aspectos relevantes. Da mesma forma, quanto ao prazo determinado ao empreendedor para apresentação de informações ou documentos complementares, é estabelecido o máximo de três meses contados a partir da solicitação.

Para as análises dos pedidos de outorga, são determinados os itens mínimos a serem observados, como os Planos de Recursos Hídricos, as prioridades de uso estabelecidas, a classe de enquadramento do corpo de água, as vazões mínimas

a serem mantidas no rio, os usos múltiplos previstos e a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário, quando couber.

Especificamente no caso da outorga para lançamento de efluentes é recomendado que seja concedida em função da quantidade de água necessária para a diluição da carga poluente, com nos padrões de qualidade da água correspondentes à classe de enquadramento do respectivo corpo receptor e/ou em critérios específicos definidos no correspondente plano de recursos hídricos ou pelos órgãos competentes.

Quanto à prioridade para a emissão de outorga, é definido na mesma Resolução que deve ser considerado, em primeiro lugar, o interesse público, seguindo-se a data de protocolo do requerimento de outorga. Outra recomendação dessa Resolução de outorga trata da necessidade de publicação dos atos resultantes da análise do pedido de outorga. Seja deferido ou não, há a necessidade de publicação do ato resultante em forma de extrato em Diário Oficial.

Quanto à participação das Agências de Água no procedimento de outorga, algumas atribuições são definidas como possíveis de serem delegadas pela autoridade outorgante como a recepção dos requerimentos, a análise técnica e a emissão de parecer sobre os pedidos de outorga.

Em resumo, pode-se dizer que a Resolução nº 16/2001 do CNRH é a que regulamenta os procedimentos gerais de outorga a serem adotados pelas autoridades outorgantes no País.

Resoluções CNRH nº 29/2002 e nº 55/2005

A Resolução nº 29, de 11 de dezembro de 2002, estabelece diretrizes complementares para a outorga de empreendimentos relativos a uma determinada atividade setorial, sendo aquela referente ao aproveitamento de recursos minerais. Considerando que podem ser empreendimentos de grande porte, envolvendo recursos financeiros de grande volume e, na sua maior parte, sem possibilidade de alteração da locação, foi percebida a necessidade de discussão de uma resolução específica para esse setor.

Dentro da atividade de mineração podem ser previstos diversos tipos de usos de recursos hídricos, podendo provocar alterações no regime, quantidade e qualidade das águas. Os principais usos previstos na mineração enumerados nessa Resolução tratam, além da captação de águas superficiais ou subterrâneas e do lançamento de efluentes, do rebaixamento de nível de água, desvios, retificações, canalizações, barramentos para decantação e contenção de finos, para regularização de vazão ou sistemas para disposição de rejeitos.

Um conceito apresentado na Resolução nº 29/2002 refere-se ao Plano de Utilização da Água, regulamentado pela Resolução nº 55/2005, que estabelece as diretrizes para a sua elaboração. Esse Plano deverá ser encaminhado pelo empreendedor como relatório do pedido de outorga e deve descrever as estruturas destinadas à captação e ao lançamento de efluentes, o manejo da água no empreendimento e as medidas de mitigação ou compensação de eventuais impactos hidrológicos. Sendo assim, a Resolução nº 55/2005 apresenta os documentos e estudos necessários para cada uma das atividades atinentes aos empreendimentos de mineração, que darão subsídio às análises dos processos de outorga.

A principal contribuição dessas resoluções é a indicação da possibilidade de protocolo de um processo de outorga único para todos os usos e intervenções em recursos hídricos previstas para cada empreendimento de mineração. Para isso, o relatório técnico do pedido de outorga refere-se ao Plano de Utilização da Água e deverá incluir estudos referentes a todos os usos de água previstos. Esse procedimento é interessante para o empreendedor uma vez que pode solicitar, com base em um mesmo estudo, a regularização de todos os usos de águas, e para a autoridade outorgante, que pode realizar a análise do balanço hídrico completo do empreendimento em apenas um pedido de outorga.

Resolução CNRH nº 37/2004

A Resolução nº 37, de 26 de março de 2004, tem como finalidade o estabelecimento de diretrizes para outorga de recursos hídricos para implantação de barragens em corpos de água de domínio estadual, distrital ou da União.

A resolução em questão estabelece uma fase anterior ao protocolo do pedido de outorga, durante o planejamento do empreendimento. Nessa fase, o interessado deverá solicitar à autoridade outorgante a relação de documentos e o conteúdo dos estudos técnicos que serão exigidos para protocolo e análise do pedido de outorga. Isso é interessante pois dessa forma, o protocolo do pedido de outorga é realizado apenas quando todos os estudos e documentos necessários estão anexados.

Quanto ao conteúdo dos estudos técnicos, é mantida como atribuição da autoridade outorgante a sua definição, considerando as fases de planejamento, projeto, construção e operação do empreendimento e as características hidrológicas da bacia hidrográfica, porte da barragem e a finalidade da obra e do uso do recurso hídrico.

Resolução CNRH nº 65/2006

A Resolução CNRH nº 65 foi aprovada em reunião plenária do Conselho em 7 de dezembro de 2006 e objetiva estabelecer diretrizes de articulação dos procedimentos para a obtenção da outorga de direito de usos de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental. Trata-se de um primeiro momento de articulação de procedimentos, em que são definidos os tempos e os movimentos

entre os atos emitidos pelas autoridades outorgantes e pelos órgãos ambientais licenciadores.

No item 4 deste documento será apresentado o trâmite previsto na referida Resolução e os próximos passos previstos para a articulação de procedimentos, que incluem aspectos referentes à integração de sistemas de informação e de procedimentos de análises técnicas utilizadas nas autoridades outorgantes e nos órgãos licenciadores, de forma a evitar duplicidade de estudos por parte dos empreendedores e de análises por parte do Poder Público.

Discussões atuais na CTPOAR/CNRH

Atualmente, têm sido realizadas diversas discussões no âmbito da CTPOAR referentes aos procedimentos para a emissão das outorgas no País, critérios utilizados e possibilidades de integração com outros instrumentos previstos na legislação. Dentre essas discussões estão duas propostas de Resolução: a primeira com a finalidade de revisar a Resolução CNRH nº 12/2000, quanto aos procedimentos para o enquadramento dos corpos de água em classes; a outra com a finalidade de estabelecer diretrizes para a articulação entre os procedimentos das autoridades outorgantes de recursos hídricos e de bens minerais quanto às águas minerais.



1.4 Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente

Algumas Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – têm relacionamento direto ou indireto com o instrumento Outorga da Política Nacional de Recursos Hídricos. Suas relações podem ocorrer como base para a análise de alguma finalidade de outorga ou como tentativa de integração com o Licenciamento ambiental, que é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 357/2005

Essa Resolução dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional.

Essa Resolução tem relação direta com a outorga para lançamento de efluentes. A análise de um pedido de outorga com essa finalidade deve considerar o padrão de qualidade a ser mantido no corpo de água, função dos parâmetros para sua classe de enquadramento, segundo a Resolução CONAMA nº 357/2005.

Resolução CONAMA nº 237/97

A finalidade dessa Resolução é a de regulamentar os aspectos do licenciamento ambiental, que é um dos instrumentos estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

Sua relação com a outorga ocorre no momento em que é disposto no parágrafo 1º do artigo 10 que, “no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes”.



Rio Agudo - RS



Resoluções CONAMA nº 279/2001, 284/2001, 289/2001 e 312/2002.

As Resoluções nº 279/2001, nº 284/2001, nº 289/2001 e nº 312/2002 tratam de disciplinar o licenciamento ambiental para atividades de setores específicos.

A Resolução nº 279/2001 estabelece procedimentos para licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. Em seu parágrafo 2º do artigo 3º é disposto que a Licença Prévia somente será expedida mediante apresentação, quando couber, da outorga de direito dos recursos hídricos ou da reserva de disponibilidade hídrica.

A Resolução 284/2001 dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação. Ela determina que um dos documentos necessários à emissão da licença prévia desses empreendimentos é a cópia do pedido de outorga de uso da água. Para a emissão da licença de instalação, entretanto, o documento demandado é uma cópia do documento da outorga de uso da água ou outro que o substitua.

A Resolução nº 289/2001 estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Para essa tipologia de empreendimentos sujeitos ao licenciamento é estabelecido que será emitida a Licença de Instalação e Operação em um único ato de LIO. Nesse caso, é exigida a outorga de direito de uso dos recursos hídricos ou a reserva de disponibilidade hídrica emitida pelo órgão gestor de recursos hídricos, quando for o caso.

A Resolução nº 312/2002 dispõe sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira. No artigo 5º dessa Resolução, é determinado que o órgão licenciador deverá exigir, obrigatoriamente, no licenciamento ou regularização de empreendimentos de carcinicultura as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos. No caso de emissão de licenças prévias, a cópia do pedido de outorga de direito de uso dos recursos hídricos é um dos documentos necessários. Quanto ao documento de outorga de direito de uso emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos, é recomendada a sua solicitação para a concessão da licença de instalação.



Marginal rio Pinheiros - SP

2 AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE OUTORGA NO PAÍS

A situação dos sistemas de outorga no Brasil foi avaliada a partir do diagnóstico dos órgãos gestores de recursos hídricos, por meio de questionários encaminhados diretamente às respectivas unidades de

outorga, da análise das outorgas emitidas no País, com base nos dados enviados pelos órgãos gestores e disponíveis na ANA, e da estimativa dos usos da água outorgáveis, atualmente instalados no País.

2.1 Diagnóstico dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos

Além de realizar o diagnóstico da situação dos sistemas de outorga no Brasil, foi preparada uma planilha para preenchimento por cada órgão gestor de recursos hídricos com as suas informações. Essa planilha continha os seguintes itens:

I - Situação Atual do Sistema de Outorgas:

- Identificação do órgão gestor de recursos hídricos (nome, *site* na internet, endereço);
- Área dentro do órgão gestor responsável pela análise dos pedidos de outorgas;
- Legislação referente às outorgas;
- Estrutura existente para outorga (equipe e formação acadêmica);
- Existência de regionais e atuação quanto às outorgas;

- Participação do Comitê de Bacia Hidrográfica no processo de outorga;
- Banco de Dados disponível para outorgas;
- Demanda existente em número de pedidos/mês e ano;
- Equipe técnica dos órgãos gestores é suficiente? É efetiva do órgão?

II - Critérios de outorga utilizados:

- Critério para captação de águas superficiais;
- Critério para captação máxima para usuário individual;
- Critério para priorização de demandas por finalidades;



- Critério para usos insignificantes;
- Critério para lançamento de efluentes;
- Critério para exploração de águas subterrâneas;
- Critério para definição de vazões ecológicas;
- Critérios para outras intervenções como barragens, canalizações, desvios, retificações, etc...
- Critério para definição de portes de empreendimento no tocante às suas intervenções nos recursos hídricos.

III - Procedimentos administrativos:

- Existência de legislação acerca do protocolo, documentação necessária, prazo de análise, etc.;
- Necessidade de pré-análise para protocolo do pedido de outorga;
- Formulários específicos para pedido de outorga;
- Forma de publicação do pedido e do documento de outorga;
- Procedimentos e informações sobre publicação de outros atos como transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga;
- Divulgação das outorgas na internet;
- Emolumentos cobrados para outorga;
- Tipos de autorização;
- Modalidades de outorga e prazos de validade;
- Integração existente com o licenciamento.

IV - Análise dos pedidos de outorga:

- Intervenções em recursos hídricos para as quais o órgão gestor em questão concede outorgas;
- Descrição das etapas de análise dos pedidos (jurídica, técnica, de empreendimento, outras);

- Base de Hidrografia utilizada na análise;
- Necessidade de vistoria para análise do pedido de outorga;
- Metodologias utilizadas para análise.

V - Verificação acerca de ações pró-ativas para regularização de usuários de águas:

VI - Principais problemas verificados e sugestões de melhoria.

As respostas das planilhas preenchidas pelos órgãos gestores de recursos hídricos estão no Anexo A deste trabalho. Para os Estados que ainda não emitiam outorga até dezembro de 2004, não foi preenchida a planilha de informações. Nesse caso, foram apenas abordados aspectos sobre sua legislação referente à outorga e problemas existentes, estudos realizados e previsão de início de emissão de outorgas. Sendo assim, a análise da situação, quanto à emissão de outorgas, foi realizada para a ANA e para os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados que preencheram as planilhas, sendo eles: BA, CE, GO, MG, PB, PR, PE, PI, RN, RS, SP, SE e TO.

No que se refere às equipes técnicas existentes para a área de outorga, foi verificada uma grande carência de técnicos. Nenhum dos órgãos gestores afirmou que a equipe existente está bem dimensionada para a necessidade atual. Para complementação dos seus quadros técnicos, são necessários profissionais como engenheiros hidrólogos, engenheiros sanitaristas, agrônomos, geólogos, hidrogeólogos, biólogos, advogados e analistas de sistemas.

Além disso, para a maior parte dos órgãos gestores a equipe de análise dos pedidos de outorga é formada por cargos comissionados, consultores e contratados temporários. Esse é o caso dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe. Nos casos dos órgãos gestores do Ceará, Paraná, São Paulo e Tocantins e da ANA, a maior parte ou totalidade dos analistas de pedidos de outorga é composta de funcionários efetivos. Sendo

assim, quanto à situação do corpo técnico dos órgãos gestores de recursos hídricos, há a necessidade de realização de estudos para a determinação da equipe técnica adequada e de realização de concursos públicos. Isso é importante para que os profissionais que trabalhem na análise dos pedidos de outorga sejam efetivos e estáveis e, portanto, não sujeitos a pressões externas e incertezas, que poderiam influenciar o resultado de suas análises, bem como o planejamento de trabalhos de médio e longo prazos.

A Tabela 1 apresenta algumas informações sobre número de profissionais das equipes de análise de pleitos de outorga e outorgas emitidas anualmente, resultantes dos questionários. Parte das dificuldades dos órgãos gestores pode ser explicada, em alguns casos, pelo pouco tempo de instalação e operação dos órgãos gestores e da regulamentação das Políticas de Recursos Hídricos, como mostra a Tabela 1.

A maior parte dos órgãos gestores de recursos hídricos não possui escritórios regionais instituídos e com papel de apoio no tocante às outorgas. No Paraná, há seis unidades regionais, que podem receber os pedidos de outorga. O mesmo ocorre em Tocantins, que conta com três agências regionais, recebendo os pedidos e encaminhando malotes

para a análise em Palmas. Quanto ao Estado de São Paulo, as oito Diretorias de Bacias existentes protocolam e analisam os pedidos de outorga. No entanto, a emissão e o controle são centralizados na sede em São Paulo.

Analisando os critérios para análise dos pedidos de outorga utilizados pelos órgãos gestores de recursos hídricos, pode ser verificada uma grande diversidade de vazões de referência adotadas, bem como percentuais considerados outorgáveis. Para captações superficiais, os critérios adotados para outorga são aqueles apresentados na Tabela 2. A maior parte dos órgãos gestores de recursos hídricos que emitem outorgas possui esses critérios aprovados em legislação ou está em discussão para aprovação.

Quanto a esses critérios de outorga, vale ressaltar que os Estados do semi-árido autorizam a emissão de outorgas até limites de percentuais superiores em relação aos Estados situados em áreas de maiores disponibilidades hídricas como Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

No caso dos usos considerados insignificantes, alguns Estados já têm suas definições aprovadas em Decretos, Resoluções ou Portarias do próprio órgão. São os casos dos Estados da Bahia, Ceará,

Tabela 1 – Informações sobre os sistemas de outorga dos órgãos gestores de recursos hídricos.

OGRH	UF	OUTORGAS EMITIDAS (Nº/ANO)	PROFISSIONAIS	REGULAMENTAÇÃO DA OUTORGA*
ANA	União	720	20	2000
SRH-BA	BA	504	21	1997
SRH e COGERH	CE	474	21	1994
SEMARH	GO	1.000	15	1999
IGAM	MG	4.800	28	2001
AAGISA	PB	300	12	1997
SUDERHSA	PR	2.400	17	2001
SECTMA	PE	480	7	1997
SEMAR	PI	4	2	2004
SERHID	RN	420	11	1997
DRH-SEMA	RS	1.047	9	1996
DAEE	SP	5.000	200	1996
SEPLANTEC	SE	60	6	1999
NATURATINS	TO	144	6	2000
TOTAL		17.353	375	

* Ano da regulamentação do instrumento por meio de Decreto, Portaria ou Resolução.

Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Para a maior parte desses Estados, os usos insignificantes são estabelecidos em função das vazões máximas de captação superficial e subterrânea, que variam de 2,0 m³/dia no Rio Grande do Sul a 86,4 m³/dia (1,0 l/s) na maior parte do Estado de Minas Gerais e Resolução ANA nº 542, de 03 de novembro de 2004.

Há, ainda, Estados que têm os volumes máximos acumulados estabelecidos em reservatórios que são considerados insignificantes. Em Minas Gerais, os reservatórios de acumulação considerados insignificantes para efeito de outorga são de 3.000 m³ e 5.000 m³ em função da região, e em Pernambuco são aqueles com volume de acumulação abaixo de 200.000 m³ em cursos de água intermitentes.

No caso de exploração de águas subterrâneas, não há uma metodologia específica de análise consolidada para todas as autoridades outorgantes estaduais. Alguns dos Estados analisam esses pedidos de outorga por meio dos testes de bombeamento dos poços, outros em função da média da capacidade específica dos aquíferos, mas a maior parte se preocupa com a tomada de precauções por parte do usuário quanto à qualidade da água de modo a evitar a contaminação do aquífero.

Quanto ao lançamento de efluentes, são outorgados atualmente apenas pela ANA e pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo. No caso da ANA e da Bahia, a análise é realizada em função do atendimento à classe em que está enquadrado o corpo de água. Para o Rio Grande do Sul, segundo determina a lei estadual, a outorga para lançamento de efluentes é emitida pelo órgão ambiental estadual (FEPAM), que entende ser atendida por meio da emissão da licença de operação de empreendimentos. Quanto a São Paulo, a análise realizada pela autoridade outorgante (DAEE) é apenas quantitativa e a CETESB (órgão ambiental) faz a análise qualitativa no momento da emissão da licença de instalação. Os Estados da Paraíba e do Paraná afirmaram ter critérios, mas não ter emitido nenhuma outorga ainda com essa finalidade. Os Estados do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Tocantins estão em fase de estudos.

Quanto à outorga para aproveitamentos hidrelétricos, apenas a ANA e os Estados da Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo emitem outorgas atualmente. A metodologia usualmente utilizada faz o levantamento dos usos consuntivos a montante e sua evolução prevista no período de outorga. São levantadas, ainda, restrições ecológicas a jusante e a necessidade de alocação de vazões para outros usos (navegação, controle de cheias, etc.). A outorga é emitida reservando as vazões disponíveis no curso de água, descontando-se os usos consuntivos previstos.

No que se refere aos procedimentos administrativos, a maior parte dos órgãos outorgantes possui Resoluções ou Portarias específicas, determinando a forma de protocolo, formulários necessários, a necessidade e os valores cobrados de emolumentos pela análise, vistoria, publicação, os prazos de análises e de validade das outorgas. São definidos, ainda, procedimentos para transferências, renovação de outorgas, alteração ou retificação de informações.

Como a outorga é, na maior parte dos Estados, um documento novo, há diversos usuários existentes, anteriores à instituição da legislação, que ainda não estão outorgados. Sendo assim, algumas das autoridades outorgantes têm empreendido ações pró-ativas na busca da regularização dos usuários existentes. Esses trabalhos normalmente são realizados por bacia e alguns deles têm sido desenvolvidos em articulação da ANA com as autoridades outorgantes estaduais relacionadas.

As principais ações pró-ativas têm sido: campanhas de cadastramento (ANA, BA, CE, MG, PB, RN, SP e SE), fiscalização (ANA, BA e PR), acordos com instituições financeiras e com concessionárias de energia elétrica (GO), palestras aos setores usuários (GO), assinatura de Termos de Compromisso com órgãos estaduais perfuradores de poços (RS), Termos de Cooperação Técnica com a Secretaria da Saúde (RS). A integração entre os instrumentos de outorga e de licenciamento ambiental também pode ser apontada como uma ação desenvolvida na busca pela regularização de usos.

Tabela 2 – Critérios adotados para outorga de captação de águas superficiais.

ÓRGÃO GESTOR	VAZÃO MÁXIMA OUTORGÁVEL	LEGISLAÇÃO REFERENTE À VAZÃO MÁXIMA OUTORGÁVEL	LIMITES MÁXIMOS DE VAZÕES CONSIDERADAS INSIGNIFICANTES	LEGISLAÇÃO REFERENTE À DEFINIÇÃO DAS VAZÕES INSIGNIFICANTES
ANA	70% da Q95 podendo variar em função das peculiaridades de cada região. 20% para cada usuário individual	Não existe, em função das peculiaridades do País, podendo variar o critério.	1,0 L/s	Resolução ANA 542/2004
SRH-BA	80% da Q90 20% para cada usuário individual	Decreto Estadual 6.296/97	0,5 L/s	Decreto Estadual 6.296/97
SRH-CE	90% da Q90reg	Decreto Estadual nº 23.067/94	2,0 m³/h (0,56 L/s – para águas superficiais e subterrâneas)	Decreto Estadual nº 23.067/94
SEMARH-GO	70% da Q95	Não possui legislação específica.	Não estão ainda definidos	-
IGAM-MG	30% da Q7,10 para captações a fio d'água. Para captações em reservatórios, podem ser liberadas vazões superiores, mantendo o mínimo residual de 70% da Q7,10 durante todo o tempo.	Portarias do IGAM nº 010/98 e 007/99.	1,0 L/s para a maior parte do Estado e 0,5 L/s para as regiões de escassez (águas superficiais) 10,0m³/dia (águas subterrâneas)	Deliberação CERH-MG nº 09/2004
AAGISA-PB	90% da Q90reg. Em lagos territoriais, o limite outorgável é reduzido em 1/3.	Decreto Estadual 19.260/1997	2,0 m³/h (0,56 L/s – para águas superficiais e subterrâneas)	Decreto Estadual 19.260/1997
SUDERHSA-PR	50% da Q95	Decreto Estadual 4646/2001	1,0 m³/h (0,3 L/s)	
SECTMA-PE	Depende do risco que o requerente pode assumir	Não existe legislação específica.	0,5 l/s ou 43 m³/dia (águas superficiais) 5,0m³/dia (águas subterrâneas para abastecimento humano)	Decreto Estadual 20.423/98
SEMAR-PI	80% da Q95 (Rios) e 80% da Q90reg (Açudes)	Não existe legislação específica.	Não estão ainda definidos	-
SERHID-RN	90% da Q90reg	Decreto Estadual Nº 13.283/97	1,0 m³/h (0,3 L/s)	Decreto Estadual Nº 13.283/97
SEMA-RS	Não está definido	-	Media mensal até 2,0m³/dia (águas subterrâneas)	Decreto Estadual 42047/2002
DAEE-SP	50% da Q7,10 por bacia. Individualmente nunca ultrapassar 20% da Q7,10.	Não existe legislação específica.	5,0m³/dia (águas subterrâneas)	Decreto Estadual 32.955/91
SEPLANTEC-SE	100% da Q90 30% da Q90 para cada usuário individual	Não existe legislação específica	2,5m³/h (0,69 L/s)	Resolução Nº 01/2001
NATURATINS-TO	75% Q90 por bacia. Individualmente o máximo é 25% da mesma Q90. Para barragens de regularização, 75% da vazão de referência adotada.	Decreto estadual já aprovado pela Câmara de outorga do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.	0,25L/s ou 21,60m³/dia. A minuta de regulamentação aprovada deve alterar para 1,0L/s ou 21,60m³/dia	Portaria NATURATINS nº 118/2002

Por fim, cada uma das autoridades outorgantes apresentou os principais problemas verificados. No caso da ANA, foi observada a necessidade de maior integração em relação aos órgãos gestores estaduais. Quanto à Bahia, o principal problema verificado refere-se às redes agrometeorológica, de qualidade da água, fluviométrica e sedimentológica. Tocantins também apresentou, como sugestão de melhoria, a ampliação das redes de monitoramento.

No entanto, a principal necessidade verificada foi uma melhor estruturação dos órgãos gestores (GO,

PB, PR, PI, RN, RS, SP, SE e TO), com aumento dos recursos destinados à área de outorga, melhoria nos quadros técnicos, na estrutura física e de equipamentos de informática. Outro ponto relacionado por alguns órgãos outorgantes se refere à necessidade de melhor integração com os órgãos ambientais.

Em síntese, para cada uma das autoridades outorgantes, foram demandadas informações acerca da estrutura existente, critérios utilizados, procedimentos administrativos e de análise de outorgas. As respostas dos Estados estão contidas no Anexo A.

2.2 Análise das Outorgas Emitidas no País

Foi realizado um levantamento das outorgas emitidas no País pela União, Estados e Distrito Federal. Os Estados que forneceram informações sobre número de outorgas e vazões outorgadas foram Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal. Os demais Estados ainda não implementaram seus sistemas de outorga ou não forneceram informações.

O número total de outorgas emitidas no País até dezembro de 2004 é de 95.107 outorgas, sendo

73.233 em mananciais superficiais e 21.874 em mananciais subterrâneos. Das 95.107 outorgas emitidas, 70.660 são para captação ou alteração do regime dos corpos d'água (barramentos, desvios, travessias) e 24.447 são para lançamento de efluentes nos corpos d'água. A Tabela 2 mostra o número de outorgas em águas superficiais emitidas em cada Estado, segundo a finalidade do uso da água. A Figura 1 apresenta um resumo das outorgas emitidas pela União (ANA), Estados e Distrito Federal, e a Figura 2 apresenta a participação dos Estados, União e Distrito Federal nas outorgas emitidas.

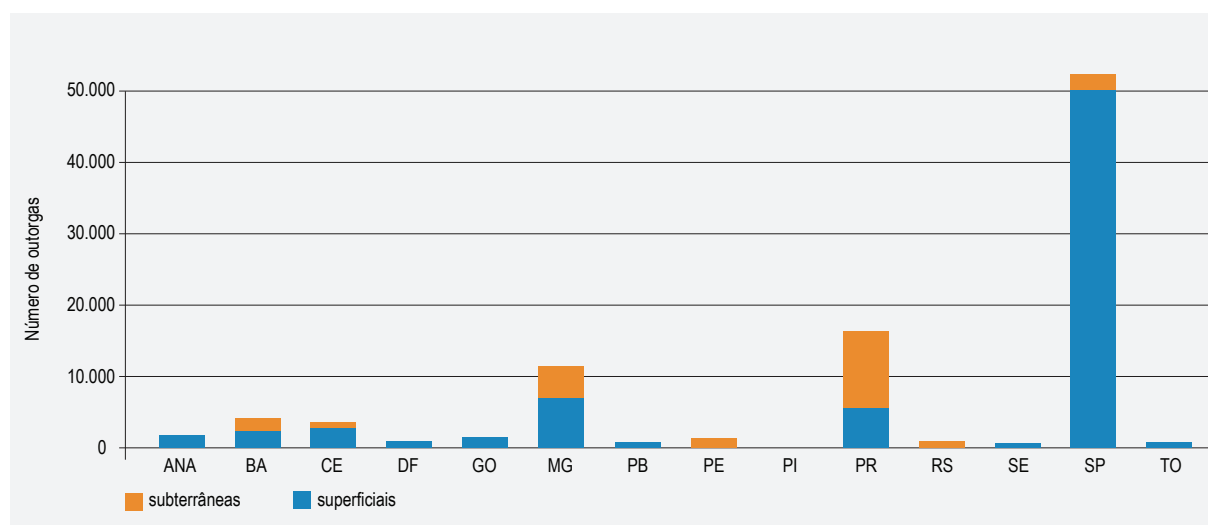


Figura 1 – Número de outorgas emitidas pela União (ANA), Estados e Distrito Federal

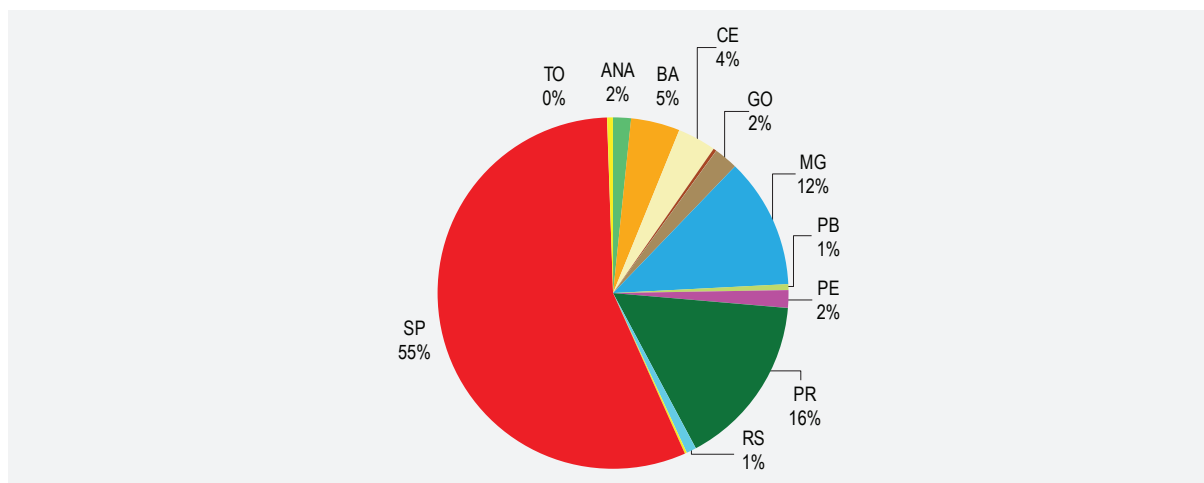


Figura 2 – Participação da União, Estados e Distrito Federal no número de outorgas emitidas

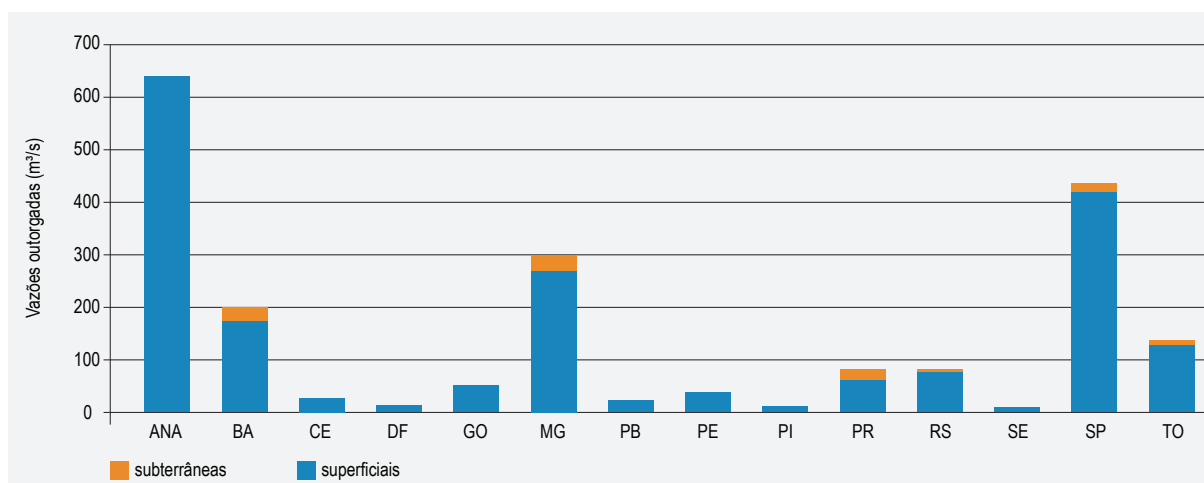


Figura 3 – Vazões totais outorgadas para captação pela União (ANA), Estados e Distrito Federal

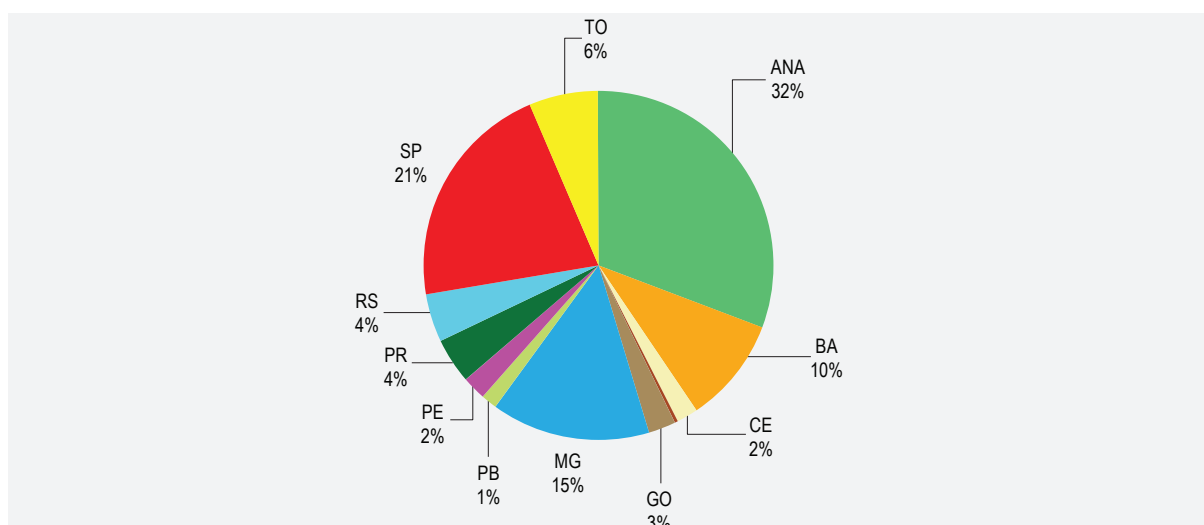


Figura 4 – Participação da União, Estados e Distrito Federal nas vazões outorgadas para captação

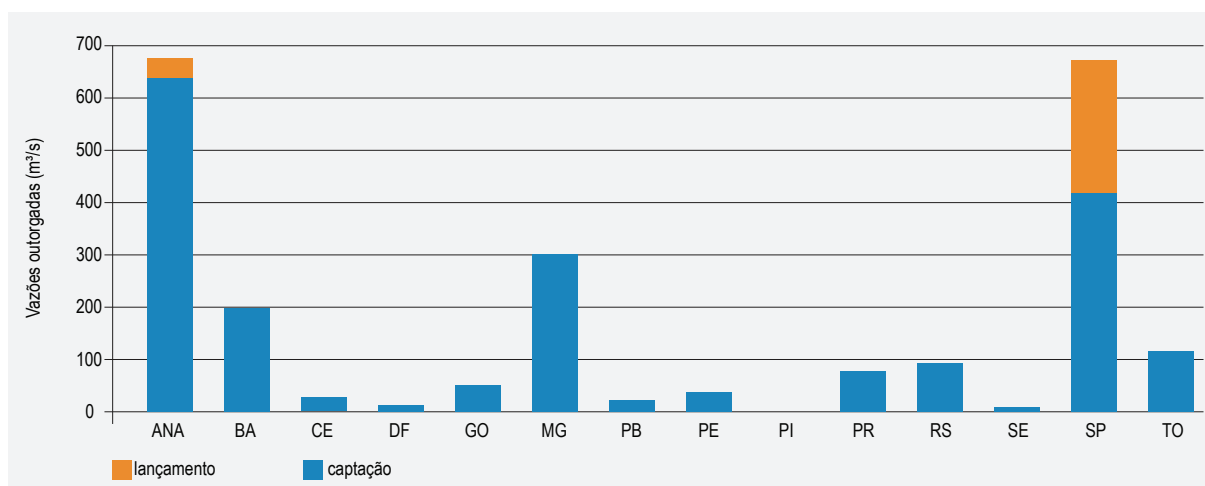


Figura 5 – Vazões outorgadas pela União (ANA), Estados e Distrito Federal para captação e lançamento

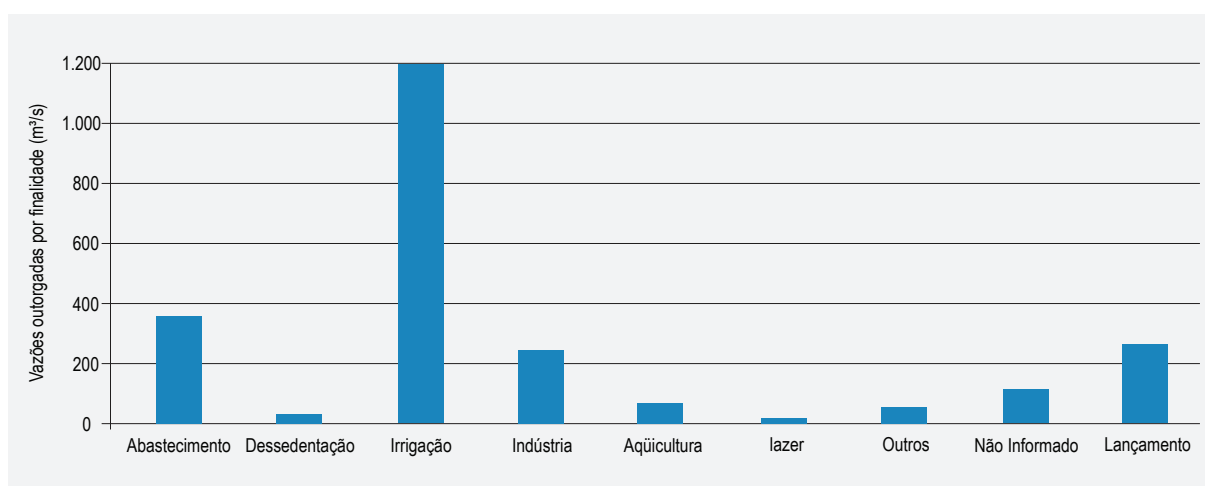


Figura 6 – Vazões outorgadas por finalidade de uso

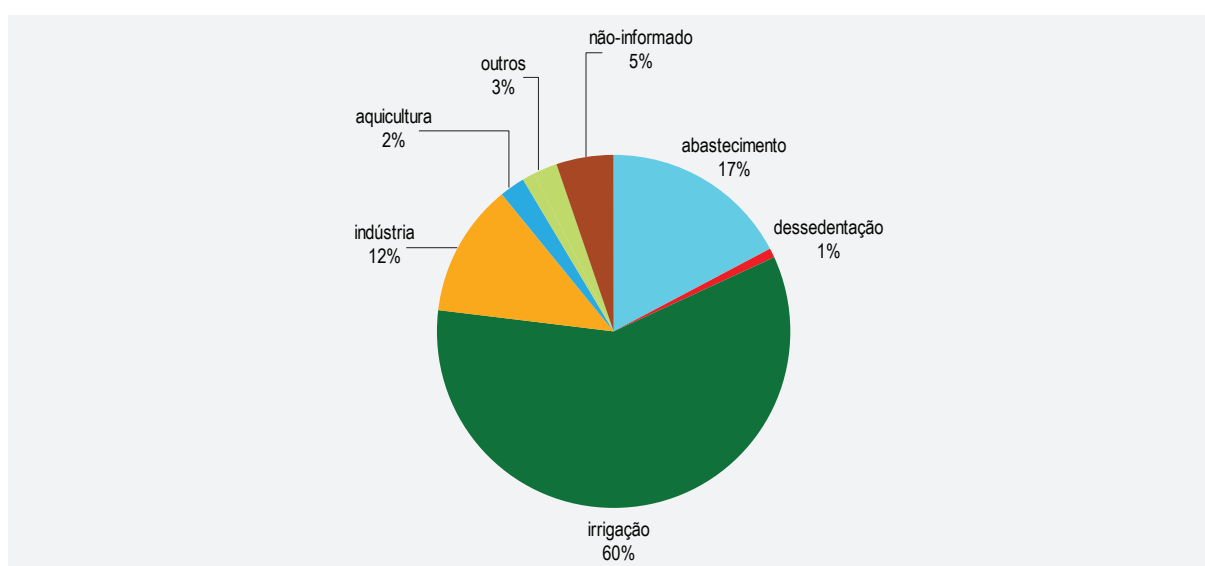


Figura 7 – Participação dos setores usuários nas vazões outorgadas

As vazões outorgadas até dezembro de 2004 pela União (ANA), Estados e Distrito Federal somam 2.304 m³/s, sendo 2.214,5 m³/s em mananciais superficiais e 89,5 m³/s em mananciais subterrâneos. Da vazão total outorgada, 2.044 m³/s são para captação em mananciais (superficiais ou subterrâneos) e 260 m³/s para lançamentos. A Figura 3 apresenta estatísticas de vazões outorgadas para captação pela União (ANA), Estados e Distrito Federal e a Figura 4 apresenta a participação dos Estados, União e Distrito Federal nas vazões outorgadas para captação.

A Figura 5 apresenta a participação dos Estados, União e Distrito Federal nas vazões outorgadas para captação e lançamento.

Os maiores setores usuários dos recursos hídricos são o consumo humano, em termos de número de outorgas emitidas, e a agricultura irrigada, em termos de vazões outorgadas. A Figura 6 apresenta estatísticas de vazões outorgadas por finalidade de uso.

A irrigação consome, percentualmente, 60 % das vazões outorgadas para captação, conforme Figura 7.

A irrigação destaca-se por ser o uso com maior vazão média por outorga emitida, conforme Figura 8.

As Figuras 9 e 10 apresentam as vazões outorgadas para cada uma das 12 Regiões Hidrográficas definidas na Resolução CNRH nº 32/2003, e para os principais setores usuários. Vale ressaltar que

não há outorgas emitidas na Região Hidrográfica do Nordeste Ocidental.

A Figura 11 apresenta as vazões outorgadas para captação subterrânea por províncias geológicas, observando-se que as províncias geológicas Amazonas e Escudo Setentrional não possuem vazões outorgadas.

Na Figura 11, uma ressalva que deve ser feita na interpretação dos dados de vazões outorgadas refere-se à prática de aplicação do instrumento pelos órgãos gestores. Em geral, as análises de pleitos de outorga avaliam se a demanda máxima pode ser atendida em condições hidrológicas mais críticas. Portanto, as vazões outorgadas referem-se às capacidades máximas instantâneas de uso da água que, quando somadas, não representam o comprometimento hídrico real dos corpos de água. Isso ocorre porque os usuários não utilizam suas capacidades ao mesmo tempo ou com o mesmo regime (horas por dia; dias por mês). Assim como os irrigantes tendem a utilizar a água em períodos específicos do ano, as indústrias variam os consumos em função de condições de mercado e os sistemas de abastecimento público tendem a utilizar água de forma contínua, a resultante desses diferentes padrões de consumo é menor que a simples soma das capacidades máximas. Esses efeitos são mais pronunciados quanto maior for a extensão geográfica da área em estudo e quanto maior a diversidade de usos.

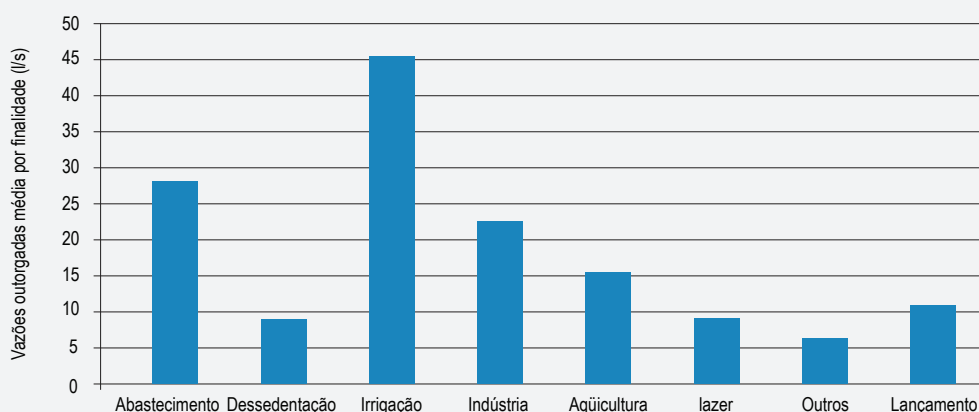


Figura 8 – Vazão média por outorga emitida, para cada finalidade de uso (l/s)

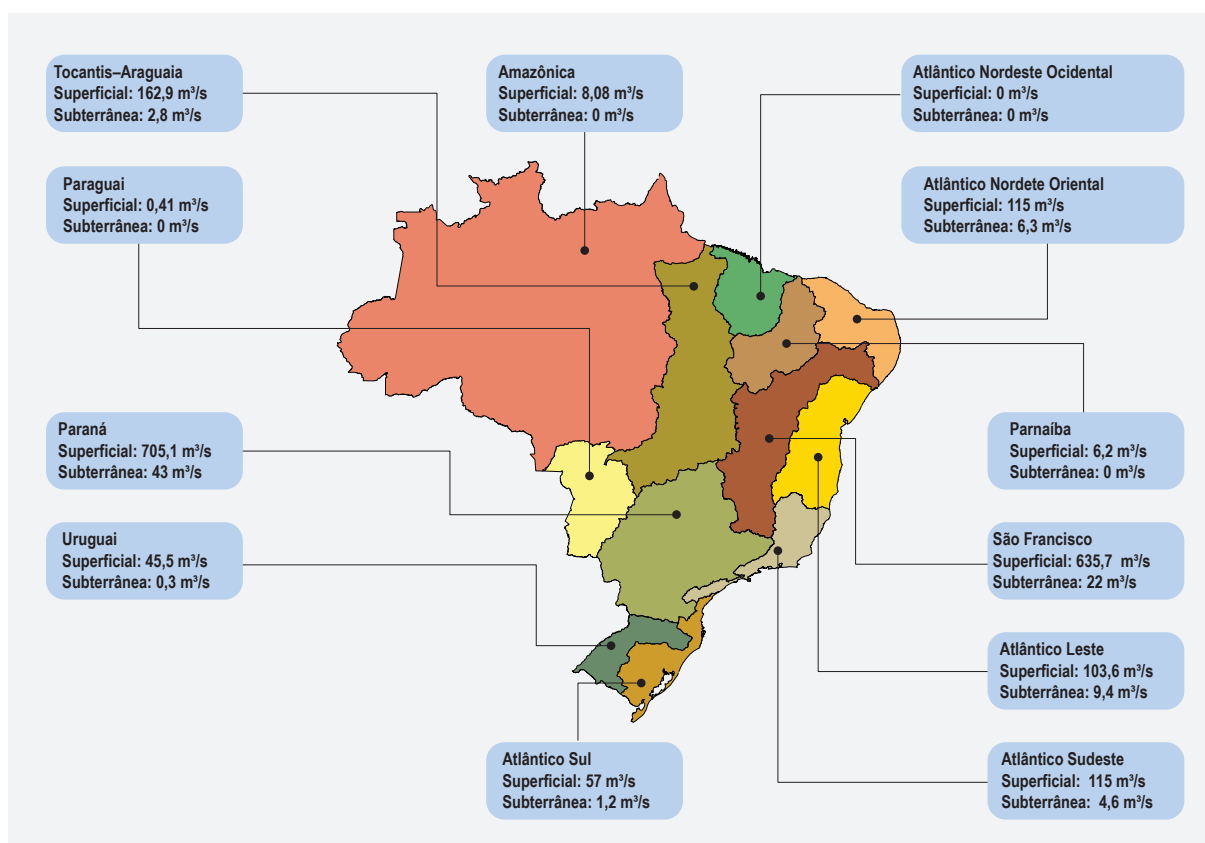


Figura 9 – Vazões outorgadas para captação por região hidrográfica

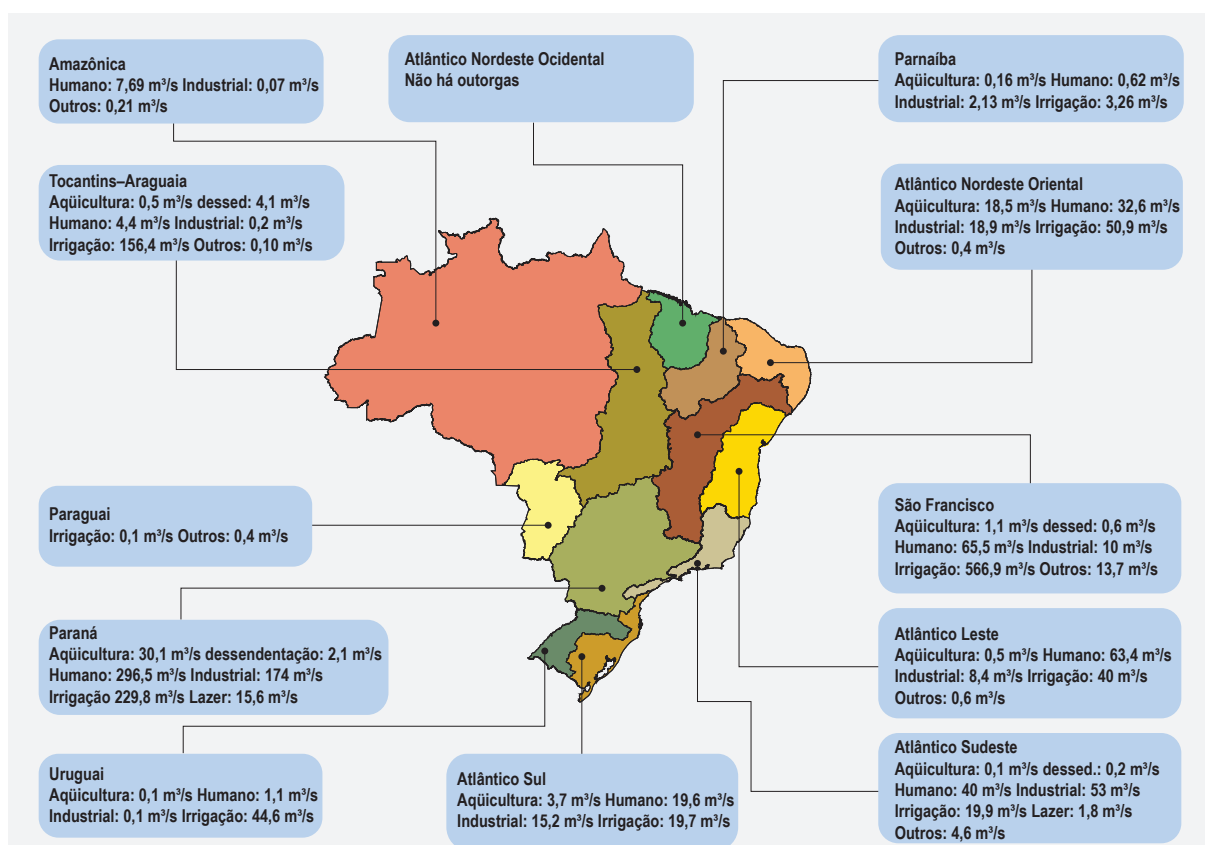


Figura 10 – Vazões outorgadas por setor e por região hidrográfica

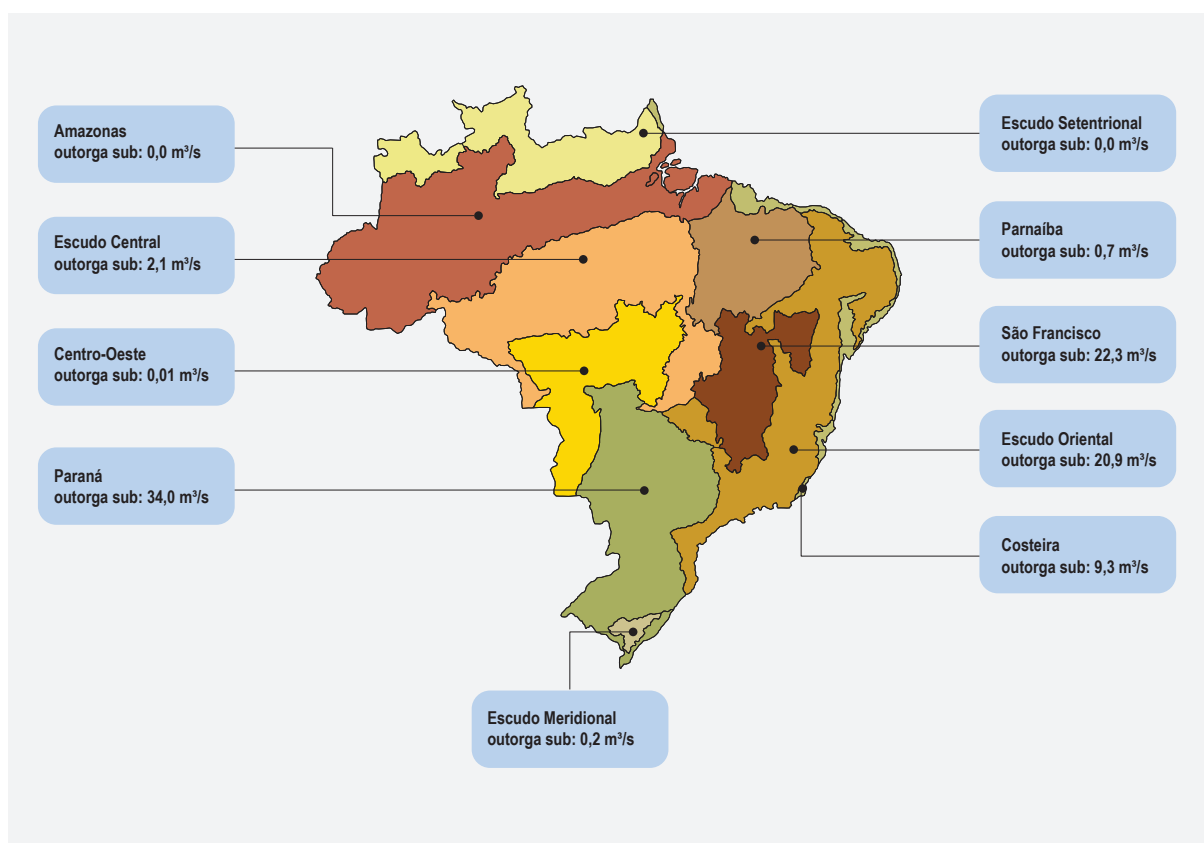


Figura 11 – Vazões para captações subterrâneas outorgadas por província geológica

2.3 Estimativa de Usos das Águas Outorgáveis no País

A fim de avaliar o grau de implementação da outorga no País e da abrangência da atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos é necessária a estimativa do número usuários de recursos hídricos atualmente em atividade, bem como de suas taxas de crescimento. Essas estimativas encontram dificuldades na inexistência e na deficiência dos cadastros de usuários de água existentes. No intuito de possibilitar uma primeira estimativa de usuários de abrangência nacional, optou-se por uma metodologia baseada em dados secundários que, embora possa conter algumas falhas, fornece uma ordem de grandeza do número de usuários da água existentes no País.

Por essa metodologia, foram feitas estimativas do número de usuários da água dos setores industrial, agrícola e de saneamento, que podem servir de comparação com o número de usuários regularizados pelos órgãos gestores e orientar as ações de cadastramento e regularização de usos da água.

Setor industrial

O número de unidades industriais existentes em uma região tem relação direta com o nível e as características das atividades econômicas. Em geral, o suprimento de água de grande parte das unidades industriais é feito por sistemas públicos de abastecimento. Da mesma forma, os sistemas públicos de esgotamento sanitário e o tratamento de esgotos atendem grande parte das indústrias existentes. Contudo, fatores como demanda hídrica e localização geográfica de matérias-primas, mercados consumidores e vias de escoamento da produção fazem com que unidades industriais sejam implantadas a grandes distâncias dos centros urbanos, levando à necessidade de utilização direta dos recursos hídricos, por meio de captações superficiais e subterrâneas e de lançamento de efluentes.

Para estimativa do número de indústrias que utilizam diretamente os recursos hídricos em cada Estado, recorreu-se ao Cadastro Central de Empresas do IBGE, selecionando-se as unidades das atividades:

- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal;
- Pesca;
- Indústrias extrativas;
- Indústrias de transformação, com mais de 50 empregados.

Também foram contabilizadas as usinas termoeletricas – UTE atualmente em operação, segundo o Banco de Informações de Geração da ANEEL, por representarem importantes usuários de recursos hídricos que normalmente não utilizam água de sistemas de abastecimento público. Os resultados apresentados na Tabela 3 mostram que, com base no crescimento médio observado entre 1999 e 2002, pode-se estimar em 103.996 o número de unidades atualmente em operação no País. Todavia, se fossem consideradas todas as unidades industriais, sem restrição de número de empregados, a estimativa seria de 571.834 unidades industriais. Assim, estima-se que cerca de 81,8% das unidades industriais existentes estejam ligadas a sistemas de abastecimento público.

É possível que, em muitos casos, o porte da indústria não esteja vinculado ao número de empregados, podendo existir unidades com poucos funcionários que são grandes consumidores de água e unidades com muitos funcionários supridas por redes de abastecimento público ou outras fontes. Também, a taxa de crescimento de número de unidades pode estar estreitamente vinculada ao crescimento da produção industrial do Estado que pode, no período de 2002 a 2005 ter sido distinto do ocorrido no período de 1999 a 2002. Contudo, as estimativas podem fornecer um primeiro panorama na quantidade de unidades industriais que utilizam diretamente os recursos hídricos no País.

Setor agrícola

Na atividade agrícola, as propriedades rurais que praticam a irrigação representam grandes consumidores de água. O número de propriedades agrícolas que praticam a irrigação pode variar, dentre outros fatores, em função do *déficit* hídrico

(evapotranspiração – precipitação), características das culturas e da estrutura fundiária da região.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995, realizado pelo IBGE, existiam 286.135 irrigantes no País, do total de 4.859.829 estabelecimentos recenseados. A área irrigada total era de 3.121.642 ha, do total de 51.853.110 ha plantados. Considerando-se constante a relação entre áreas irrigadas e áreas plantadas, pode-se estimar a área irrigada de cada Estado com base nas taxas de crescimento das áreas plantadas em cada Município no período de 1995 a 2001, disponibilizadas pela Pesquisa Agropecuária Anual, do IBGE. Considerando-se que a estrutura fundiária se manteve constante ao longo do tempo, pode-se estimar o número de irrigantes em 2001 e em 2005 a partir da área média por irrigante determinada em 1995 pelo Censo Agropecuário do IBGE. As estimativas, assim realizadas, são apresentadas na Tabela 4.

Deve-se observar que com o crescimento da produtividade agrícola constatado ao longo do tempo é provável que sejam cada vez maiores as frações de áreas irrigadas em relação às áreas totais plantadas. Assim, a suposição de relação constante entre essas áreas leva à subestimativa de áreas irrigadas. Por outro lado, é provável que cada vez mais produtores tenham acesso às técnicas de irrigação, em algumas regiões, e que a ampliação de áreas irrigadas não esteja acompanhada do aumento do número de irrigantes, em outras regiões. Outro fator refere-se ao porte dos usuários, pois se estima que grande parte dos irrigantes detenha pequenas áreas irrigadas, com consumos de água que podem ser considerados insignificantes. Portanto, devem-se avaliar os resultados das estimativas com cautela, embora forneçam uma ordem de grandeza do número de irrigantes existentes atualmente no País.

Setor de saneamento

O abastecimento público e o esgotamento sanitário das cidades e núcleos rurais representam importantes usuários de recursos hídricos, pela prioridade de atendimento prevista por lei e pelo potencial de poluição e uso dos recursos hídricos para diluição de efluentes. Em muitas localidades, o suprimento de água é feito por sistemas de abastecimento compostos

Tabela 3 – Estimativa do número de unidades industriais no País, com mais de 50 empregados

ESTADO	ATIVIDADE A		ATIVIDADE B		ATIVIDADE C		ATIVIDADE D		UTE	TOTAL		Tx (ind/ ano)	2005
	1999	2002	1999	2002	1999	2002	1999	2002	2005	1999	2002		
AC	197	239	8	11	94	127	2	11	16	301	388	29	491
AL	85	104	4	2	8	20	56	100	16	153	226	24	315
AM	155	201	24	43	45	66	82	220	103	306	530	75	857
AP	90	141	1	3	16	22	3	5	6	110	171	20	238
BA	846	966	97	116	142	193	196	460	20	1.281	1.735	151	2.209
CE	38	49	4	12	26	23	182	417	14	250	501	84	766
DF	392	459	12	17	81	128	31	69	1	516	673	52	831
ES	563	679	26	66	61	86	103	284	11	753	1.115	121	1.488
GO	463	477	24	65	52	75	154	368	19	693	985	97	1.296
MA	1.172	1.306	82	228	208	267	38	95	3	1.500	1.896	132	2.295
MG	372	484	45	140	270	314	853	1.903	29	1.540	2.841	434	4.171
MS	333	349	21	64	138	175	52	133	9	544	721	59	907
MT	920	1.053	60	89	152	193	84	203	43	1.216	1.538	107	1.903
PA	145	212	8	11	33	40	112	307	51	298	570	91	893
PB	144	150	16	33	51	61	53	156	4	264	400	45	540
PE	2.184	2.719	110	133	556	730	153	382	28	3.003	3.964	320	4.953
PI	4.628	5.579	107	154	3.463	4.159	27	68	4	8.225	9.960	578	11.699
PR	502	582	32	52	858	1.190	608	1.531	27	2.000	3.355	452	4.737
RJ	961	1.127	61	115	1.147	1.252	476	1.127	19	2.645	3.621	325	4.616
RN	9.904	10.914	268	440	2.452	2.642	45	136	5	12.669	14.132	488	15.600
RO	3.004	3.809	61	92	881	999	33	91	43	3.979	4.991	337	6.046
RR	1.838	2.504	127	198	644	698	0	5	74	2.609	3.405	265	4.275
RS	2.962	3.780	57	93	1.735	1.961	927	2.101	17	5.681	7.935	751	10.206
SC	1.482	1.699	25	38	136	167	591	1.371	16	2.234	3.275	347	4.332
SE	1.471	1.857	27	40	242	321	34	77	5	1.774	2.295	174	2.821
SP	1.497	2.002	38	61	472	608	3.365	7.398	250	5.372	10.069	1.566	15.016
TO	243	308	20	10	79	74	7	30	0	349	422	24	495
TOTAL	36.591	43.749	1.365	2.326	14.042	16.591	8.267	19.048	833	60.265	81.714	7.150	103.996

por unidades de captação, reservatórios, estações de tratamento de água e tubulações de adução e distribuição de água. Em outras, o suprimento é efetuado por poços, cisternas ou captações diretas em corpos de água e individuais por domicílio. Da mesma forma, existem localidades servidas por sistemas de esgotamento sanitário compostos por redes de coleta e estações de tratamento de esgotos e por esgotamento direto de domicílios, ligados a fossas ou diretamente a corpos de água.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, dos 44.795.101 domicílios existentes em 2001, 6.976.877 eram abastecidos por poços ou nascentes e, portanto, eram usuários diretos de recursos hídricos. Desses, 2.663.255 estavam situados em áreas urbanas e 4.313.622 na área rural. Comparando-se este último número com o número de estabelecimentos rurais recenseados no Censo Agropecuário de 1995

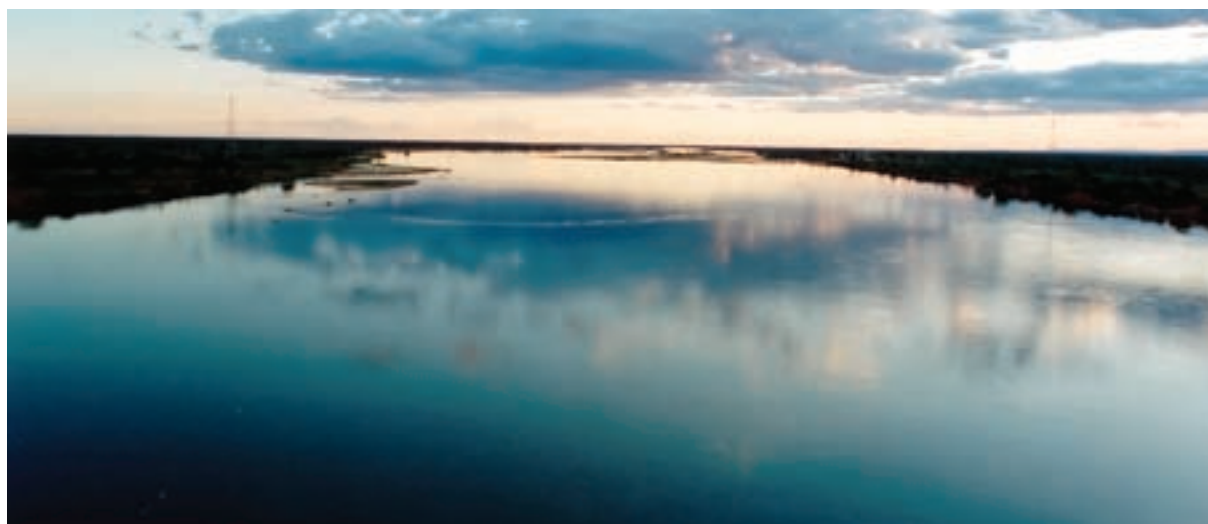
(4.859.829), pode-se concluir que, possivelmente, parte dos estabelecimentos passou a ser abastecida por redes de água e outra parte pode ter deixado de existir em razão do êxodo rural. Contudo, geralmente, os domicílios que utilizam diretamente os recursos hídricos estão associados a pequenas vazões e podem ser considerados insignificantes.

Quanto ao esgotamento sanitário, segundo o PNAD, existiam em 2001, 21.120.104 domicílios servidos por redes de coleta, 9.924.891 domicílios servidos por fossas e 15.461.731 não servidos por redes de coleta ou algum tipo de fossa. Embora os domicílios servidos diretamente por fossas possam ser considerados como usuários de recursos hídricos subterrâneos, com potencial relevante de poluição de águas subterrâneas e, em alguns casos, superficiais, não têm sido objeto de outorga pelos órgãos gestores.

Tabela 4 – Estimativa do número de estabelecimentos rurais que praticam irrigação no País.

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)			ÁREA IRRIGADA (ha)			IRRIGANTES			irrigan- tes/ano	
	1995	2001	2005	1995	2001	2005	1995	Área*	2001		2005
AC	119.913	102.604	130.901	728	623	795	126	6	108	138	7
AL	824.434	695.664	735.365	157.235	132.676	140.247	2.891	54	2.439	2.579	35
AM	81.232	197.059	278.767	209	506	716	113	2	274	388	28
AP	5.428	14.856	21.432	9.119	24.958	36.006	61	149	167	241	18
BA	3.402.045	3.847.837	4.571.615	209.705	237.184	281.799	33.876	6	38.315	45.522	1.802
CE	2.159.516	1.805.994	1.956.124	108.998	91.154	98.732	29.030	4	24.278	26.296	505
DF	79.125	85.252	89.561	12.591	13.566	14.252	1.469	9	1.583	1.663	20
ES	788.062	746.525	846.443	92.695	87.809	99.562	14.764	6	13.986	15.858	468
GO	2.696.938	3.125.038	3.588.444	115.364	133.676	153.499	6.750	17	7.821	8.981	290
MA	2.020.260	1.286.775	1.601.071	16.607	10.577	13.161	3.514	5	2.238	2.785	137
MG	4.441.473	4.059.376	4.533.366	323.239	295.431	329.927	47.673	7	43.572	48.659	1.272
MS	1.896.603	2.023.588	2.209.299	73.228	78.131	85.301	1.430	51	1.526	1.666	35
MT	3.526.239	4.755.542	5.900.848	59.226	79.873	99.109	1.047	57	1.412	1.752	85
PA	1.150.961	1.169.643	1.384.218	4.797	4.875	5.769	1.113	4	1.131	1.339	52
PB	902.298	515.662	572.944	63.306	36.179	40.198	9.145	7	5.226	5.807	145
PE	1.448.529	1.078.591	1.166.729	118.400	88.162	95.366	20.679	6	15.398	16.656	315
PI	1.503.178	914.585	1.081.510	18.254	11.106	13.133	4.929	4	2.999	3.546	137
PR	7.377.068	8.164.139	9.093.869	46.846	51.844	57.748	13.518	3	14.960	16.664	426
RJ	293.837	261.924	295.744	74.761	66.642	75.246	12.866	6	11.469	12.950	370
RN	649.873	406.868	437.530	45.778	28.661	30.820	6.158	7	3.855	4.146	73
RO	751.337	543.539	645.593	1.041	753	894	668	2	483	574	23
RR	37.862	34.503	46.721	5.660	5.158	6.984	272	21	248	336	22
RS	7.064.567	6.784.752	7.280.218	935.677	898.617	964.239	26.814	35	25.752	27.633	470
SC	2.124.097	1.721.607	1.843.560	114.116	92.492	99.044	13.475	8	10.922	11.695	193
SE	368.296	323.208	348.373	13.600	11.935	12.864	3.863	4	3.390	3.654	66
SP	5.836.401	5.835.340	6.382.554	438.996	438.916	480.076	29.323	15	29.318	32.067	687
TO	303.538	316.622	385.557	61.469	64.119	78.079	568	108	592	721	32
TOTAL	51.853.110	50.817.093	57.428.356	3.121.642	2.985.622	3.313.567	286.135	11	263.462	294.314	7.713

* Área = área média por irrigante (ha)



Para levantamento dos usuários mais importantes recorreu-se à Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, de 2000, que fornece o número de distritos abastecidos por fontes superficiais, poços ou adutoras, servidos por redes de coleta, que lançam esgotos em rios, lagos ou lagoas, e por fossas. A Tabela 5 mostra o número de distritos em cada Estado, segundo a fonte de abastecimento de água e segundo o destino dos esgotos domésticos. Quanto ao abastecimento, os distritos podem ser supridos:

- Por redes, tendo captações superficiais, subterrâneas ou estarem ligadas a adutoras;

- Por abastecimento direto tendo como fontes charizes, bicas, minas, poços particulares ou cursos d'água;

- Por outras fontes, como caminhões-pipa.

Quanto ao esgotamento sanitário, os distritos podem ser servidos:

- Por redes um, quando existem redes coletoras que lançam esgotos, com ou sem tratamento, em rios, lagos ou lagoas;

Tabela 5 – Estimativa do número de usuários de recursos hídricos do setor de saneamento.

ESTADOS	DISTRITOS	ABASTECIMENTO			ESGOTAMENTO SANITÁRIO				USUÁRIOS REC. HÍD.	
		REDES	DIRETO	OUTROS	REDES 1	REDES 2	FOSSAS	DIRETO	ÁGUA	ESGOTO
AC	22	22	0	0	3	0	14	5	22	8
AL	114	113	1	0	36	4	73	1	114	37
AM	81	62	17	2	1	0	0	80	79	81
AP	30	24	2	4	5	0	21	4	26	9
BA	812	750	49	13	270	12	481	49	799	319
CE	760	470	255	35	103	5	515	137	725	240
DF	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1
ES	249	231	11	7	164	7	36	42	242	206
GO	309	291	14	4	39	0	267	3	305	42
MA	244	204	35	5	5	1	218	20	239	25
MG	1.568	1.522	42	4	1.213	1	317	37	1.564	1.250
MS	163	141	15	7	24	0	131	8	156	32
MT	227	186	40	1	19	1	205	2	226	21
PA	232	200	32	0	11	4	203	14	232	25
PB	283	252	16	15	129	2	152	0	268	129
PE	381	315	32	34	258	2	119	2	347	260
PI	221	200	10	11	3	0	211	7	210	10
PR	748	663	72	13	154	2	581	11	735	165
RJ	276	244	32	0	200	11	53	12	276	212
RN	186	166	13	7	53	0	96	37	179	90
RO	76	43	33	0	5	0	71	0	76	5
RR	15	15	0	0	2	0	13	0	15	2
RS	1.147	941	188	18	245	4	890	8	1.129	253
SC	447	363	77	7	92	4	318	33	440	125
SE	83	80	3	0	50	0	26	7	83	57
SP	1.022	1.011	2	9	914	34	52	22	1.013	936
TO	151	146	5	0	4	0	144	3	151	7
TOTAL	9.848	8.656	996	196	4.003	94	5.207	544	9.652	4.547

Tabela 6 – Consolidação das estimativas de usos de recursos hídricos no País.

ESTADO	USUÁRIOS EXISTENTES EM 2005					CRESCIMENTO ESTIMADO POR ANO				
	ÁGUA	ESGOTO	INDÚSTRIAS	IRRIGAÇÃO	TOTAL	ÁGUA	ESGOTO	INDÚSTRIAS	IRRIGAÇÃO	TOTAL
AC	22	8	491	138	659	0	1	29	7	37
AL	114	37	315	2.579	3.045	0	4	24	35	63
AM	79	81	857	388	1.405	1	4	75	28	108
AP	26	9	238	241	514	0	1	20	18	40
BA	799	319	2.209	45.522	48.849	3	27	151	1.802	1.983
CE	725	240	766	26.296	28.027	15	33	84	505	635
DF	1	1	831	1.663	2.496	0	0	52	20	72
ES	242	206	1.488	15.858	17.794	1	4	121	468	593
GO	305	42	1.296	8.981	10.624	1	14	97	290	402
MA	239	25	2.295	2.785	5.344	2	12	132	137	283
MG	1.564	1.250	4.171	48.659	55.644	2	18	434	1.272	1.726
MS	156	32	907	1.666	2.761	1	7	59	35	102
MT	226	21	1.903	1.752	3.902	2	10	107	85	205
PA	232	25	893	1.339	2.489	2	11	91	52	155
PB	268	129	540	5.807	6.744	2	8	45	145	200
PE	347	260	4.953	16.656	22.216	3	6	320	315	644
PI	210	10	11.699	3.546	15.465	1	11	578	137	727
PR	735	165	4.737	16.664	22.301	4	30	452	426	911
RJ	276	212	4.616	12.950	18.054	2	3	325	370	700
RN	179	90	15.600	4.146	20.015	1	7	488	73	568
RO	76	5	6.046	574	6.701	2	4	337	23	365
RR	15	2	4.275	336	4.628	0	1	265	22	288
RS	1.129	253	10.206	27.633	39.221	10	45	751	470	1.277
SC	440	125	4.332	11.695	16.592	4	18	347	193	562
SE	83	57	2.821	3.654	6.615	0	2	174	66	241
SP	1.013	936	15.016	32.067	49.032	1	4	1.566	687	2.257
TO	151	7	495	721	1.374	0	7	24	32	64
Total	9.652	4.547	103.996	294.314	412.509	60	288	7.150	7.713	15.210

- Por redes dois, quando existem redes coletoras que lançam esgotos, com ou sem tratamento, em baías ou no mar;

- Por fossas, incluindo conjuntos de fossas sépticas e sumidouros e fossas secas;

- Por lançamento direto incluindo valas abertas, cursos d'água e outros.

Pode-se admitir que os usuários diretos de recursos hídricos que devem ser objeto de outorga, são compostos pelos distritos supridos por redes e por abastecimento direto e pelos distritos servidos por redes coletoras que lançam esgotos em corpos de água superficiais (redes 1), e por lançamento direto.

As estimativas da Tabela 5 também devem ser analisadas com cautela, já que existem sistemas de abastecimento e esgotamento que abastecem vários distritos, bem como existem distritos que possuem vários sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário, como o caso do Distrito Federal.

A expansão dos sistemas de abastecimento e o esgotamento sanitário, bem como das unidades individuais de captação de água e lançamento de esgotos doméstico, dependem de fatores como a capacidade de investimento dos serviços públicos de saneamento municipais e estaduais, para universalização do atendimento à demanda existente, e as dinâmicas sócio-econômicas regionais, que levam à criação de novas vilas e povoados e

à ampliação de limites urbanos de cidades. Considerando-se a universalização dos serviços de água e esgoto no prazo de 20 anos, com o atendimento a todos os distritos com redes de água e de coleta de esgotos, podem-se estimar as taxas esperadas de ampliação dos sistemas de saneamento em cada Estado em número de distritos por ano.

Estimativa final

A Tabela 6 apresenta a consolidação das estimativas realizadas por setor usuário e por Estado. Observa-se que existem cerca de 412.509 usuários da água, atualmente, em atividade no País. Desses, cerca de 71% refere-se à agricultura irrigada. Anualmente, é esperada a entrada de cerca de 15.210 novos usuários de água, que devem ser absorvidos pelos sistemas de outorga.

Atualmente, o sistema tem condições de atender a essa demanda, já que sua capacidade está em 17.353 outorgas/ano (Tabela 1). Entretanto, deve-se

lembrar que esse número de outorgas inclui usos pouco expressivos e intervenções, como as barragens. Também há duplicações de usos, já que vários usos referem-se ao mesmo empreendimento, como no caso de lançamentos de efluentes e captações de água (contabilizados como outorgas distintas) e de captações em corpos de água de diferentes dominialidades. Além disso, o número total de usos regularizados (95.107) representa cerca de 23% dos usos em atividade no País (412.509).

Ressalta-se que as estimativas não consideram usos da água para dessedentação de animais, consumo humano em domicílios individuais ou pequenas propriedades rurais e pequenas indústrias de transformação. Também não foram estimados os números referentes às obras hidráulicas, como barragens, canais e retificações. Os pequenos usuários e as barragens representam parcela significativa dos usos da água outorgados pelos órgãos gestores.



Adutora do cariri - PB



3 INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE OUTORGA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Conforme apresentado anteriormente, a outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/97. Da mesma forma, o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81.

Segundo a Resolução CONAMA nº 237/97, o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

O procedimento de licenciamento ambiental divide-se em três etapas: licença prévia – LP, de instalação – LI e de operação – LO, em função da fase de implantação do empreendimento. A licença prévia é concedida na fase preliminar do planejamento de empreendimento ou da atividade, aprovando sua localização e concepção, e atestando sua viabilidade ambiental.

A licença de instalação tem a finalidade de autorizar a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos

planos, programas e projetos aprovados. A LO deve autorizar a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores.

Em relação à autorização para utilização de recursos hídricos, por meio da outorga, podem ser também emitidos dois documentos diferentes em função da etapa de empreendimento. Para empreendimentos em fase de planejamento, podem ser emitidas outorgas preventivas de uso, com a finalidade de reservar a vazão passível de outorga, sem autorizar o uso propriamente dito das águas. Antes de iniciar a utilização das águas, os empreendimentos devem solicitar as outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

Segundo a Legislação Federal, há dois sistemas diferentes de análise e emissão de documentos, sendo um o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH – e o outro o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Dessa forma, para a implantação de um empreendimento, cuja atividade seja efetivamente ou potencialmente poluidora e que faça intervenção em recursos hídricos, é necessária a solicitação de licenças ambientais e outorgas de uso da água.

Apesar de serem sistemas diferentes, é importante que haja integração e articulação entre o órgão



licenciador e a autoridade outorgante, com a finalidade de compartilhar informações e compatibilizar procedimentos de análise e de decisão em suas esferas de competência.

Os procedimentos de integração e articulação entre esses órgãos podem ocorrer de duas formas. A primeira trata de determinar o momento em que cada órgão deve emitir suas autorizações frente aos documentos autorizativos do outro órgão e da comunicação entre eles. Outra forma de integração trata de verificar as informações necessárias aos dois órgãos e as análises que são realizadas de forma semelhante, de forma a evitar estudos em duplicidade pelo empreendedor e análises duplas pelos órgãos de recursos hídricos e ambiental.

Quanto ao procedimento de integração referente à primeira forma, foi aprovada, em 7 de dezembro de 2006, no CNRH, Resolução nº 65, que estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

Na Resolução em questão, para efeito de equiparação de nomenclaturas entre todos os órgãos gestores de recursos hídricos, foi necessária a definição de Manifestação Prévia equivalente à Outorga Preventiva e à Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da União, uma vez que existem nomes diferentes em vários Estados para o documento que reserva a disponibilidade hídrica necessária ao empreendimento.

O resultado das discussões realizadas levou à seguinte linha proposta. Para a emissão da Licença Prévia pelo órgão ambiental licenciador, deve ser apresentada a Manifestação Prévia para aquele empreendimento. Conforme informado anteriormente, a LP deve aprovar a localização e concepção do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental. É importante que no momento da emissão desse documento, o empreendedor já tenha obtido a Manifestação Prévia da autoridade outorgante competente, reservando a vazão passível de outorga.

Para os empreendimentos que obtiverem sua reserva de disponibilidade hídrica por meio da Manifestação Prévia e que precisarem utilizar ou intervir em recursos

hídricos apenas para sua operação, a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos será exigida apenas no momento da emissão da Licença de Operação. Nesse sentido, esse empreendimento poderá receber sua LI, implantar e, posteriormente, deverá ter sua Manifestação Prévia transformada em Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos apenas no momento em que for obter a LO. Esse caso ocorre, principalmente, para os empreendimentos de irrigação, sistemas de abastecimento e a maior parte das indústrias, que não necessitarão de água para a sua implantação, mas sim para a operação, por meio da captação ou do lançamento de efluentes.

No caso de empreendimentos que necessitem intervir em recursos hídricos para a sua implantação ou que, por qualquer motivo, não obtiverem a Manifestação Prévia, a Outorga de Direito de Uso das águas deverá ser exigida pelo órgão ambiental licenciador para a concessão da LI. O primeiro caso possível trata de empreendimentos como barragens ou canalizações, em que a intervenção em recursos hídricos ocorre em sua implantação. O segundo caso trata, principalmente, dos Estados que não emitem manifestação prévia, por não possuírem amparo em suas leis estaduais de recursos hídricos. Nesses casos, como é importante que o empreendimento possua alguma garantia de água para a sua implantação, deve ser emitida a sua Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos antes da LI.

Uma vez que a manifestação prévia e a outorga de direito de uso de recursos hídricos são previstos como documentos anteriores a licenças ambientais, é possível que ocorram casos em que eles sejam emitidos e que os pedidos de licenças ambientais, do mesmo empreendimento, sejam indeferidos. Nesses casos, foi previsto na proposta de resolução que a autoridade outorgante competente seja informada pelo órgão ambiental licenciador sobre seus pedidos de licença indeferidos, para a adoção de providências cabíveis.

Da mesma forma, a resolução prevê que, quando a análise da autoridade outorgante ou do órgão licenciador verificar a necessidade de alterações do empreendimento que modifiquem resultados da



Rio Taquari - MS

Nelson Neto de Freitas

análise do outro órgão, deve se articular com o empreendedor e com o órgão responsável pelo outro documento autorizativo na busca de alternativas para adequar o empreendimento às duas legislações ou aos dois procedimentos.

Em relação à segunda forma de integração prevista, devem ser realizados estudos para verificar a duplicidade de informações solicitadas e as análises realizadas de outorga de uso de recursos hídricos e do licenciamento ambiental. Nesse sentido, propõe-se que seja discutida a integração de procedimentos de análise técnica de processos de outorga com os de licenciamento ambiental que evitem a duplicidade de análises entre esses órgãos e que levem à compatibilização de tomadas de decisão.

A discussão de procedimentos articulados entre as autoridades outorgantes e os órgãos licenciadores deve ser realizada de forma articulada em grupos de trabalho formados por representantes de Câmaras Técnicas do CNRH e do CONAMA por tema específico e com representações podendo ser variáveis em função do tema. Entre os temas mais prementes, pode ser citada a necessidade de articulação de procedimentos de análises de outorgas e licenciamentos ambientais para lançamentos de efluentes e para aproveitamentos hidrelétricos. As propostas de resolução deverão definir os conteúdos das

análises bem como os momentos em que devem ser trocadas informações entre as autoridades outorgantes de recursos hídricos e os órgãos licenciadores de meio ambiente. Nas discussões a serem realizadas, os procedimentos de análise em duplicidade deverão ser evitados no sentido de otimizar o tempo de análise dos pedidos desses dois órgãos.

Pode ser ressaltada, ainda, outra possibilidade advinda da aprovação da Resolução CNRH nº 65, no que trata da integração de sistemas visando ao compartilhamento de informações relevantes às análises de órgãos licenciadores e autoridades outorgantes de recursos hídricos. Para isso, o CNRH aprovou, em 07 de dezembro de 2006, a moção nº 39, recomendando a integração de sistemas com vistas à disponibilização de informações entre alguns órgãos. Os sistemas para os quais foi recomendada a integração são: Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA, Sistema de Informação de Águas Subterrâneas - SIAGAS, Sistema de Recursos Hidrogeológicos do Brasil - SIGHIDRO, Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS, Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos - SIPNRH e Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH. O compartilhamento dos bancos de dados e a uniformização de informações referentes a esses sistemas poderão dar suporte às análises de processos de outorga e de licenciamento ambiental.



4 PROPOSTAS DE DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DO INSTRUMENTO OUTORGA

A avaliação dos sistemas de outorga do País mostra que, desde a criação do primeiro órgão gestor de recursos hídricos e, mesmo com os avanços verificados após 1997, o número total de usos de recursos hídricos que possui outorga é, ainda, pequeno diante da estimativa de usos atualmente existentes (cerca de 23%). Por outro lado, as dificuldades atualmente encontradas pelos órgãos gestores indicam que o crescimento anual de usuários de recursos hídricos deve ser superior às capacidades atuais de regularização, ainda mais considerando-se as previsões e necessidades de crescimento econômico para os próximos anos. Essas constatações trazem a necessidade de mudança nas ações relacionadas à regulação dos usos da água, para a efetiva implementação da outorga em âmbito nacional e cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Nesse contexto, propõem-se as seguintes ações, detalhadas a seguir:

- Execução de campanhas de regularização em massa de usos de recursos hídricos, por bacia

hidrográfica, por meio do cadastramento e outorga dos usuários existentes e com base em regras previamente definidas entre os órgãos gestores de recursos hídricos;

- Estruturação e implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, que comporá o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, como instrumento de operacionalização e apoio às campanhas de cadastramento, de integração e troca de informações entre órgãos gestores e de apoio à outorga e demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Estabelecimento de conjuntos de regras de uso da água e procedimentos de outorga, aqui chamados marcos regulatórios, de forma articulada entre os órgãos gestores e com a participação dos usuários de recursos hídricos, que possibilitem, em primeiro momento, a regularização dos usos existentes e, em segundo momento, o fornecimento sustentável de água aos diversos usos da água em determinado horizonte de tempo, tendo como diretriz os Planos de Recursos Hídricos.



4.1 Campanhas de Regularização de Usos de Recursos Hídricos Existentes

A maior parte dos Estados tem suas leis de recursos hídricos instituídas após a Lei Federal nº 9.433, de 1997, sendo, portanto, bastante recentes. Mesmo faltando apenas o Estado de Roraima para instituir a sua Política Estadual de Recursos Hídricos, havia, até dezembro de 2004, apenas 16 Estados emitindo outorgas, além da União, por meio da ANA. A partir daí, apenas os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina iniciaram os procedimentos de emissão de outorgas. Além disso, para a maior parte das autoridades outorgantes, trata-se de um procedimento novo, já que pode ser verificado que a grande maioria dos usuários de recursos hídricos existentes atualmente não possuem outorgas.

Nesse sentido, recomenda-se que, para os usuários existentes, sejam realizadas campanhas de regularização de usos de recursos hídricos por bacia hidrográfica. No primeiro momento, deve ser

prevista a realização de cadastro de usuários existentes, o que possibilitará a avaliação das reais condições atuais de usos da água e conflitos existentes. A partir das avaliações de demanda e da elaboração dos estudos de disponibilidade hídrica na bacia hidrográfica, podem ser definidas regras específicas de uso da água que possibilitem a garantia de atendimento a todos os usuários existentes, prevendo-se eventuais condições de racionamento. Essas regras deverão ser discutidas entre todas as autoridades outorgantes envolvidas no trabalho, a fim de estabelecer critérios a serem utilizados para a emissão das outorgas dos usuários cadastrados.

Algumas experiências de campanhas de cadastro, desenvolvidas desde 2002, apresentadas na Tabela 7, podem fornecer subsídios para a definição e aperfeiçoamento de metodologias. Essas

Tabela 7 – Experiências e metodologias e resultados de campanhas de cadastro

CAMPANHA / BACIA	METODOLOGIA	RESULTADOS
Bacia do rio Paraíba do Sul (2002)	Cadastro inteiramente declaratório, por meio do envio de dados via internet, associado a campanha de divulgação e mobilização de usuários de água, promovida por entidades com atuação na bacia, com o apoio de escritórios regionais.	Cadastro de 3.936 usuários de água em três meses. Muitos usuários do setor agrícola foram cadastrados via internet. O cadastro permitiu a instalação da cobrança, em 2003, embora a flexibilização da entrada de dados tenha gerado muitas inconsistências na base de dados, dificultando a emissão de outorgas.
Bacia do rio Preto no Distrito Federal (2003)	Cadastro censitário focado no setor agrícola, executado por empresa contratada.	Cadastro de 427 usuários de água em seis meses, com abrangência satisfatória. Para a emissão de outorgas, foi necessária a realização de campanhas de divulgação e a montagem de escritórios em campo, para atualização de dados e entrega de documentos adicionais.
Bacia do rio Verde Grande (2004)	Cadastro com escritórios em campo com equipes volantes, associado a campanha de divulgação e mobilização. Os usuários de água podem se cadastrar de forma declaratória nos escritórios ou serem visitados por pelas equipes volantes para coleta de dados in loco.	Cadastro de 1.800 usuários de água em seis meses, com abrangência satisfatória, permitindo a alocação negociada de água nos açudes existentes. Deficiências no banco de dados ainda não permitiram a emissão de outorgas.
Bacia do rio São Francisco (2005-2006)	Cadastro censitário universal, realizado por fundações públicas, por meio de convênios, associado a campanha de divulgação e mobilização e forte articulação entre órgãos gestores e comitês de bacia.	Cadastro de 85.038 usuários de água em 10 meses, cobrindo, principalmente, o setor agrícola. Parte do cadastro (30.000 usuários na Bahia) foi realizado em Palm-tops, conferindo maior agilidade na coleta e armazenamento de dados. Grande quantidade de usuários cadastrados considerados pouco expressivos, em termos de uso da água, elevando os custos do cadastro.
Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2005)	Cadastro constituído a partir de banco de dados de outorgas, já existente, associado a campanha de divulgação e mobilização de usuários de água para retificação ou ratificação de dados	Cadastro de 116 usuários de água em um mês, apenas em rios de domínio da União, com abrangência satisfatória. O uso do sistema Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos permitiu o controle da consistência dos dados declarados, agilizando a instalação da cobrança.



experiências evidenciam a importância da articulação entre órgãos gestores e a participação de comitês de bacia e setores usuários, principalmente, nas fases de mobilização e divulgação do cadastro. Ao mesmo tempo, revelam a necessidade de que a fase de execução do cadastro seja realizada por entidades com capacidade operacional e gerencial adequada. Por outro lado, os sistemas de banco de dados utilizados têm grande importância no controle da consistência dos dados informados, fundamental para as fases posteriores de utilização dos dados na outorga, cobrança e planos. Nesse aspecto, merece destaque o sistema CNARH, desenvolvido pela ANA, que opera via internet e possui a flexibilidade necessária à integração, com os diversos sistemas existentes, e à aplicação em diversas situações e metodologias.

Quanto às estratégias de cadastro, constata-se que a maior parte da demanda por água está concentrada em uma pequena fração dos usuários. Assim, dadas às limitações orçamentárias, é importante que as campanhas de cadastro tenham como foco os usuários mais expressivos em termos de uso das águas. A exceção pode caber a

regiões de cabeceira e semi-áridas, onde, devido à baixa disponibilidade hídrica, mesmo pequenos usuários podem ser expressivos.

Na linha de redução dos custos dos cadastros, as experiências mostram que o uso e a importação de bases de dados existentes, como bancos de dados de outorgas, anteriormente às campanhas, podem aumentar a qualidade e otimizar os esforços e recursos necessários, pois fornecem um mapa das regiões e setores ainda não cadastrados. Nesse sentido, a articulação com os setores usuários pode ajudar a identificar e cadastrar usuários de água, anteriormente às campanhas de campo.

Em síntese, para a regularização dos usos de recursos hídricos existentes, devem ser realizadas ações de planejamento pró-ativas articuladas entre as autoridades outorgantes estaduais e a ANA. Essas ações devem ser estabelecidas com a realização de cadastros de usuários seguidos de marcos regulatórios e da emissão das outorgas, regularizando os usuários existentes, de modo a criar vínculos diretos, entre os usuários e os órgãos gestores, que permitam a constante atualização do cadastro.

4.2 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH

O CNARH tem por objetivo a reunião e disponibilização sistemática de informações sobre usuários e demandas de recursos hídricos existentes em todo o País, para suporte às diversas ações de gestão, notadamente a outorga. Dessa forma, o CNARH poderá auxiliar no planejamento e na alocação de água para atendimento a usos de recursos hídricos, na identificação de conflitos pelo uso da água, na uniformização de informações sobre demandas em âmbito nacional e na integração da atuação dos diversos órgãos gestores de recursos hídricos.

Essencialmente, o CNARH é composto por um código identificador do usuário de recursos hídricos e uma lista básica de dados cadastrais e técnicos sobre os usos de recursos hídricos existentes. Caso haja interesse, em cada região, bacia ou área de atuação de órgãos gestores de recursos hídricos, poderão ser adicionadas informações específicas sobre os usos de recursos hídricos. Os códigos e as informações básicas de cada usuário estarão acessíveis a todos os órgãos gestores de recursos hídricos, uniformizando e integrando as ações.

Todos os usuários de recursos hídricos no território nacional podem se cadastrar no CNARH, via internet, e atualizar as informações a qualquer tempo, induzindo-se a declaração anual de usos de recursos hídricos. Ao se cadastrar, o usuário fornece os dados técnicos básicos necessários à emissão de outorgas e à instalação da cobrança, bem como à elaboração de estudos e planos de bacia. Esses dados deverão ser complementados por informações e documentos que cada órgão gestor exige, facilitando o processo de emissão da outorga de direito de uso de recursos hídricos ou indicando as condições para que o usuário possa ter acesso à água.

Atualmente, o sistema CNARH já opera em âmbito nacional, sendo composto por um sistema de banco de dados robusto e flexível, baseado em um

modelo conceitual de usuário de recursos hídricos capaz de caracterizar empreendimentos dotados de vários componentes que utilizam os recursos hídricos de forma integrada, como empreendimentos que possuem unidades de irrigação e processamento industrial, cada uma com diversos pontos de captação e de lançamento de efluentes, cada qual em um corpo hídrico de diferente dominialidade. A caracterização geral desses empreendimentos possibilita a avaliação da eficiência global do uso da água e a gestão das demandas hídricas.

Para gestão de recursos hídricos em bacias compartilhadas entre Estados, o sistema CNARH deve permitir a troca de dados e a integração com os diversos sistemas existentes, referentes aos processos de outorga, fiscalização e cobrança. Dependendo da situação de cada órgão gestor, o sistema CNARH poderá ser adotado como sistema de cadastro do Estado, facilitando a troca de dados, ou implementar e adotar o seu próprio sistema, que se comunicará com o sistema CNARH, via internet. Isso será possível com a desejável integração ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH, em fase de desenvolvimento. Nesse sentido, são importantes as seguintes ações:

- Definição dos mecanismos de codificação, cadastramento de usuários e atualização de dados, envolvendo todos os órgãos gestores de recursos hídricos, priorizando-se aqueles com atuação em bacias estratégicas ou com conflitos;
- Capacitação e aparelhamento dos órgãos gestores de recursos hídricos para codificação, cadastramento, recepção e manutenção dos dados informados, de forma integrada;
- Viabilização dos mecanismos de troca de informação, controle e manutenção dos sistemas de cadastramento, a partir das tecnologias adequadas.

4.3 Estabelecimento de Marcos Regulatórios

O cadastramento e a regularização de usos da água possibilitará a avaliação das atuais condições de uso da água e o traçado de prognósticos quanto aos usos futuros da água. Assim, os marcos regulatórios poderão ser compostos por regras de uso da água necessárias à regularização dos usos existentes e por regras para a outorga de direito de uso de recursos hídricos a novos usuários a serem instalados em um determinado horizonte de tempo. Como resultado, poderão ser integradas as ações de outorga, controle e fiscalização dos usos da água dos diversos órgãos gestores.

Notadamente no que se refere aos futuros usuários de água, o marco regulatório deve prever a definição da alocação de água, por região, por setor usuário e por período de tempo, e de requisitos de vazão mínima e de carga máxima de poluentes na transição dos domínios dos corpos de água, conforme previsão do artigo 17 do Decreto Federal nº 3.692, de 2000.

Os conjuntos de regras de uso da água, aqui chamados de marcos regulatórios, poderão ser estabelecidos nas bacias onde há ou não Planos de Recursos Hídricos. Quando existirem Planos, suas diretrizes devem nortear a definição das regras de uso da água, sendo o marco regulatório o mecanismo de formalização das intenções do Plano e de integração dos órgãos gestores de recursos hídricos para a gestão dos recursos hídricos. Quando não existirem planos, os estudos básicos do marco regulatório podem servir como primeiras estimativas de demandas e ofertas hídricas e como regras temporárias de uso da água, formalizadas pelos órgãos gestores de recursos hídricos, que deverão ser revistas quando da elaboração e aprovação dos Planos. Deve-se frisar que os marcos regulatórios não substituem os Planos de Recursos Hídricos, sob nenhum aspecto, mas, apenas, formalizam suas diretrizes no âmbito dos órgãos gestores de recursos hídricos, permitindo que seus objetivos sejam alcançados por meio da definição de regras de uso da água e de ações integradas dos órgãos gestores.

Experiências recentes na elaboração de marcos regulatórios e processos de alocação negociada de

água, nas bacias dos rios Piranhas Açu (PB/RN), Vaza Barris (SE/BA), Pipiripau (GO/DF), Verde Grande (MG/BA – açudes Bico da Pedra, Cova da Mandioca e Estreito) e Paranã (GO/TO), possibilitaram a definição de regras de uso da água e a compatibilização entre ofertas e demandas hídricas, permitindo a regularização dos usos mediante a emissão de outorgas e de certificados/declarações de usos dispensados de outorga (usos insignificantes). Nesses processos, dirigidos às bacias estratégicas ou em conflito, devem ser previstas as seguintes etapas:

- Elaboração de estudos técnicos que permitam o conhecimento do comportamento da disponibilidade de água e das garantias de uso, como regionalização de vazões, vazões regularizadas por açudes e capacidades de suporte a cargas de poluição;
- Elaboração de estudos técnicos que permitam a quantificação das demandas hídricas associadas a cenários de uso da água, preferencialmente baseados em cadastros;
- Proposição de regras de uso da água baseadas em cenários de utilização;
- Discussão e negociação das regras de uso da água, com a participação de órgãos gestores e setores usuários;
- Monitoramento e controle dos usos, de modo a averiguar o cumprimento das regras estabelecidas.

Alocação Negociada de Água

O termo Alocação Negociada de Água é uma das manifestações dos Marcos Regulatórios e surgiu da experiência da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH do Estado do Ceará. Há mais de 10 anos, a COGERH, em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos do mesmo Estado e com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, vem gerenciando as águas de mais de 100 reservatórios/açudes daquele Estado, associando sistemas computacionais de simulação hidrológica à participação, negociação e decisão popular acerca dos múltiplos usos da água.

De forma geral, o regime de chuvas da região semi-árida brasileira é caracterizado por um semestre seco e outro com possibilidade de ocorrência de precipitação.

Porém, não se dispõe, ainda, de ferramentas que sinalizem, com boa confiabilidade, as chances de haver precipitação no período propício para tal.

Assim, a cada ano, os administradores de reservatórios se vêem diante de decisões difíceis de serem tomadas quanto aos volumes de água que podem ser liberados de suas reservas hídricas para os múltiplos usos.

Sabendo:

- o quanto possui de água armazenada no reservatório no final do período chuvoso;
- que pelos próximos 6 meses, pelo menos, as chances de recarga ao reservatório são pequenas, dado que não haverá chuva e os rios estarão provavelmente secos;
- que não há certeza se no próximo período de chuva a mesma ocorra e, caso ocorra, qual será a sua magnitude e o quanto dela se transformará em aporte de água para o reservatório;
- que as taxas de evaporação líquida são muito elevadas na região; o administrador deve possuir elementos técnicos e legais para tomar a decisão mais correta possível sob pena de:
 - se liberar água demais, corre o risco de não haver recarga de água suficiente no ano seguinte e isso acarretar sérias restrições ao abastecimento das populações, impondo medidas de racionamento;
 - se liberar água de menos, além de restringir os usos da água da região (diminuição da produção, da renda, do emprego), corre o risco de no ano seguinte haver uma recarga de água generosa (ano úmido) e o reservatório verter (sangrar), perdendo, portanto, a possibilidade de guardar esse excesso de água para os anos seguintes.

Uma outra questão que surge é a possibilidade de os próprios usuários de água do reservatório participarem do processo de decisório sobre o nível de alocação de água que deverá ser realizado a cada ano, ou seja, sobre o nível de risco que eles mesmos querem correr.

Há, ainda, o fato de que, historicamente, o Poder Público ter sido o agente principal e o único a decidir sobre o destino dessas águas, recaindo sobre si todas as responsabilidades pelas más decisões.

A partir do momento que o Poder Público percebe que pode dividir essa responsabilidade com os usuários de água, ele o faz, principalmente diante de tão pouca confiabilidade nas previsões meteorológicas.

Em função dessas constatações e possibilidades, adotou-se o caminho de aliar, de um lado, técnica e conhecimento hidrológico e até meteorológico e, de outro, a participação popular no processo decisório do destino das águas dos açudes da região semi-árida brasileira, bem como dos níveis de risco de desabastecimento que os usuários estão dispostos a correr.

Cabe uma ressalva no sentido de priorizar, em qualquer hipótese, os usos destinados ao consumo humano e à dessedentação de animais, conforme prevê um dos fundamentos (Art. 1º, inciso III) da Lei nº 9.433/97 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Portanto, anualmente (no mínimo), após o período chuvoso, são realizadas as reuniões de Alocação Negociada de Água com a Comissão Gestora do Açude, composta por representantes de órgãos gestores de recursos hídricos, o proprietário do reservatório e os usuários de água.

A Comissão Gestora decide o nível de alocação de água, no tempo e por finalidade de uso, a partir de simulações hidrológicas elaboradas pelo órgão gestor competente.

Tal metodologia encontra respaldo na atual legislação de recursos hídricos que estabelece que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada

e deve contar com a participação dos usuários de água e das comunidades (Art. 1º, inciso VI da Lei nº 9.433/97 e leis estaduais de recursos hídricos).

Além de ser legal, o processo decisório, realizado dessa forma, é também legítimo, uma vez que possui apoio – e participação – das populações diretamente afetadas por essas decisões. Dessa forma, garante-se a sustentabilidade e a eficácia das decisões, pois gera comprometimento espontâneo da sociedade, com mecanismos, até, de fiscalização informal de um usuário de água com o outro e as condições de solução de conflito no âmbito local.

Ressalta-se que as outorgas de direito de uso de recursos hídricos são emitidas seguindo essas regras. Isso significa que o ato de outorga formaliza uma negociação social, formalmente concebida, devidamente representada, tecnicamente respaldada, legalmente amparada e com legitimidade para dar sustentabilidade ao processo.

Exercendo, portanto, os ditames legais da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Alocação Negociada de Água é uma das mais significativas expressões da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos em vigor no País.



Acervo TDA

4.4 Regularização de usos para a outorga em setores estratégicos

Alguns setores usuários de recursos hídricos são estratégicos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos e devem ser objeto de ações específicas de regularização. Dentre esses setores destacam-se o de saneamento, o de transporte hidroviário, o industrial, o energético, a agricultura irrigada e a aquicultura. Ações específicas também devem ser definidas para a regularização de reservatórios.

Quanto aos diversos setores de usuários de recursos hídricos, propõe-se que, na elaboração de seus Planos Setoriais, haja a previsão de interação com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, para que as ações propostas sejam compatibilizadas com a real necessidade hídrica.

Saneamento

No que se refere ao setor saneamento, os principais usos de recursos hídricos sujeitos a outorgas são as captações de águas superficiais e subterrâneas para abastecimento público e os respectivos lançamentos de efluentes. Essas captações e lançamentos de efluentes podem ser caracterizadas como parte de empreendimentos integrados, como sistemas de abastecimento público ou esgotamento sanitário.

Por disposição constitucional, a titularidade dos serviços de saneamento, quando de interesse local, é dos municípios. Entretanto, em muitos casos, Companhias Estaduais de Saneamento e outras entidades têm concessão de prefeituras para a prestação dos serviços, seja de abastecimento de água seja de esgotamento sanitário. Nesse sentido, a articulação entre órgãos gestores de recursos hídricos, prefeituras e companhias de saneamento pode contribuir para a obtenção de informações básicas referentes aos sistemas de saneamento no País, tornando possível a regularização dos seus usos de recursos hídricos.

Sendo assim, recomenda-se que sejam realizadas parcerias entre as entidades do setor saneamento e as autoridades outorgantes, no sentido de buscar a regularização de todos os usos de recursos hídricos desse setor. Recomenda-se, ainda, que as autoridades

outorgantes se articulem com entidades como a ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), a AESBE (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais), o Ministério das Cidades, em especial a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) a fim de discutir as outorgas para esses usos de recursos hídricos e a regularização dos usos existentes.

Transporte Aquaviário

O setor aquaviário caracteriza-se como usuário de recursos hídricos sob dois aspectos: quando efetua intervenções hídricas no regime e na quantidade das águas para manter ou melhorar as condições de navegação e quando demanda a manutenção de níveis d'água adequados à navegação. Em ambos os aspectos, existem relações diretas com a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

A Lei Federal nº 9.433/97 aborda, em dois momentos, alguns aspectos da relação da navegação com a outorga. No seu artigo 13 é afirmado que toda outorga deverá respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. Já o artigo 15 define as circunstâncias pelas quais as outorgas podem ser suspensas, sendo uma delas a necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

As intervenções hídricas resultantes da atuação do setor aquaviário correspondem às obras de elevação de nível d'água (eclusas) e de regularização de vazões, canalizações, dragagens e derrocamentos, dentre outras. Essas intervenções são sujeitas à outorga, e o setor aquaviário deve ser tratado como qualquer outro usuário de recursos hídricos que implanta obras hidráulicas. Aqui, os desafios estão relacionados ao cadastramento e à regularização das obras atualmente em operação, ao aprimoramento dos procedimentos técnicos de análise de pleitos de outorga, à indução dos múltiplos usos de recursos hídricos e à internalização do planejamento setorial nos Planos de Recursos Hídricos, balizadores da outorga. Nesse sentido, recomenda-se:

- O aprimoramento dos procedimentos técnicos e administrativos de outorga, com ênfase na internalização do planejamento da implantação de obras do setor aquaviário;
- Articulação e integração dos procedimentos de outorga dos órgãos gestores de recursos hídricos;
- Articulação dos órgãos gestores de recursos hídricos com as entidades do setor aquaviário para regularização das intervenções existentes.

Nos corpos de água utilizados como vias navegáveis é necessária a manutenção de níveis d'água adequados, de modo a permitir o trânsito de embarcações com os calados previstos. No caso da navegação em reservatórios, os níveis d'água estão relacionados a volumes acumulados, devendo-se definir regras de operação que garantam os níveis d'água adequados nos períodos de interesse do setor aquaviário. No caso da navegação em trechos de rios, os níveis d'água estão relacionados a vazões mínimas, devendo-se definir regras de operação do sistema hídrico existente, formado por reservatórios de regularização situados a montante e a jusante, de modo que sejam mantidas as vazões e os níveis d'água adequadas nos períodos e nos trechos de interesse do setor aquaviário.

A necessidade de manutenção de vazões ou de volumes mínimos para a navegação em rios ou em

reservatórios restringe os consumos de água situados na bacia hidrográfica. Considerando-se que toda outorga deve respeitar as necessidades do transporte aquaviário e que as hidrovias não são sujeitas à outorga, observa-se a necessidade da criação de mecanismos de negociação entre setores usuários, para que a outorga cumpra o objetivo de garantir o exercício dos direitos de acesso à água a todos os usos. Nesse sentido, recomenda-se:

- A caracterização das necessidades do setor aquaviário, em termos de corpos de água e trechos de rios utilizados, períodos de utilização, níveis d'água, vazões e volumes mínimos necessários, com base no planejamento setorial;
- Aprimoramento dos procedimentos de outorga, internalizando-se as necessidades do setor aquaviário e as regras de operação dos sistemas hídricos;
- Definição, nos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas, das prioridades de usos da água e das condições de navegação a serem respeitadas no processo de outorga dos diversos usos da água, mediante a articulação e negociação entre setores usuários.

A implantação de obras de interesse de outros setores, como usinas hidrelétricas e reservatórios de regularização, pode dificultar ou inviabilizar a navegação em trechos de rios. Nesse sentido, as



Lagoa do Mundaú - AL

dificuldades institucionais do setor aquaviário, no que se refere ao planejamento e à capacidade de participação financeira nas obras, aliadas à necessidade e à capacidade de expansão de outros setores, como o elétrico e a descompatibilização de cronogramas de investimentos em obras de aproveitamentos hídricos, corroboram para a desarticulação entre setores usuários e para os conflitos pelo uso da água. Nesse sentido, recomenda-se:

- A revisão e atualização do Plano Nacional de Viação, de 1973, de modo a redefinir as prioridades e os cronogramas do setor aquaviário, sob os novos princípios e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, notadamente no que se refere aos usos múltiplos de recursos hídricos;
- A discussão e negociação, no âmbito do Governo Federal, das interferências resultantes das obras previstas por cada setor e a consolidação das decisões no âmbito dos Planos de Recursos Hídricos, quando terão lugar os demais usuários da água.

Agricultura Irrigada

Conforme pode ser verificado na análise das outorgas emitidas no País, contida no presente documento, a irrigação de culturas é o uso de recursos hídricos com maior demanda de água em termos consuntivos. Em várias áreas no País com predominância de agricultura irrigada podem ser percebidos conflitos pelo uso da água entre usuários do próprio setor ou com usuários de outros setores como o de geração de energia hidrelétrica. Sendo assim, torna-se de grande relevância que os usuários de recursos hídricos desse setor tenham suas captações regularizadas por meio da outorga.

Uma boa parte dos usuários de irrigação não possui, ainda, conhecimento da necessidade e dos pontos positivos de buscar a sua outorga de direito de uso das águas. Nesse sentido, no primeiro momento, devem ser realizadas ações para a regularização de usuários já existentes, por bacia hidrográfica. Ações de cadastramento de usuários por bacia estão sendo desenvolvidas pela ANA em articulação com autoridades outorgantes estaduais e devem continuar no sentido de abranger

o maior número possível de usuários existentes com situação regularizada em termos de uso da água.

O estabelecimento da Política e do Plano Nacional de Irrigação são demandas essenciais para orientar o desenvolvimento desse setor. A elaboração de um Cadastro Nacional de Irrigantes e de censos de irrigação de forma sistemática são também instrumentos relevantes para o setor.

Além das ações enumeradas acima, devem ser buscadas alternativas como parcerias com as concessionárias de energia elétrica no sentido de que, ao instalar pontos de energia para a utilização de sistemas de bombeamento no meio rural, seja solicitado documento de outorga autorizando o uso da água.

Outro parceiro importante das autoridades outorgantes deve ser o órgão de financiamento bancário. Os usuários de irrigação necessitam, na maioria das vezes, financiar os sistemas de irrigação ou mesmo o seu plantio. Sendo assim, é recomendada a articulação entre essas entidades com a finalidade de determinar uma metodologia em que, ao solicitar o financiamento bancário, os usuários de recursos hídricos sejam impelidos a regularizar seu uso de recursos hídricos. Esse ponto é de grande relevância também para o órgão de financiamento, pois com a obtenção da outorga, o usuário aumenta a sua garantia de pagamento do empréstimo, decorrente da garantia do suprimento de água para uma determinada área do empreendimento.

No entanto, apenas a realização de ações que façam que os usuários solicitem suas outorgas não soluciona o problema quanto aos conflitos existentes. Essas ações devem ser articuladas com propostas de metodologias de análise técnica e alternativas para a emissão das outorgas em áreas de conflito. Devem ser buscadas alternativas como alternância de usos, melhoria dos sistemas de irrigação implantados para a redução de perdas e propostas de *time sharing*. É de suma importância que a outorga seja entendida como a garantia de que a necessidade hídrica para a irrigação proposta será atendida na maior parte do tempo. Entretanto, pode ocorrer a possibilidade de racionamento em anos críticos de vazão. Nesses

anos, as prioridades definidas em legislação devem ser seguidas com o atendimento, no primeiro momento, ao consumo humano e à dessedentação de animais, e deve ser estabelecido procedimento claro de racionamento para os usos de outros setores, notadamente a irrigação.

Em síntese, devem ser realizados estudos e programas para que a outorga para o setor irrigação seja universalizada e realmente siga seu papel de instrumento efetivo de gestão de recursos hídricos.

Setor Industrial

Grande parte do setor industrial é formada por empreendimentos cujo suprimento de água e esgotamento de efluentes são realizados por sistemas públicos de saneamento. Entretanto, parte do setor, notadamente formada por grandes usuários de água, capta e despeja efluentes diretamente em rios e aquíferos. Dessa forma, o processo de regularização deve estar centrado nessa última parcela do setor.

Assim como para a agricultura irrigada, há muitos usuários de águas para consumo industrial que não têm, ainda, o devido conhecimento do instrumento da outorga e da necessidade e importância de regularizar seus usos de águas. Sendo assim, é proposto que sejam realizadas ações junto à Confederação Nacional das Indústrias e às Federações estaduais de indústrias na busca desses usuários de recursos hídricos. Com base em cadastros existentes de indústrias de cada tipologia e aproveitando a implantação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, devem ser realizadas chamadas para que as indústrias cadastrem seus usos de águas para sua regularização quanto à outorga.

Para a busca de usuários do setor industrial a fim de regularizar os usos de recursos hídricos devem ser buscadas como parceiras as empresas de certificação ISO. Isso é importante no sentido de que, para a obtenção do seu certificado seja obrigatória a regularização dos usos de águas da indústria, por meio das outorgas.

A Política de recursos hídricos deve ser articulada com a estratégia para implementação da Política

definida em Planos existentes do setor industrial, no sentido de verificar as regiões em que já existe ou há previsão de implantação de distritos industriais em que poderia haver grande demanda de usos da água e possibilidade de instalação de conflitos. Nessas áreas deve ser discutida a estratégia para a regularização de todos os usuários em articulação entre as autoridades outorgantes e o setor industrial.

Para a regularização dos usos de recursos hídricos do setor industrial, é importante que as regras e os procedimentos sejam claros para os empreendedores. Nesse sentido, foi aprovada a regulamentação do Plano de Utilização da Água na mineração, por meio da Resolução CNRH nº 55/2005. Esse Plano deve ser o documento técnico encaminhado pelo empreendedor como relatório do pedido de outorga e que deve descrever as estruturas destinadas à captação e ao lançamento de efluentes, o manejo da água no empreendimento e as medidas de mitigação ou compensação de eventuais impactos nos recursos hídricos.

A iniciativa da discussão e padronização dos estudos via CTPOAR/CNRH deve ser seguida para outras tipologias industriais, com a participação do setor, juntamente com as autoridades outorgantes.

Setor Elétrico

A água pode ser utilizada para geração de energia por meio de usinas termoeletricas e aproveitamentos hidroelétricos.

No caso das usinas termoeletricas, a água é captada para refrigeração de unidades de geração de energia, que utilizam combustíveis como gás natural, carvão ou óleo diesel, ou para produção de vapor d'água utilizado na geração de energia. Em ambos os casos, as quantidades de água utilizadas podem ser significativas, de acordo com a tecnologia empregada na usina. Os efluentes lançados, em geral, têm temperaturas superiores às dos corpos receptores, podendo levar a restrições de usos da água. Portanto, as usinas termoeletricas devem ser tratadas como unidades industriais para fins de outorga, embora existam particularidades quanto à operação.

A operação das usinas termoelétricas é integrada à operação das usinas hidroelétricas e depende das definições centralizadas do Operador Nacional do Sistema – ONS. Assim, é essencial que as programações de operação definidas para cada usina sejam internalizadas no processo de outorga, para que não se reservem quantidades relevantes de água quando não é prevista a operação da usina.

Atualmente, existem 635 usinas em operação no País, não havendo estimativas quanto à regularização de seus usos da água. Existem, ainda, 73 usinas em construção, segundo o Banco de Informações sobre a Geração da ANEEL. Percebe-se que a regularização, por meio de outorga, pode ser facilitada pela articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos e a ANEEL, que detém informações sobre usinas existentes e planejadas.

Os aproveitamentos hidroelétricos podem ser considerados, historicamente, como os principais usuários de recursos hídricos do País por estarem associados aos principais reservatórios projetados e implantados para a otimização do aproveitamento energético dos cursos d'água. O uso da água realizado pelos aproveitamentos hidrelétricos pode ser considerado não consuntivo, já que toda água utilizada na geração de energia retorna aos rios, à exceção dos volumes perdidos por evaporação. Todavia, qualquer consumo de água realizado a montante proporciona decréscimo na geração de energia, fazendo que as restrições sobre outros usos da água sejam bastante significativas. Outros impactos que devem ser considerados referem-se à implantação de reservatórios, discutido em item específico deste trabalho.

De acordo com a Lei nº 9984/2000, a outorga de direito de uso de recursos hídricos para cada aproveitamento hidrelétrico é obtida pela transformação automática de uma declaração de reserva de disponibilidade hídrica, solicitada pela ANEEL ao respectivo órgão gestor de recursos hídricos. Assim, o principal instrumento de regulação dos usos da água relacionados a aproveitamentos hidroelétricos é a declaração de reserva de disponibilidade hídrica, que não confere direito de uso da água, já que o usuário ainda não foi “escolhido” pela ANEEL por licitação ou seleção, mas deve ser encarada como outorga, pois sua transformação é automática.

Esse procedimento começou a ser executado pela ANA a partir de 2003, já que até dezembro de 2002 era atribuição da ANEEL a outorga de direito de uso de recursos hídricos referentes a aproveitamentos hidrelétricos. Assim, considera-se que todos os empreendimentos autorizados ou concedidos pela União até dezembro de 2002 estão regulares quanto à outorga de direito de uso de recursos hídricos. Quanto aos Estados, SP, BA, PR e RS têm emitido outorgas de direito de uso de recursos hídricos para esses fins, a que os demais têm enfrentado dificuldades operacionais e normativas na aplicação do instrumento, já que, historicamente, a outorga era atribuição da União.

Na análise de pleitos de declaração de reserva de disponibilidade hídrica para os novos aproveitamentos hidrelétricos, deve ser considerada a compatibilização dos aproveitamentos hidrelétricos com os demais usos da água atuais e futuros na bacia hidrográfica. Nesse sentido, é importante a internalização de diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos e dos Planejamentos Ambientais Estratégicos que avaliam os impactos integrados gerados pelo conjunto de intervenções em uma bacia hidrográfica.

Para atender os objetivos da outorga, podem ser reservadas aos aproveitamentos hidrelétricos as quantidades de água naturalmente produzidas pela bacia, subtraídas das quantidades de água necessárias ao atendimento aos demais usos de recursos hídricos situados a montante. Isso porque os excessos de água não utilizados pelos usos a montante e destinados à geração de energia ou acúmulo e regularização de vazões, são de difícil definição, em razão da aleatoriedade natural das vazões.

Como todos os usos da água situados a montante e, às vezes, a jusante, são diretamente afetados pelo aproveitamento hidrelétrico, independentemente da dominialidade dos rios, é essencial que haja forte articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos, para cadastramento, regularização e controle dos usos da água e garantia efetiva da disponibilidade de água para a geração de energia no aproveitamento hidrelétrico.



Tendo em vista a posição estratégica do setor no cenário nacional e a magnitude das demandas hídricas e impactos relacionados, os seguintes aprimoramentos devem ser construídos:

- Articulação entre órgãos gestores de recursos hídricos para compartilhamento e integração de procedimentos técnicos e administrativos e regularização e controle de usos da água;
- Aprimoramento das formas de análise dos impactos resultantes dos aproveitamentos hidrelétricos e das restrições de uso da água proporcionadas;
- Definição de procedimentos para estabelecimento de regras de operação ou de restrições operativas dos reservatórios, considerando-se os múltiplos usos de recursos hídricos e não apenas a maximização da geração de energia.

Aqüicultura

Um dos usos múltiplos de recursos hídricos em grande expansão nos últimos anos é com a finalidade de aqüicultura. Sabe-se que a piscicultura pode ser realizada em tanques escavados no solo e em tanques-rede

e, por se tratar de um uso de recursos hídricos que altera principalmente a qualidade de um corpo de água, a sua prática torna-se sujeita à outorga.

Reservatórios têm sido demandados para a prática da piscicultura em tanques-rede. No entanto, a maior parte das autoridades outorgantes não possui, ainda, procedimentos e critérios consolidados para a emissão de outorgas com a referida atividade, sendo necessária sua discussão e harmonização para melhor entendimento desse tipo de empreendimento.

O Decreto Federal nº 4.895/2003 dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aqüicultura. Segundo esse decreto, as autorizações existentes são aquelas para delimitação de parques aquícolas, autorização para unidades demonstrativas, unidades de pesquisa e áreas aquícolas fora dos parques.

No caso da delimitação de parques aquícolas em águas de domínio da União, deve ser emitida, no primeiro momento, a outorga preventiva em nome da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da



Presidência da República (SEAP/PR) que, posteriormente, será convertida pela ANA em outorga de direito de uso de recursos hídricos ao interessado que receber o deferimento da SEAP/PR.

Quanto à análise dos pedidos de outorga, recomenda-se que seja baseada no diagnóstico da qualidade da água do corpo hídrico, no conhecimento do tempo de residência da água no reservatório e de sua profundidade, no reconhecimento dos pontos de captação e de lançamento de efluentes, das rotas de navegação, dos pontos para pesca, dos clubes de recreação e daqueles que possam constituir um outro uso de recurso hídrico.

De forma geral, a proposta é que para cada reservatório sejam realizados estudos de capacidade de suporte e, com o seu resultado, sejam propostos marcos regulatórios para disciplinar o uso da água. Os estudos para a definição desses marcos regulatórios para alguns reservatórios já foram concluídos e, atualmente, estão sendo realizados para outros. Recomenda-se que esses estudos sejam estendidos para todos reservatórios e açudes com possibilidade de desenvolvimento de aquicultura, no sentido de definir a viabilidade da implantação desses projetos em cada um deles.

Outorga para Implantação de Reservatórios

A implantação de reservatórios tem por objetivo a elevação dos níveis d'água naturais e o aumento da garantia de suprimento de água para os diversos usos como abastecimento público, irrigação, navegação e geração de energia hidrelétrica. A formação dos reservatórios é obtida pela construção de barragens em rios, que possibilitam a acumulação dos volumes de água afluentes e a elevação dos níveis d'água. Essas barragens, além de outras estruturas, são dotadas de vertedores, que permitem a passagem de vazões altas nos períodos de cheia, e de tomadas d'água, que possibilitam a captação da água acumulada no reservatório para atendimento aos diversos usos.

Em função de seus objetivos, os reservatórios podem operar a fio d'água, quando os volumes afluentes são iguais aos volumes defluentes, ou regulando vazões, quando os volumes afluentes são acumulados nos períodos de cheia e liberados nos períodos de estiagem, reduzindo as vazões máximas naturais e incrementando as vazões mínimas naturais. De qualquer modo, os reservatórios alteram a quantidade, a qualidade e o regime das águas existentes nos rios e, portanto, estão sujeitos à outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

A alteração da quantidade de água ocorre, principalmente, pela formação de áreas inundadas (espelhos d'água) que favorecem a evaporação e a perda de volumes de água. Em geral, esse efeito conduz à redução das vazões médias dos rios, com impactos sobre outros usos da água situados a jusante. Todavia, em regiões de alta evapotranspiração, proporcionada por exuberantes coberturas vegetais, a instalação de espelhos d'água pode levar a menores perdas de volumes de água e ao aumento das vazões médias dos rios.

A alteração da qualidade da água ocorre em razão da alteração das características hidráulicas do escoamento, como a redução das velocidades de fluxo e o aumento dos tempos de residência da água. Com isso, a sedimentação de componentes físicos e a concentração de componentes químicos da água são favorecidas, com efeitos sobre a qualidade da água, como a redução da turbidez e com o aumento da concentração de sais. A eutrofização, crescimento desequilibrado da concentração de algas gerado pelo aumento da concentração de nutrientes,

reduz a concentração de oxigênio dissolvido e pode resultar na diminuição da população de organismos aeróbios. A estratificação térmica, também, pode gerar movimentos de circulação da água que alteram seus parâmetros de qualidade. A degradação da matéria orgânica oriunda da vegetação existente na área inundada do reservatório pode levar ao deplecionamento das concentrações de oxigênio dissolvido e intensificação do processo de eutrofização. Todos esses fenômenos impactam os demais usos de recursos hídricos, que podem ser restringidos de acordo com suas exigências em termos de qualidade da água.

A construção de reservatórios também altera a dinâmica de erosão e a sedimentação dos rios a jusante dos barramentos devido à retenção de sólidos em suspensão no lago, que acarreta um aumento da capacidade de transporte de finos no escoamento a jusante, ocasionando aumento dos fenômenos erosivos, alterando parâmetros de qualidade da água e a própria morfologia dos rios.



Outro efeito observado trata da alteração do regime de vazões e níveis d'água no reservatório e a jusante. Quando a operação visa à regularização de vazões, ocorre a redução de vazões e níveis d'água máximos e o incremento de vazões e níveis d'água mínimos, com efeitos, em geral, positivos sobre o controle de inundações e a garantia de vazões aos usuários diretos do reservatório e situados a jusante. Quando a operação ocorre a fio d'água, ocorre apenas a alteração do regime de níveis d'água no reservatório.

Outros fatores fazem dos reservatórios usuários de recursos hídricos que devem ter tratamento diferenciado das captações, derivações e lançamentos de efluentes:

- Em primeiro lugar, ao contrário dos usos convencionais, os reservatórios são obras hidráulicas que pretendem ser permanentes na bacia hidrográfica, tendo em vista seus objetivos, estreitamente vinculados ao aumento das ofertas hídricas, o porte dos investimentos necessários e as dificuldades de remoção. Por isso, os prazos de outorga devem ser os mais amplos possíveis;
- Em segundo lugar, a implantação dos reservatórios depende fortemente das condições físicas (topografia e geotecnia) da bacia, existindo sempre um conjunto ótimo de obras que maximizam um determinado objetivo ou conjunto de objetivos. Assim, é conveniente que a implantação de reservatórios seja estudada de forma integrada nos Planos de Recursos Hídricos, ficando a outorga responsável pela compatibilidade dos pleitos com as recomendações dos Planos. Ainda nessa linha, é importante que a outorga analise o planejamento dos usos da água a serem atendidos pelo reservatório, em compatibilidade com os Planos de Recursos Hídricos;
- Em terceiro lugar, os reservatórios, em geral, estão associados a relevantes impactos ambientais sobre os ecossistemas aquáticos seja pela modificação das condições ambientais do reservatório seja pela alteração do regime das águas, notadamente no que se refere às vazões mínimas (ecológicas ou ambientais). Portanto, deve-se buscar a clara definição

das responsabilidades e atribuições por meio de forte articulação com os procedimentos de licenciamento ambiental;

- Por fim, os reservatórios são obras associadas a riscos de ocorrência de falhas, como rupturas de barragens e erros de projeto, construção e operação. Essas falhas podem resultar em prejuízos como inundação em áreas urbanas, paralisação de atividades econômicas, não atendimento a usos de recursos hídricos e perdas de vidas humanas. Nesse sentido, a outorga pode considerar aspectos de segurança de barragens, como forma de redução dos riscos existentes.

Atualmente, os reservatórios destinados à geração de energia hidroelétrica associados a potências instaladas superiores a 1 MW são conhecidos e estão regulares no País, uma vez que sua outorga de direito de uso de recursos hídricos era de competência da ANEEL, até dezembro de 2002. Os reservatórios associados a potências instaladas inferiores a 1MW são objeto apenas de registro junto à ANEEL, podendo existir grande número operando sem a devida outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Os demais reservatórios são outorgados pela ANA ou pelos Estados, em função da dominialidade do corpo de água. O número de reservatórios desconhecidos e operando sem a devida outorga pode ser significativo no País. Portanto, devem ser desencadeados processos específicos de cadastro e regularização dos reservatórios existentes, enfrentando-se as dificuldades de definição dos proprietários, de identificação dos usos da água atendidos pelo reservatório e de recuperação de informações técnicas.

Quanto aos novos reservatórios a serem construídos, recomenda-se que os procedimentos técnicos de análise sejam aperfeiçoados na direção da avaliação das alterações de quantidade e qualidade das águas, da compatibilidade com os Planos de Recursos Hídricos e demais obras previstas na bacia, de aspectos de segurança de barragens e de aspectos relacionados às necessidades hídricas do meio ambiente, em articulação com os órgãos responsáveis.

4.5 Outorga em Águas Subterrâneas

As águas subterrâneas são de domínio dos Estados, conforme a Constituição Federal de 1988, devendo a outorga para utilização dessas águas ser emitida pelas autoridades outorgantes estaduais. No entanto, mesmo com a sua previsão legal, pode ser verificado que diversos órgãos estaduais não possuem, ainda, procedimentos ou critérios consolidados para análise e emissão de outorgas. Esse fato, associado à dificuldade para obtenção de outorga para captações superficiais, pode provocar o aumento das demandas de águas subterrâneas, o que poderia causar prejuízos ao escoamento de base dos cursos de água superficiais. Nesse sentido, é relevante a recomendação da discussão entre as autoridades outorgantes para a definição de metodologias e o apoio técnico federal, quando necessário, para a consolidação de metodologia de outorga para exploração de águas subterrâneas.

Uma das deficiências para a definição de metodologia para análise das outorgas de águas subterrâneas se refere ao cálculo da disponibilidade hídrica subterrânea. É recomendado que sejam realizados estudos com a finalidade de aumentar o nível de conhecimento dos diversos sistemas aquíferos existentes no País e reduzir o nível de incertezas das estimativas. Com um melhor conhecimento dos sistemas aquíferos é possível a realização do seu zoneamento para a orientação quanto à exploração futura de aquíferos. É de grande relevância o zoneamento dos aquíferos, principalmente em áreas de demanda elevada por água subterrânea e com forte tendência de crescimento populacional, industrial ou agrícola, assim como da proteção das áreas de recarga.

Na busca pela regularização de usos de águas subterrâneas, um dos grandes parceiros das autoridades outorgantes poderia ser a empresa de fornecimento de energia elétrica. Na maior parte dos casos, para a exploração de águas subterrâneas há a necessidade da instalação de bombas elétricas. Sendo assim, uma recomendação relevante é que a autoridade outorgante e a concessionária de energia elétrica se articulem no sentido de que, ao fazer a ligação ou instalação de energia elétrica para um ponto em que ocorrerá a exploração de águas subterrâneas, a concessionária de

energia elétrica solicite a apresentação da outorga de direito de uso da água pelo empreendedor.

Também, os usuários de água devem ser conscientizados da necessidade de solicitação de autorizações para perfuração dos poços e da conseqüente outorga para o caso de poços que serão efetivamente utilizados. Além disso, para a própria perfuração dos poços devem ser seguidos procedimentos padronizados nas normas brasileiras da ABNT, com a finalidade de evitar contaminações dos aquíferos. Deve ser recomendada, ainda, a instalação de hidrômetros e dispositivos para a leitura de níveis nos poços tubulares, de forma a possibilitar o controle efetivo do volume outorgado bem como o monitoramento dos aquíferos.

Além da busca à regularização dos usos de recursos hídricos, cuja captação ocorre por águas subterrâneas, é relevante que a sociedade tenha o conhecimento da importância dessas águas como uma das fontes estratégicas de recursos hídricos e seu papel regulador, principalmente no que se refere à perenidade dos cursos de água superficiais. Da mesma forma, deve-se ter o cuidado em proteger essas importantes fontes de recursos hídricos tanto em termos quantitativos quanto, principalmente em termos qualitativos, pois após poluído um aquífero a sua restauração é lenta e difícil.

Outro aspecto relevante trata das águas minerais e de seus processos autorizativos para utilização. No Brasil, a utilização de todas as águas subterrâneas consideradas minerais deve ocorrer por meio de autorizações por parte das autoridades outorgantes de recursos hídricos e pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. Uma vez que as águas subterrâneas são consideradas de domínio estadual e as águas minerais de domínio da União, pela Constituição Federal de 1988, deve ser discutido e definido um procedimento de articulação entre as autoridades outorgantes de recursos hídricos e o DNPM. Atualmente, esse procedimento de articulação entre essas entidades é discutido no âmbito do CNRH, por meio de proposta de Resolução, recomendando-se a continuação das suas discussões no sentido de tornar claros os procedimentos a serem adotados pelo empreendedor e pelos órgãos autorizativos.

4.6 Outorga em Zona Costeira

O gerenciamento costeiro é um processo baseado na Política Nacional do Meio Ambiente e na Política Nacional para os Recursos do Mar. A edição da Lei nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional Gerenciamento Costeiro, define a zona costeira “como o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não”.

Esta definição indica que recurso hídrico é objeto de gestão conjunta, ou seja, as águas doce e salinizada são tratadas de forma integrada para efeito do gerenciamento ambiental.

A faixa terrestre da zona costeira abrange 17 Estados, 395 municípios e abriga 38 milhões de pessoas, enquanto a faixa marítima estende-se mar afora, distando 12 milhas marítimas (1 milha marítima = 1.852 metros) das Linhas de Base (é a linha de baixa-mar ao longo da costa) estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

No caso das zonas costeiras, para a utilização da água, há a previsão de documentos autorizativos de diversas entidades. Além da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o usuário deve solicitar autorizações da SPU – Secretaria de Patrimônio da União, do Comando da Marinha do Brasil e do IBAMA.

Atualmente, não existe um procedimento consolidado quanto aos documentos necessários e o momento que cada órgão deve solicitar os documentos autorizativos emitidos pelos outros, com exceção ao uso para aquicultura.

A ANA e outras entidades da esfera federal são signatárias da Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 28 de maio de 2004, que trata das normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos de água de domínio da União para fins de aquicultura. Esse documento disciplina o fluxo de documentos e autorizações para fins do desenvolvimento da referida atividade em



Acevo TDA



Arquivo TDA

corpos hídricos de domínio da União, até mesmo para a zona costeira.

Critérios de outorga para as áreas estuarina e costeira devem ser estabelecidos observando-se o respeito à classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário. Devem ser observados, também, os usos preponderantes, os usos prioritários (abastecimento humano e a dessedentação animal) e o fato de a outorga estar condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos, mantendo-se em consonância com o Plano de Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ecológico-Econômico.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos constitui um documento necessário ao processo de licenciamento ambiental para os diversos usuários de recursos hídricos, conforme disposto no artigo 10 da Resolução Conama nº 237, de 1997, e na Resolução Conama nº 312, de 2002. Sendo assim, a exigência do referido documento de outorga deverá ser observada pelos órgãos de licenciamento ambiental.

Em 18 de julho de 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH instituiu a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, por meio da Resolução CNRH nº 51. Entre suas atribuições está a análise e a proposição de mecanismos de integração das políticas de gestão

de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro, considerando também as demais políticas públicas incidentes na zona costeira.

A estratégia de trabalho da CTCOST envolve o desenvolvimento de propostas para a integração dos instrumentos de gestão das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente: Planos de Recursos Hídricos, Zoneamento Ecológico-Econômico, Sistemas de Informação, Licenciamento, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, Enquadramento dos Corpos d'água, Cobrança pelo Uso da Água, Base Físico-Territorial, Colegiados Gestores, etc. Propostas que serão oportunamente levadas ao plenário do CNRH.

Nesse sentido, a CTCOST criou os Grupos de Trabalho “Planos de Recursos Hídricos” e “Base Territorial” para tratar, respectivamente:

- Das adequações que os Planos de Recursos Hídricos precisam sofrer para incorporarem as particularidades da Zona Costeira;
- Da proposição de metodologia(s) que auxilie(m) na delimitação da área de interação entre dada bacia hidrográfica (ou região hidrográfica) e sua zona costeira adjacente, de modo que essa área de interação também seja contemplada nos Planos e Recursos Hídricos.

Atualmente, são discutidas minutas de resolução sobre esses assuntos na CTCOST.

4.7 Outorga em Rios Transfronteiriços

Os corpos de água transfronteiriços são representados pelos aquíferos, cuja extensão atravessa as fronteiras internacionais, e pelos rios que servem de ou cruzam fronteiras entre países. Em ambos os casos, as dificuldades da gestão dos recursos hídricos estão relacionadas:

- À inexistência ou insipiência de arranjos institucionais e acordos internacionais para a gestão compartilhada de recursos hídricos na América do Sul;
- Às deficiências de conhecimento sobre os fenômenos hidrológicos e climáticos e suas influências sobre as disponibilidades hídricas;
- Às diferenças existentes entre as características das demandas e intervenções hídricas atuais e previstas, as políticas e os instrumentos de gestão de recursos hídricos e o aparato institucional e legal dos diversos países que compartilham esses corpos de água.

Atualmente, os principais acordos internacionais existentes sobre uso da água e gestão de recursos hídricos têm como área de abrangência a bacia do rio da Prata, abordando aspectos setoriais, como aproveitamentos hidrelétricos e transporte aquaviário, o uso da água em trechos de rios e o aproveitamento de recursos naturais e desenvolvimento de bacias hidrográficas. Em geral, não há a previsão de criação e estruturação de arranjos institucionais, compostos por órgãos dos diversos países, para a gestão integrada dos recursos hídricos, tendo a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Os principais acordos entre o Brasil e outros países são ¹:

- Acordo sobre a Utilização das Corredeiras do rio Uruguai na Área de Salto Grande (Montevideo, 28/01/1947);
- Tratado da Bacia do Prata (Brasília, 23/04/1969);
- Tratado de Cooperação Amazônica (Brasília, 03/07/1978);

- Acordo Tripartite de Cooperação Técnica e Operacional entre Itaipu e Corpus (Argentina, Brasil e Paraguai, Ciudad Presidente Stroessner, 19/10/1979);

- Acordo Brasil – Argentina: Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu (Buenos Aires, 17/06/1980);

- Acordo Brasil – Paraguai: Tratado de Cooperação para um Estudo Relativo ao Uso da Energia Hidrelétrica dos Rios Acarai e Mondai (Rio de Janeiro, 20/01/1956);

- Acordo Brasil – Paraguai: Ato das Cataratas (Foz do Iguaçu, 22/06/1966);

- Acordo Brasil – Paraguai: Tratado sobre o Aproveitamento Hidroelétrico das Águas do rio Paraná de Soberania Compartilhada entre o Brasil e o Paraguai a partir de Salto Grande de Sete Quedas ou Salto Del Guairá até a Foz do Iguaçu (Brasília, 23/06/1973);

- Acordo Brasil – Uruguai: Acordo Referente ao Transporte Fluvial e Lacustre (Rivera, 12/06/1975);

- Acordo Brasil – Uruguai: Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Brasília, 07/07/1977);

- Acordo Brasil – Uruguai: Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão (Brasília, 07/07/1977);

- Acordo Brasil – Uruguai: Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (Artigas, 11/03/1991).

Os fenômenos hidrológicos e climáticos que atuam sobre corpos de água transfronteiriços, em geral, não são adequadamente monitorados, em razão das dificuldades de integração das redes nacionais

¹ Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Sítio da internet: www.cnrh-mma.gov.br. Acesso em: 10/01/2005.

de monitoramento, e atuam sobre grandes extensões territoriais. Como consequência, existem lacunas no conhecimento científico que geram incertezas sobre as avaliações das disponibilidades hídricas e as previsões de eventos críticos, como cheias e estiagens.

Os diversos países que utilizam ou têm influência sobre corpos de água transfronteiriços guardam diferenças significativas em vários aspectos. As características das atividades econômicas e os estágios de desenvolvimento socioeconômicos dos países fazem que as demandas e as intervenções hídricas sejam diferenciadas. Com isso, as diretrizes para outorga, como níveis de eficiência e prioridades de atendimento, são distintas. Por outro lado, os países possuem diferentes dispositivos legais, políticas de recursos hídricos e graus de implantação de sistemas de gestão das águas, dificultando a integração e a compatibilização dos instrumentos e práticas de gestão. Como consequência, os aparatos institucionais são, em geral, carentes de órgãos de natureza executiva e deliberativa, capazes de aplicar de forma íntegra os instrumentos de gestão de recursos hídricos.

A gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas de rios transfronteiriços deve ser executada de forma integrada a partir de acordos e convênios internacionais que visem a compatibilização das políticas e dos instrumentos de gestão dos diversos países e a gestão integrada dos recursos hídricos. Todavia, enquanto não existirem esses acordos, mecanismos provisórios devem ser estabelecidos para a atenuação dos conflitos pelo uso da água.

Nesse sentido, a Resolução ANA nº 467/2006 dispõe sobre os critérios técnicos a serem observados na análise dos pedidos de outorga em lagos, reservatórios e rios fronteira e transfronteiriços. Esses critérios são estabelecidos para aplicação na falta de disposições específicas em Tratados ou Acordos celebrados pelo Brasil e não modificam, critérios existentes.

De forma geral, o critério estabelecido em seu Artigo 3º é que a vazão máxima instantânea outorgável em corpos d'água fronteira e transfronteiriços deve ser considerada como 70% da vazão de referência, multiplicada por um fator de ponderação que represente a proporção da área de drenagem



Pantanal - MS

da bacia, em território brasileiro, no ponto do aproveitamento. Nos parágrafos do Artigo 3º são tratadas situações específicas como discrepâncias nos rendimentos hidrológicos específicos entre as áreas de Estados nacionais, situações em que as vazões máximas instantâneas dos usos já instalados sejam superiores aos 70% da vazão de referência, trechos de rios a jusante de reservatórios de regularização ou rios que fronteira ou transfronteira que adentram no território brasileiro ou que nele tenham sua foz.

Os critérios estabelecidos na Resolução ANA nº 467/2006 tratam de mecanismos transitórios, na ausência de outros critérios já estabelecidos. No entanto, para a definição de procedimentos correntes mais consolidados entre os Estados nacionais, recomenda-se:

- O desenvolvimento de estudos técnicos para a definição dos corpos de água transfronteiriços, suas áreas de influência, como bacias hidrográficas, e dos atores envolvidos, para o diagnóstico das disponibilidades e demandas hídricas atuais e futuras, para a identificação dos conflitos pelo uso da água e para a proposição de

mecanismos de gestão integrada e compartilhada das águas;

- O estabelecimento de regras internacionais para a implantação e operação de grandes aproveitamentos de recursos hídricos em corpos de água compartilhados;
- O estabelecimento de acordos internacionais que permitam a articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos dos diversos países e o pacto de regras de uso da água e gestão integrada de recursos hídricos, definindo-se metas de racionalização do uso da água, formas de monitoramento, controle e fiscalização, quotas de utilização das águas e condições de entrega no caso de corpos de água que cruzam fronteiras entre países;
- Integração, entre os diversos países, dos sistemas de informações sobre recursos hídricos e das redes de monitoramento quali-quantitativo das águas;
- O fomento ao desenvolvimento de pesquisas sobre fenômenos hidrológicos e climáticos em grandes bacias hidrográficas e aquíferos, bem como sobre o efeito de intervenções antrópicas.



Acevo TDA

4.8 Fortalecimento Institucional para Implementação da Outorga

A avaliação dos sistemas de outorga mostra que há a necessidade de realização de estudos específicos para avaliação das demandas relacionadas ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores de recursos hídricos, incluindo planos de estruturação, identificação dos quadros técnicos necessários para cada autoridade outorgante em termos de número de profissionais e formação acadêmica, a capacitação permanente do corpo técnico e a aquisição de equipamentos e tecnologias.

De acordo com os objetivos dos órgãos gestores de recursos hídricos, é importante a elaboração de planos de estruturação interna, incluindo organogramas, definição e organização de processos e fluxos decisórios e elaboração de planos estratégicos de ação, tendo sempre como meta a eficiência administrativa.

Quanto aos quadros técnicos, é importante que a análise dos pedidos de outorga seja realizada por profissionais capacitados e que o tempo demandado seja curto para a tramitação, incluindo análise e parecer final dentro da autoridade outorgante, no sentido de que esse instrumento autorizativo não se torne um entrave ao desenvolvimento do País. As equipes técnicas existentes devem estar capacitadas para as demandas existentes. Nesse sentido, podem ser feitas algumas proposições para fortalecimento institucional no que se refere à outorga.

No primeiro momento, para cada órgão gestor de recursos hídricos deve ser realizado estudo com a finalidade de definir equipe técnica e formação necessárias ao bom atendimento das demandas de outorgas. Não havendo tal equipe existente no órgão, deve ser proposta a realização de concurso para efetivação de técnicos com as formações especificadas. A segunda etapa trata da proposição de Programa de Capacitação para esses novos funcionários quanto ao conhecimento legislativo e às atribuições referentes à análise e emissão de pareceres técnicos quanto aos pedidos de outorga. Caso a equipe necessária já seja existente no órgão gestor, deve ser seguido o trabalho para a segunda etapa, de capacitação dos técnicos em função das necessidades.

O Programa de Capacitação proposto pode ser realizado com funcionários mais experientes do próprio

órgão gestor ou por meio de apoio de equipe técnica de outros órgãos. De forma geral, em prazo mais curto, poderia ser desenvolvido um Programa de Capacitação em âmbito nacional para técnicos dos órgãos gestores dos Estados que não emitem ainda outorga. Esses técnicos seriam capacitados para o início dos procedimentos de outorga em seus Estados.

Outro aspecto a ser previsto quanto ao fortalecimento é um sistema de intercâmbio e suporte técnico entre órgãos gestores, de modo a apoiar autoridades outorgantes na análise de determinadas tipologias de empreendimento ou no desenvolvimento de metodologias de análise de pedidos de outorga para alguma particularidade existente no Estado.

Como exemplo, pode ser citada a outorga para lançamento de efluentes. Atualmente, a maior parte dos órgãos gestores do País não tem metodologia de outorga definida para essa finalidade ou está em estudos para tal. Para harmonizar os procedimentos no País e para que seja otimizado o tempo gasto por cada órgão gestor nos estudos em questão seria interessante que fosse prevista a possibilidade de intercâmbio e apoio técnico entre eles.

Sendo assim, uma alternativa viável seria a utilização de fóruns existentes ou da criação de fóruns de discussão entre os órgãos gestores. Nesse sentido, a ANA poderia articular e viabilizar contatos e discussões entre os diversos órgãos gestores, de forma a apoiar o aperfeiçoamento dos sistemas de outorga e a harmonização de procedimentos em função das necessidades verificadas.

Em resumo, a integração entre as autoridades outorgantes estaduais e a ANA é de grande importância com a finalidade de apoio técnico, troca de informações, compatibilização de decisões, compartilhamento de análises, discussão de problemas nas bacias e a realização de estudos conjuntos para determinação de marcos regulatórios. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos terá tanto mais sucesso quanto mais capacitados e nivelados forem seus integrantes, notadamente aqueles referentes às autoridades outorgantes.

4.9 Proposição de um Sistema Unificado de Informações

Dentre as informações solicitadas nas planilhas preenchidas pelos representantes dos órgãos outorgantes há uma que se refere à disponibilização das informações referentes às outorgas.

Todos os órgãos gestores publicam as Portarias ou Resoluções de outorga em Diários Oficiais dos Estados. No caso da ANA são publicadas, ainda, no Diário Oficial da União. Entretanto, para que o público interessado tenha acesso às informações referentes às outorgas, é relevante que, além de estar à disposição nas sedes de cada órgão gestor, a relação de outorgas emitidas esteja disponível via internet para acesso fácil e rápido a todos.

A análise das informações das planilhas preenchidas demonstrou que há diversos órgãos gestores que, apesar de possuírem banco de dados com a relação de outorgas emitidas, não divulgam suas outorgas na internet. Alguns Estados divulgam apenas algumas estatísticas acerca do número total ou da vazão comprometida nas bacias principais.

Sendo assim, propõe-se que sejam definidas as principais informações referentes às outorgas emitidas pelos órgãos gestores de recursos hídricos e que seriam relevantes ao acesso por todos os interessados. A troca de informações como vazão outorgada, finalidade, localização geográfica, além de outras seria importante para a efetiva integração dos controles de usos da água dos diversos órgãos gestores, em cada bacia hidrográfica. Por outro lado, a disponibilização dessas informações na internet cumpriria a necessária comunicação a usuários de água e aos próprios órgãos gestores de recursos hídricos.

Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de um sistema de troca de dados entre órgãos gestores, utilizando-se as tecnologias de informação disponíveis. A ANA poderia fomentar o desenvolvimento e a utilização desse sistema e disponibilizar periodicamente todas as informações sobre outorgas emitidas em todo o País, que serão úteis para diversos fins, como o planejamento das ações de gestão.

4.10 Resumo das Recomendações e Propostas

As principais propostas de diretrizes para o desenvolvimento e universalização do instrumento de outorga de direito de uso de recursos hídricos são descritas a seguir.

No que se refere à integração entre os instrumentos outorga de direito de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental, após a publicação da Resolução CNRH nº 65, recomenda-se que sejam feitas discussões entre as entidades competentes no sentido de verificar aquelas informações e análises realizadas em duplicidade pelos órgãos de meio ambiente e recursos hídricos de forma a evitar estudos em duplicidade pelo empreendedor e análises duplicadas que acarretariam maior tempo de tramitação dos processos.

Implementação de ações pró-ativas de cadastro e regularização de usos de recursos hídricos existentes,

por meio de ações pró-ativas articuladas entre as autoridades outorgantes estaduais e a ANA, que se estabelecem com a realização de cadastros de usuários seguidas de marcos regulatórios e da emissão das outorgas, regularizando assim os usuários existentes.

Continuação da implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, de forma a possibilitar a ampliação dos conhecimentos sobre usos de recursos hídricos e viabilizar a regularização dos usos e a implementação efetiva da outorga em âmbito nacional. Esse sistema deverá reunir e disponibilizar as informações referentes a usuários e demandas de recursos hídricos em todo o País, auxiliando estudos de planejamento e alocação de água para atendimento aos diversos setores usuários, além de auxiliar a integração da atuação dos diversos órgãos gestores de recursos hídricos.

Estabelecimento de marcos regulatórios, por bacias hidrográficas ou corpos de água, no intuito de formalizar, no âmbito dos órgãos gestores, as diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos. Os marcos regulatórios seriam conjuntos de regras de uso da água que possibilitam a regularização dos usos da água existentes e a integração dos procedimentos de outorga, controle e fiscalização dos novos usuários previstos ao longo de um determinado horizonte de tempo.

Definição de metodologias específicas de estímulo à regularização de usos da água para setores estratégicos, como saneamento, agricultura irrigada, elétrico, transporte aquaviário, aquíicultura e industrial, discutindo com os próprios setores e compatibilizando com seus planos setoriais de desenvolvimento.

No caso das águas subterrâneas, é recomendado que sejam desenvolvidas metodologias e critérios de análise de pedidos de outorga considerando os aspectos técnicos em termos de disponibilidade hídrica, além de suas inter-relações com as águas superficiais. Propõe-se, ainda, a agregação de outras entidades, como as concessionárias de energia elétrica e as empresas perfuradoras de poços, na busca à regularização dos usuários de águas subterrâneas. Por fim, é indicada a articulação entre as autoridades outorgantes de recursos hídricos e o DNPM no caso de águas minerais.

Para as zonas costeiras, é proposto que as entidades com atribuições autorizativas se articulem com a finalidade de desenvolvimento de procedimentos e critérios claros aos usuários e aos interessados. Além disso, com base nesses procedimentos e critérios, deve ser prevista a conseqüente regularização dos usos de recursos hídricos existentes nessas áreas.

Em relação aos recursos hídricos transfronteiriços, recomenda-se o desenvolvimento de estudos

técnicos para a definição dos corpos de água transfronteiriços; o estabelecimento, pela ANA e demais gestores e atores, de regras de uso da água nos corpos de água em que os conflitos pelo uso da água já se encontram instalados; o estabelecimento de regras internacionais para a implantação e operação de grandes aproveitamentos de recursos hídricos em corpos de água compartilhados; o estabelecimento de acordos internacionais que permitam a articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos dos diversos países e o pacto de regras de uso da água e gestão integrada de recursos hídricos; integração, entre os diversos países, dos sistemas de informações sobre recursos hídricos e das redes de monitoramento quali-quantitativo das águas e o fomento ao desenvolvimento de pesquisas sobre fenômenos hidrológicos e climáticos em grandes bacias hidrográficas e aquíferos, bem como sobre o efeito de intervenções antrópicas.

O fortalecimento institucional dos órgãos gestores de recursos hídricos, em termos de composição e fixação de quadros técnicos, capacitação permanente e aquisição de equipamentos e tecnologias, deve ter especial atenção para que as demandas referentes à regularização dos usos de recursos hídricos, por meio de cadastramento e outorga, possam ser atendidas com eficiência administrativa e qualidade técnica.

Vale ressaltar, por fim, a relevância da operacionalização da troca de dados, disponibilização e divulgação das informações básicas sobre outorgas emitidas pelas diversas autoridades outorgantes. Para tanto, propõe-se a implantação e manutenção de um sistema com as principais informações de cada outorga emitida e disponível para acesso via internet. Esse sistema viabilizaria, de fato, a transparência dos atos de outorga para a sociedade e para todos os interessados e a integração das ações de outorgas dos diversos órgãos gestores de recursos hídricos.



ANEXOS

ANEXO A - FORMULÁRIOS COM AS INFORMAÇÕES SOBRE OUTORGA DE CADA ESTADO
(OUT-NOV 2004)

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Data: 07/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Agência Nacional de Águas - ANA
b) Endereço, CEP, telefone: SPO - Setor Policial Área 5 Quadra 3 Blocos B e L - Tel 445-5400 CEP: 70610-200 - Brasília - DF
c) Site http://www.ana.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Superintendência de Outorga e Cobrança, subordinada à Diretoria da Área de Regulação, que por sua vez, é subordinada ao Diretor-Presidente.
e) Legislação referente à outorga Leis Federais nº 9.433/97 e 9.984/2000 Decreto Federal nº 3.692/2000 Resoluções CNRH nº 16/2001, 29/2002 e 37/2004. Resoluções ANA nº 44/2002, 135/2002 e 131/2003.
f) Quem analisa e concede as outorgas? A própria ANA
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos, e formação de cada um) 14 Especialistas em recursos hídricos efetivos de nível superior, 2 técnicos em cargos comissionados (nível superior) e 4 funcionários administrativos (2 nível médio e 2 nível superior).
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Possui uma unidade regional em Governador Valadares/MG (Bacia do rio Doce), mas não tem competências quanto à outorga.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim, possui banco de dados SISCO (Sistema de Controle de Outorgas).
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em média são solicitadas cerca de 60 outorgas/mês e 720 por ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Sim. Atende a demanda atual com certas dificuldades.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. A equipe de análise dos pedidos de outorga é do quadro efetivo da ANA.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina. Usualmente, utiliza como máximo outorgável o correspondente a 70% da Q95. Entretanto, em função das particularidades do País não está determinado em legislação específica. Utiliza, ainda, como critério, padrões de eficiência no uso da água.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Usualmente utiliza como máximo outorgável para usuários individualmente o correspondente a 20% da Q95. Entretanto, em função das particularidades do País não está determinado em legislação específica.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
Não, são realizados estudos caso a caso.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
Resolução ANA nº 542/2004. Nas bacias em que não tiver critério aprovado no CNRH, estabelece o limite de 1,0 l/s.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Sim. Utiliza como critério o atendimento à classe enquadrada dos corpos de água em função dos parâmetros da Resolução CONAMA nº 20/86. Utiliza o conceito de vazão de diluição e trabalha com DBO, temperatura e fósforo, este para o caso de reservatórios.
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Não outorga águas subterrâneas, pois são de domínio estadual.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Utiliza como método padrão o de <i>Tennant</i> , mas são realizados estudos caso a caso.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Barragens sem captação: verificação das estruturas de extravasamento e manutenção de vazão residual mínima a jusante. Pontes: verificação do escoamento de cheias ordinárias na seção mínima de escoamento e atendimento às condições de navegabilidade, mediante manifestação da Capitania dos Portos.
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Não.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Sim. Resolução ANA nº 135/2002 e Instrução Normativa SRH/MMA nº 04/2000.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
Sim. Os processos são autuados apenas caso o formulário esteja devidamente preenchido e instruído com a documentação relativa ao uso pretendido.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Todos os formulários de outorga estão disponibilizados no <i>site</i> .
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Sim. Todos os pedidos de outorga são publicados em diário oficial do Estado e da União.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para transferência, alteração ou retificação de informações, deve ser encaminhado novo requerimento com os formulários próprios disponibilizados no <i>site</i> , e a documentação que confirma a necessidade. No caso de renovação, são encaminhados requerimento e formulários, e devem ser mantidas todas as condições originais.
f) Qual é o ato de outorga?
Resolução.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Sim. As Resoluções de outorga são publicadas em diário oficial da União.

h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sim. Todos os atos são publicados.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Não.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Sim.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Nada é cobrado do usuário.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga preventiva de uso e Outorga de direito de uso de recursos hídricos
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas)?
Autorização.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Não há critério estabelecido para concessão de prazos de validade das outorgas. Apenas nos casos de abastecimento público e aproveitamentos hidrelétricos em que é seguida a data de validade das concessões.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
A ANA participa da CTPOAR/CNRH, que está discutindo proposta de Resolução para o assunto e aguarda definição para sua integração.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captações superficiais a fio d'água e em reservatórios, lançamento de efluentes, aproveitamentos hidrelétricos e outros usos que alterem a quantidade, qualidade ou o regime de um corpo de água.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Os pedidos de outorga passam por análises hídricas, de empreendimento e jurídicas.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Utiliza base hidrográfica em ArcView em escala 1:1.000.000.
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?
Usualmente não faz vistorias. Apenas quando sente a necessidade em função do porte do empreendimento e do impacto nos recursos hídricos. Quando faz as vistorias não cobra.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.
* Captação: Para cálculo de disponibilidade hídrica utiliza ou realiza estudos de regionalização hidrológica, utiliza dados históricos de estações flu ou pluviométricas ou realiza outros estudos que achar necessários.
* Aproveitamentos hidrelétricos: Possui metodologia própria em que são levantados os usos consuntivos a montante e sua evolução prevista no período de outorga. São levantadas, ainda, restrições ecológicas a jusante e a necessidade de alocação de vazões para outros usos (navegação, controle de cheias, etc.).
* Possui metodologia desenvolvida, ainda, para análise de empreendimentos de irrigação, aquicultura em tanques rede, aquicultura em tanques escavados, saneamento e consumo industrial.
* Para lançamento de efluentes, possui metodologia própria para cálculo das vazões necessárias para diluição dos efluentes em função do enquadramento e da Resolução CONAMA nº 020/86.
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
* Campanhas de cadastramento com solicitação de outorga: Bacias dos rios Piripau (GO e DF), Verde Grande (MG e BA), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), Piranhas-Açu (RN e PB).
* Marcos Regulatórios de uso da água: Bacias dos rios Poti e Longá (CE e PI), Paranã (GO e TO), Piranhas-Açu (RN e PB), Piracicaba (MG e SP) e Vaza Barris (BA e SE).
* Campanhas de fiscalização com notificação visando à regularização dos usos.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria
* Necessidade de maior integração com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: BAHIA

Contato(s): Eduardo Ribeiro Cardoso

Cargo: Coordenador de Gestão

Telefone: 71-270-3227/3207/3261

Data: 11/11/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Superintendência de Recursos Hídricos – SRH
b) Endereço, CEP, telefone: Av. Antônio Carlos Magalhães - nº 357 Bairro Itagira - Tel: 71-2703200 CEP: 41825-000 - Salvador - BA
c) Site http://www.srh.ba.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Gerência de Controle e Avaliação de Outorga, subordinada à Coordenação de Gestão que por sua vez é subordinada ao Diretor-Geral.
e) Legislação referente à outorga Leis Federais nº 9.433/97 e nº 9.984/00. Lei Estadual de Recursos Hídricos nº 6.855/95. Decreto de Regulamentação de Outorga nº 6.296/97.
f) Quem analisa e concede as outorgas? A própria SRH.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Um Engenheiro Civil com cargo de Coordenação Executiva, um Agrônomo com mestrado em Manejo de Irrigação com cargo de Coordenador Técnico, dois Engenheiros Civis com mestrado em recursos hídricos em cargos de Consultoria pelo PGRH e PROÁGUA, um Agrônomo com mestrado em Manejo de Irrigação com cargo de consultoria pelo PGRH, um Geólogo com mestrado em cargo efetivo, dois Geólogos com tese de mestrado em desenvolvimento e cargos efetivos, um Engenheiro Sanitarista e Ambiental com mestrado em cargo efetivo, um Engenheiro Sanitarista e Ambiental em cargo efetivo, um Engenheiro Químico em cargo efetivo, um Advogada em cargo comissionado, três funcionários técnicos efetivos (nível médio), quatro funcionários em cargos comissionados (um de nível superior e três de nível médio) e mais dois estagiários.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Possui 10 unidades regionais com competências para cadastrar os usuários da água nas regiões, fiscalizar os usos das águas e instruir e preparar processos de outorga, submetendo-os a SRH.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim, possui três bancos de dados. Um desenvolvido em Oracle - BDRH (Sistema de Informações de Recursos Hídricos). Um desenvolvido em Oracle - SAPO (Sistema de acompanhamento de Processo de Outorga). Um Sistema baseado no LASER FICHE (Sistema de Documentação Digital dos Processos de Outorga).
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em média são solicitadas cerca de 42 outorgas/mês e 504 por ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não. Seria necessário mais um Hidrólogo, um Agrônomo e um Hidrogeólogo.

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.

Conforme discriminado no item 1g, a equipe de análise dos pedidos de outorga é formada por cargos efetivos, comissionados e contratos de consultoria pelo PGRH e PROÁGUA.

2- Critérios de Outorga

a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.

Usualmente utiliza como máximo outorgável o correspondente a 80% da Q90. Decreto nº 6.296/97.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?

Usualmente utiliza como máximo outorgável para usuários, individualmente, o correspondente de até 20% da Q90. Decreto nº 6.296/97.

c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?

Não, são realizados estudos, caso a caso.

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.

Sim. No decreto nº 6.296/97 estabelece o limite de 0,5 l/s.

e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.

Sim. Utiliza como critério o atendimento à classe enquadrada dos corpos de água em função dos parâmetros da Resolução Conama nº 20/86 e Resolução nº 2.288/00 do Cepam (Conselho Estadual de Meio Ambiente). Utiliza o conceito de vazão de diluição e autodepuração e trabalha com DBO, OD e Coliformes Fecais.

f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?

Sim. Na região Oeste do Estado, primeiro é autorizada a perfuração dos poços após análise das distâncias dos mesmos. Estas distâncias foram determinadas pelos dos Estudos de Modelagem Matemática de Integração de Águas Superficiais e Subterrâneas, sendo de 2,5 km dos poços em relação aos mananciais superficiais e de 5 km dos poços entre si.

g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?

Sim. O critério exigido das vazões que devem escoar para jusante nos reservatórios com regularização de vazões é de 80% da Q90. Decreto nº 6.296/97.

h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.

Barragens sem captação: verificação das estruturas de extravasamento e manutenção de vazão residual mínima a jusante (80%Q90 - Decreto nº 6.296/97).

Pontes: após análise da obra, menciona-se na Portaria de Outorga, que o usuário não pode modificar o escoamento de cheias na seção da ponte e nem deixar nenhum tipo de entulho após execução da mesma.

Retificação de Canal: análise do projeto, na Portaria de Outorga são informadas ao usuário as intervenções que poderão ser realizadas.

i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?

Não.

3- Procedimentos Administrativos

a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?

Não.

b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?

Sim. Os processos são analisados quanto à existência da documentação exigida (documentação jurídica, projetos técnicos e formulários específicos).

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Todos os formulários de outorga estão disponibilizados no <i>site</i> .
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Sim. Todos os pedidos de outorga são publicados no diário oficial do Estado da Bahia (ficando também disponíveis em meio digital por 30 dias no <i>site</i> www.ba.gov.br), e também ficam disponíveis o Número da Portaria e Data da Publicação no <i>site</i> da SRH (www.srh.ba.gov.br).
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para transferência deve ser encaminhado novo requerimento de outorga. No caso de renovação ou alterações do projeto, os pedidos são recebidos por ofício.
f) Qual é o ato de outorga?
Decreto nº 6.296/97.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Sim. As Portarias são publicadas no diário oficial do Estado da Bahia.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sim. Todos os atos de retificação, suspensão e cancelamento são publicados no diário oficial do Estado da Bahia.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Na Outorga não. Nos casos de cancelamentos são feitas vistorias nas propriedades e só após é emitido <i>in loco</i> uma notificação de cancelamento. Em seguida é publicada no diário Oficial do Estado. No caso de indeferimento, o usuário é comunicado por ofício.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Sim.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Sim. Decreto nº 6.296/97.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
-Outorga de direito de uso de recursos hídricos e Dispensa
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
I - Concessão, nos casos de utilidade pública; II - Autorização, nos outros casos.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
I - Concessão: 30 anos; II - Autorização: 4 anos, renováveis por mais dois períodos iguais. Decreto nº 6.296/97
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
É exigida a Outorga antes do Licenciamento Ambiental. Lei nº 6855/95 e Decreto nº 7967/01.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captações superficiais a fio d'água e em reservatórios, lançamento de efluentes e outros usos que alterem a quantidade, qualidade ou o regime de um corpo de água. No caso de empreendimentos hidrelétricos, é feita a reserva de disponibilidade hídrica a ser outorgada a montante da PCH pelo Decreto Governamental.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Os pedidos de outorga passam por análises jurídicas, agronômicas, hidroquímica, geológica e superficial, dependendo do tipo de uso.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Utiliza base hidrográfica na escala de 1:100.000 e usa o <i>software</i> ArcGis já integrado com o banco de dados.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Semanalmente, há equipe em campo fazendo análises de vistorias dos pedidos de outorga. As vistorias não são cobradas (Exemplo, no ano de 2003 foram efetuadas aproximadamente 300 viagens de vistorias com mais de 250 cancelamentos de outorga).

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

* Captação: para cálculo de disponibilidade hídrica, utiliza ou realiza estudos de regionalização hidrológica, utiliza dados históricos de estações flu ou pluviométricas ou realiza outros métodos ou estudos que achar necessários.

* Aproveitamentos hidrelétricos: são levantados os usos consuntivos a montante e ações conjuntas com os demais órgãos e usuários das águas (abastecimento humano, industrial e irrigação) a fim de definir a reserva a ser outorgada para não comprometimento destes usuários.

* Possui metodologia desenvolvida, ainda, para análise de empreendimentos de irrigação, piscicultura e carcinicultura.

* Para lançamento de efluentes, possui metodologia própria para cálculo das vazões necessárias para diluição dos efluentes em função do enquadramento e da Resolução CONAMA nº 020/86.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Existem campanhas de fiscalização dos usuários outorgados e cadastramento dos usuários clandestinos com notificações do uso indevido.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

* Necessidade de uma rede agrometeorológica melhor distribuída e com acesso facilitado aos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos. Sugestão que os dados do INMET possam ser acessados pelos Órgãos Gestores.

* Necessidade de uma rede de qualidade de água. A sugestão seria ampliar e manter atualizada a rede existente.

* Necessidade de ampliação da rede fluviométrica com estações que possa representar melhor as cabeceiras dos mananciais.

* Necessidade de ampliação da rede sedimentológica que possam representar melhor as interferências nas curvas cotas-áreas-volumes dos reservatórios e dos transportes de sedimentos.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: CEARÁ

Contato(s): Paulo Miranda Pereira e Nice da Cunha

Telefone: (85) 257-6538

Data: 07/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: * Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH e Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH
b) Endereço, CEP, telefone: Av Aguanhambi, 1770 - Bairro de Fátima - Fortaleza. CEP 60.055.401
c) Site www.srh.ce.gov.br e www.cogerh.com.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: A Gerência de Estudos e Projetos (Diretoria de Planejamento) a partir de seu núcleo de outorga, coordena o processo que deverá ocorrer nas Gerências Regionais
e) Legislação referente à outorga * Lei Estadual nº 11.996/92 (Política Estadual de Recursos Hídricos) * Decretos Estaduais nº 23.067/94, nº 23.068/94, nº 26.398/2001 e nº 27.271/2002 * Portarias SRH nº 048/2002 e nº 220/2002 * Instrução Normativa da SEAGRI/CE nº 001/2002
f) Quem analisa e concede as outorgas? A COGERH analisa os pedidos de outorga e a SRH emite as outorgas.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Estrutura mostrada no anexo I, são 21 técnicos de nível superior; a maioria destes técnicos não trabalha exclusivamente com outorga.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? 7 Unidades regionais da COGERH (Crateús, Limoeiro do Norte, Pentecoste, Sobral, Crato, Iguatu, Metropolitanas e Quixeramobim).
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Os volumes anuais disponíveis são definidos nas reuniões anuais de alocação e, em casos especiais, são levados os temas são levados para serem debatidos nas reuniões sistemáticas.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. O sistema de informação de recursos hídricos vem sendo desenvolvido, a parte tabular em Access e a parte gráfica trabalha com o ArcView, mas o gerenciador a ser adotado é o Oracle. Atualmente, foram desenvolvidas algumas ferramentas para controle e cálculo, afim de dar suporte a outorga, desenvolvido em Visual Basic Aplicação no Excel.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. A média dos últimos meses é de 48 pedidos por mês e o acumulado é de 474. Vale observar que o valor é crescente tendo em vista o plano de universalização da outorga que a COGERH vem implementado.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? A equipe foi quantificada para ser suficiente, no momento o modelo ainda é muito centralizado tendo em vista a necessidade de capacitação do quadro disponibilizado.

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.
Sim, em sua maioria é composta por funcionários efetivos.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.
Máximo 90% da Q90reg. Decreto Estadual nº 23.067/94
b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Processos de alocação negociada.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
O Decreto Estadual nº 23.067/94 em seu artigo 15 estabelece a ordem de prioridade por atividade.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
Vazões de captação superficial ou subterrânea inferiores a 2,0m³/h. Decreto Estadual nº 23.067/94.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Não, mas está em estudos para tal.
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
O Estado possui uma reserva muito baixa de água subterrânea e vem buscando conhecer sua potencialidade para explorá-la de forma sustentável, mas ainda de uma forma muito incipiente; os instrumentos trabalhados para a água superficial podem ser aproveitados.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
A dinâmica do semi-árido é ligeiramente diferente tendo em vista que algumas características são peculiares tais como: hidrogramas naturais com pico acentuado e valores nulos em alguns meses do ano, a preservação ambiental passa pela compreensão desta dinâmica e mecanismos para mitigar a atenuação dos picos provocados pela açudagem e não propriamente promoção de uma vazão artificial mínima.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
No Ceará, a outorga para intervenções citadas é tratada como licença de obras hídricas e a orientação de disciplinamento está no decreto nº 23.068/94
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Não.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Os decretos nº 23.067 e nº 23.068 disciplinam a burocracia e o manual de outorga orienta no tocante à documentação.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
É feita, mas de forma bastante precária
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Os formulários estão disponibilizados no site da SRH-CE
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
O pedido de outorga não é publicado.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para transferência deve ser encaminhado novo requerimento de outorga. No caso de renovação ou alterações do projeto, os pedidos são recebidos por ofício.
f) Qual é o ato de outorga?
Portaria da SRH-CE

g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
As Portarias de outorga são publicadas em diário oficial.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Não
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Sim, o documento de outorga descrevendo as características principais da mesma, uma carta encaminhando e uma cópia do parecer técnico, com a fundamentação técnica do ato.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Não.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga preventiva, Outorga de direito de uso, Licença de obras hídricas.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
Autorização.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Água Subterrânea 1 ano. Superficial irrigação, Peixe em cativeiro, peixe em tanque escavado, carcinicultura = 4 anos. Saneamento e indústria 10 anos
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
Outorga e licença são tratadas de forma distinta e com legislação específica.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captações superficiais a fio de água e em barramentos, e outros usos que alterem a quantidade, qualidade e regime de um corpo de água.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Basicamente trabalha-se na manutenção do balanço hídrico dentro das garantias e as prioridades preconizadas pela lei, há cuidado especial em corpos de água onde a demanda e a oferta estão no limite, ou mesmo em momento de restrição de uso.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Sim, na escala de 1:100.000, usa-se o ArcView.
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?
Não se faz vistoria, mas quando necessário, é feita uma visita técnica para complementação de informação. Estas visitas são freqüentes e feitas pela equipe técnica das gerencias. Não são cobradas.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.
A disponibilidade hídrica é avaliada a partir de uma análise de uma fonte regularizadora (açude, poço) e o nível de comprometimento desta fonte. A análise é feita com base em informações de estudos já realizados pela companhia, quando se trata das maiores fontes, as de menor porte é avaliada com base em metodologias desenvolvidas com este fim
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
Existem as campanhas de fiscalização dos usuários outorgados e cadastramento dos usuários clandestinos com notificações do uso indevido.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria
O conceito da coisa pública enquanto propriedade do Estado e a água parecem ter uma característica peculiar tendo em vista que o Estado não é usuário direto, como o recurso está disponível para apropriação do indivíduo ao Estado caberia apenas dever de disciplinar e mediar os processos; isto facilitaria muito, pois a dominialidade apenas sinalizaria para quem compete a mediação, principalmente quando alguns princípios legais forem observados como gestão descentralizada e participativa.

Anexo 1 – Ceará – Formação da equipe técnica de outorga.**FORMAÇÃO**

Matriz	Engenheiro Agrícola
	Geóloga
	Geóloga
	Engenheiro Civil
	Geólogo
Gerência da Bacia Metropolitana	Engenheiro Mecânico
	Tecnólogo em Rec. Hídricos
Gerência Crato	Engenheiro Agrônomo
	Técnico em Agropecuária
Gerência Quixeramobim	Tecnólogo em Rec. Hídricos
	Veterinário
Gerência Sobral	Agronomia
	Engenheiro Civil
Gerência Iguatu	Tecnólogo em Rec. Hídricos
	Tecnólogo em Rec. Hídricos
Gerência Crateús	Engenheiro Civil
	Tecnólogo em Rec. Hídricos
Gerência Limoeiro do Norte	Tecnólogo em Rec. Hídricos
	Engenheiro Agrônomo
Gerência Pentecoste	Tecnólogo em Rec. Hídricos
	Assistente Social

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: DISTRITO FEDERAL

Contato(s): Roger Henrique de Oliveira Souza

Cargo: Diretor de Licenciamento, Monitoramento e Sustentabilidade Hídrica

Telefone: 61-3321-3519

Data: 08/04/2005

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
b) Endereço, CEP, telefone: SCS Q. 02, Bl. L, Ed. Lino Martins Pinto, 3º Andar - CEP:70.070-120 - Telefone: 61-3325-6868
c) Site http://www.semarh.df.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Diretor de Licenciamento, Monitoramento e Sustentabilidade Hídrica - Subsecretaria de Recursos Hídricos.
e) Legislação referente à outorga Lei Distrital nº 2.725 de 13 de Junho de 2001 Decreto Distrital nº 22.358 de 31 de Agosto de 2001 Decreto Distrital nº 22.359 de 31 de Agosto de 2001
f) Quem analisa e concede as outorgas? O corpo técnico da Diretoria de Licenciamento, Monitoramento e Sustentabilidade Hídrica analisa e a SEMA-RH emite as outorgas.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) 7 técnicos com nível superior (Eng. Civil Especialista em Saneamento, Eng. Florestal, Geólogos, Agrônomo, Zootécnico); 9 funcionários administrativos (sendo 4 de nível superior e 5 de nível médio); 3 estagiários universitários (Agronomia, Geologia e Química).
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não possui.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Os volumes anuais disponíveis são definidos nas reuniões anuais de alocação e, em casos especiais, são levados os temas para serem debatidos nas reuniões sistemáticas
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Não possui.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Possui um banco em Access, sendo alimentado no presente momento.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? 1 novo a cada 2 dias e 1 renovação por dia.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. 4 são efetivos e os demais são cargos comissionados.

n) Solicitar relação de outorgas concedidas (de preferência planilha Excel ou BD Access).
Informações para cada usuário: nº e data do ato de outorga, nome do outorgado, coordenadas geográficas, corpo de água, município, bacia principal, finalidade do uso da água (irrig., ind., abast. púb., etc), vazão autorizada, superficial ou subterrânea, captação em barramento ou a fio d'água. Preencher planilha 2.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.
Todos os critérios adotados estão contemplados no Decreto Distrital nº 22.359.
b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Possui. É adotado valor máximo de 20% da Q90.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
Possui. Os critérios estão determinados na legislação vigente.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
São considerados usos insignificantes as captações com vazão menor que 1,0 l/s. A legislação correlata trata-se do Decreto Distrital nº 22.359.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
A outorga para o lançamento de efluentes ainda não foi regulamentada no Distrito Federal.
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Possui. Todos os critérios estão descritos no Decreto Distrital nº 22.358.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Possui. Todos os critérios estão descritos na Lei Distrital nº 2.725.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Todos os critérios estão descritos na Lei Distrital nº 2.725.
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Possui. Estão descritos no Decreto Distrital nº 22.358 e nº 22.359.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Não existe.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
É feita a pré-análise da documentação apresentada pelo interessado.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Possui. Estão todos disponíveis na home page da SEMARH.
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
O interessado deve publicar o seu pedido no DODF e em um jornal de grande circulação.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Possui.
f) Qual é o ato de outorga?
Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
O interessado deve publicar o recebimento da outorga no DODF e em um jornal de grande circulação.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Não são publicados pelo órgão.

<p>i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?</p> <p>Todos são oficiados ao interessado via AR.</p>
<p>j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?</p> <p>Não.</p>
<p>k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?</p> <p>É feita cobrança de taxa de análise de processos, objeto do Decreto Distrital nº 22.167 de 30 de Maio de 2001. Publicações não são cobradas por serem efetuadas pelo próprio interessado.</p>
<p>l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.</p> <p>Autorizações para perfuração de poço tubular, cadastros de uso insignificante, outorgas e licenças ambientais.</p>
<p>m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)</p> <p>Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Superficiais Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos A diferença entre as duas é a fonte de captação do recurso.</p>
<p>n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?</p> <p>Normalmente as outorgas são concedidas com validade de um ano. Os critérios estão descritos na Lei Distrital nº 2.725.</p>
<p>o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?</p> <p>Existe a integração das duas ferramentas, mas não há legislação específica.</p>
<p>4- Análise dos pedidos de outorga</p>
<p>a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.</p> <p>Captações</p>
<p>b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?</p> <p>Normalmente, os estudos do empreendimento são enviados pelo interessado. É feita, primeiramente, uma análise técnica que, se aprovada, passa por uma análise jurídica.</p>
<p>c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?</p> <p>Possui base digitalizada da hidrografia, no software Arc View, na escala de 1:100.000.</p>
<p>d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?</p> <p>São feitas vistorias no processo de análise dos pedidos, mas essas não são cobradas individualmente.</p>
<p>e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.</p> <p>Avaliação da documentação apresentada, cálculo de disponibilidade hídrica e adequação do método utilizado para captação.</p>
<p>5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?</p> <p>Possui.</p>
<p>6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria</p> <p>Falta de equipamentos de medição e programação de treinamento oficial.</p>

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: GOIÁS

Contato(s): Ana Paula Fioreze e João Ricardo Raiser

Cargo: Gerente de Gestão de Recursos Hídricos e Gerente de Políticas de Recursos Hídricos

Telefone: 62 201-5152 62 201-5153

Data: 20/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.
b) Endereço, CEP, telefone: Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 1º Andar, Centro – 74.083-010 – Goiânia-GO. Fone: (0xx62) 201-5150 - Fax: (0xx62) 201-5179, Fone: (0xx62) 201-5152 - Fax: (0xx62) 201-5153
c) Site www.semarh.goias.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Superintendência de Recursos Hídricos
e) Legislação referente à outorga * Lei Estadual nº 13.123/97 (Política Estadual de Recursos Hídricos). * Lei Estadual nº 13.583/00 (Águas Subterrâneas). * Lei Estadual nº 14.475/2003 (cria a Agência Goiana de Águas). * Portaria SEMARH nº 130/99 (Regulamenta a obtenção da outorga). * Resolução CRH nº 008/2003 (Institui grupo de trabalho para propor alterações na Port. SEMARH nº 130/99). * Resolução do CERH sobre Outorga, aprovada e não publicada.
f) Quem analisa e concede as outorgas? A Superintendência de Recursos Hídricos da SEMARH.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Nível Superior - 10, sendo: 1 Administrador, 2 biólogos, 1 Eng. Agrônomo, 3 Eng. Ambientais, 1 Eng Civil, 1 Geólogo, 1 Geógrafo. Nível Médio - 3, Ensino Básico - 2.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Até o momento não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim, ACCESS e SQL Server (com linguagem de manipulação em DELPHI ainda não concluído).
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Média de aproximadamente 90 processos por mês e 1.000 por ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não. É necessário um Geólogo e a especialização de dois técnicos em hidrologia.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. Envolvidos diretamente na análise de outorgas são 5 efetivos, 4 comissionados e 3 contratos temporários.

2- Critérios de Outorga

a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.

A vazão adotada como referência é a vazão com garantia de permanência em 95% do tempo (Q95), considerando a bacia de contribuição no ponto de captação, onde esta informação estiver disponível.

A vazão máxima outorgável corresponde a 70% da vazão de referência.

Nos casos que não existirem as informações hidrológicas necessárias ao cálculo da vazão de referência adotada, será utilizada como vazão de referência a menor vazão medida no local, realizada, preferencialmente, no período de estiagem e com equipamentos de precisão, sendo que para a vazão medida fora do período de estiagem adotar-se á um coeficiente de redução com base em séries históricas fluviométricas da bacia hidrográfica.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?

Não

c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?

Sim. Conforme a Resolução aprovada pelo CERH. Primeiramente, o interesse público, posteriormente a data da protocolização do requerimento, ressalvada a complexidade de análise do uso ou interferência pleiteados e a necessidade de complementação de informações.

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.

Conforme a Resolução aprovada pelo CERH, os critérios de vazões ou acumulações de volumes de água consideradas insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes Comitês de Bacia Hidrográfica ou, na inexistência destes, pela SEMARH.

e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.

Não, está previsto na resolução, mas ainda está em fase de estudo.

f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?

Não.

g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?

Determina a manutenção de vazão à jusante, mas não define valores.

h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.

É exigido elemento de descarga de fundo.

i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?

Não.

3- Procedimentos Administrativos

a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?

Não.

b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?

Sim, após a entrada no protocolo, quanto a suficiência da documentação apresentada.

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?

Sim, todos os formulários para outorga estão disponíveis no site da SEMARH.

d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?

Não.

e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?

As outorgas são intransferíveis. Renovação: deve ser solicitada com o prazo mínimo de 90 dias antes do vencimento. As alterações e retificações devem ser solicitadas à SEMARH a qualquer tempo.

f) Qual é o ato de outorga?
Portaria da SEMARH.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
É publicada a outorga no Diário Oficial do Estado.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sempre que estes atos geram portarias, as mesmas são publicadas no Diário Oficial do Estado.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Não, o documento fica a disposição do usuário ou responsável técnico na Superintendência de Recursos Hídricos.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Cobra Taxa de Vistoria e Análise das outorgas: R\$ 180,00 para autorização e R\$ 360,00 para concessão. Lei Estadual nº 14.475/2003.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga de direito de uso de recursos hídricos, declaração de uso insignificante.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
I – Concessão: quando a utilização dos recursos hídricos for de utilidade pública. II – Autorização: quando a utilização dos recursos hídricos não for de utilidade pública.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Os prazos estão definidos na Resolução aprovada pelo CERH. Concessões por 12 anos, Autorizações por seis anos, Barramentos para geração de energia elétrica será idêntico ao prazo estipulado na concessão de exploração do potencial hidroelétrico pelo órgão responsável, para os demais barramentos 12 anos.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
É um dos documentos exigidos no licenciamento. Não é previsto em legislação.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captação de águas superficiais, exploração de águas subterrâneas, construção de barramentos, aproveitamentos hidrelétricos e outros usos que alterarem o regime de um corpo de água.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Análise prévia, Análise dos documentos apresentados, Vistoria técnica e análise técnica.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Sim. As escalas são de 1/250.000 e 1/1.000.000. Os <i>softwares</i> utilizados são o ArcView e o Erdas.
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?
É cobrada a Taxa de análise e vistoria. Todos os pedidos de outorga de águas superficiais são vistoriados. Nessas vistorias, são realizadas visita ao local do projeto, diversas medições, entre elas a vazão do manancial, a área do projeto, Coordenadas Geográficas, etc.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
Acordo com instituições financeiras, a outorga é um dos Documentos solicitados nos processos de financiamento, e fornecimento de energia elétrica para os equipamentos de bombeamento. Palestras de orientação aos setores usuários.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria.
Dificuldades na implementação da legislação; falta de integração da política Ambiental e de Recursos Hídricos; e Poucos recursos para a área.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: MINAS GERAIS

Contato(s): Marcelo Garcia Miranda Diniz

Cargo: Chefe da Divisão de Regulação e Controle

Telefone: (31) 3337-3355 - Ramal 109

Data: 06/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
b) Endereço, CEP, telefone: Rua Santa Catarina, 1354 – Bairro de Lourdes – Belo Horizonte, MG - Cep: 30.170-081
c) Site www.igam.mg.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Divisão de Regulação e Controle, subordinada à Diretoria de Instrumentalização e Controle que é subordinada à Diretoria Geral.
e) Legislação referente à outorga * Lei Estadual nº 13.199/99 (Política Estadual de Recursos Hídricos). * Decreto nº 41.578/2001 (Regulamentação da Política Estadual de Recursos Hídricos). * Deliberações Normativas CERH nº 03/2001, 07/2002 e 09/2004. * Portarias administrativas IGAM nº 10/98, nº 07/99, nº 01/2000 e 06/2000.
f) Quem analisa e concede as outorgas? O próprio IGAM analisa e concede as outorgas.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um). Equipe técnica: Engº Civil - 7; Engº Agrônomo - 1; Geólogos - 7; Equipe jurídica: Advogado - 1; Equipe administrativa: 11 profissionais de nível 2º grau e 1 de nível superior.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não possui unidades regionais oficiais.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Processos para empreendimentos de grande porte em recursos hídricos, conforme DN CERH nº 07/02, são encaminhados para julgamento pelos Comitês, sendo a outorga emitida pelo IGAM.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Banco de dados Access
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. 400 pedidos por mês e 4800 pedidos/ano. No ano de 2004 estes valores reduziram para 190/mês e 1740 até 14/10/04, em função da implantação do Sistema Integrado de Meio Ambiente no Estado de MG.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Considerando a definição de critérios para lançamento de efluentes e geração de energia, estima-se a necessidade de mais 3 profissionais na área de Engenharia Sanitária e 2 na área de Hidrologia.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.? Não. São utilizados cargos comissionados e contratos temporários para análise dos pedidos de outorga.

2- Critérios de Outorga
<p>a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.</p> <p>Captação a fio d'água: Max 30% Q7,10. Para captações em barragens com regularização de vazão: manter o residual mínimo de 70% Q7,10 a jusante. Portarias administrativas IGAM nº 010/98 e 007/99.</p>
<p>b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?</p> <p>Não</p>
<p>c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?</p> <p>Prioriza apenas abastecimento público e dessedentação de animais, conforme Lei Estadual 13.199/99.</p>
<p>d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.</p> <p>Deliberação Normativa CERH nº 09 de 16 de junho de 2004</p> <p>* Captações superficiais: 1,0 l/s na maior parte do Estado e 0,5 l/s para as UPGRH estaduais SF6, SF7, SF8, SF9, SF10, JQ1, JQ2, JQ3, PA1, MU1, rio Jucuruçu e rio Itanhém.</p> <p>* Barramentos: Abaixo de 5.000m³ de volume acumulado na maior parte do Estado e abaixo de 3.000 m³ para UPGRH estaduais SF6, SF7, SF8, SF9, SF10, JQ1, JQ2, JQ3, PA1, MU1, rio Jucuruçu e rio Itanhém.</p> <p>* Captações subterrâneas, tais como: poços manuais, surgências e cisternas, com volume menor ou igual a 10 m³/dia.</p>
<p>e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.</p> <p>Não, mas está em estudos para tal.</p>
<p>f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?</p> <p>Não em legislação. A análise é realizada em função de testes de bombeamento de 24 horas.</p>
<p>g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?</p> <p>Não. Utiliza como vazão ecológica o valor de 70% da Q7,10 conforme Portarias administrativas IGAM nº 010/98 e 007/99.</p>
<p>h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.</p> <p>Barragem sem captação: Manutenção de 70% de Q7,10 a jusante.</p> <p>Canalização ou retificação: Autorizada apenas com a finalidade de controle de cheias, contenção de taludes e urbanização, sendo esta última em localidades com processos de urbanização, já amplamente consolidados.</p>
<p>i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?</p> <p>Possui deliberação normativa nº 07/2002 do CERH para definição de porte em recursos hídricos. Os empreendimentos de grande porte são julgados pelo Comitê de Bacia, mantendo-se a emissão da outorga pelo IGAM.</p>
3- Procedimentos Administrativos
<p>a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?</p> <p>Portaria administrativa IGAM nº 010/98 disciplina formulários a serem utilizados.</p>
<p>b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?</p> <p>Para protocolar os pedidos de outorga, verifica se a documentação está completa.</p>
<p>c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?</p> <p>Sim, os formulários de outorga estão disponibilizados no site.</p>
<p>d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?</p> <p>O pedido de outorga é publicado quinzenalmente no diário oficial do Estado e divulgado no site do órgão, de acordo com a Portaria administrativa IGAM nº 001/2000</p>

e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para esses procedimentos, o usuário encaminha requerimento anexando documentação ou estudos, atestando a necessidade. Não tem legislação específica sobre esses procedimentos.
f) Qual é o ato de outorga?
Portaria do IGAM
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
As Portarias de outorga são publicadas no diário oficial do Estado e divulgadas no <i>site</i> do órgão.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Publica todos os atos, exceto, temporariamente, o indeferimento.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc.) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Quando é outorgado, o IGAM encaminha cópia da Portaria de outorga, na íntegra, do extrato do diário oficial, um Certificado de outorga e um ofício do diretor geral ao outorgado. No caso de indeferimento, é enviado ofício ao responsável técnico pelo processo de outorga. No caso de retificação, é enviada cópia da publicação ao outorgado.
j) Divulga as outorgas concedidas no <i>site</i> do órgão na internet?
Sim.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
São cobrados emolumentos de análise e publicação com base em Deliberação Normativa CERH nº 03/2001. O custo de publicação é fixo de R\$ 186,00 e o custo de análise varia de R\$ 344,64, para captações de água superficiais a fio d'água e subterrâneas, até R\$ 1.895,48 para barramentos com regularização de vazões e com área inundada superior a 5,0ha.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga de direito de uso de recursos hídricos. Também é emitida a manifestação prévia internamente dentro do Sistema Integrado de Meio Ambiente.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
* Autorização: Emitida para pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para usos que não se destinarem à finalidade de utilidade pública. * Concessão: Emitida para pessoas jurídicas de direito público quando o uso se destinar à finalidade de utilidade pública.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Autorizações: 5 anos e Concessões: o prazo máximo é de 35 anos mas, normalmente, são concedidas com prazos de até 20 anos
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
Há sistema de balcão único. O processo é protocolado no local em que for licenciar o empreendimento (FEAM ou IEF) e estes encaminham para o IGAM que analisa e retorna o resultado para esses órgãos terminarem o procedimento de análise de licenciamento. Procedimento determinado pela Resolução SEMAD nº 146/2003.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Concede outorgas apenas para captação de águas superficiais e subterrâneas e para outros usos que alteram o regime de um curso de água, mas está estudando critérios para aproveitamentos hidrelétricos e lançamento de efluentes.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Os processos passam por uma análise jurídica (documentos) e análise técnica.

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual *software* utiliza?

Utiliza base de dados de hidrografia e altimetria digitalizada para o *software* MapInfo em escala 1:50.000 e 1:100.000.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Faz vistorias apenas em empreendimentos de maior porte em que é verificada a necessidade para apoio à análise técnica. É prevista a cobrança por tais vistorias, mas não é efetuada.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

* Captação a fio d'água: Para cálculo de disponibilidade hídrica utiliza estudo de regionalização hidrológica realizada para todo o Estado.

* Captação em barramento com regularização de vazões: Utiliza dados de estações fluviométricas para determinação das vazões regularizadas.

* Exploração de águas subterrâneas: Utiliza informações de testes de bombeamento realizados com período de 24 horas.

* Outros usos que alteram regime: Utiliza dados de estações fluviométricas e regionalização hidrológica existente.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Existe o processo de cadastramento de usuários de água das bacias dos rios Japoré e Calindó, que resultará em um sistema de convocação desses usuários para regularização junto ao IGAM. Esse procedimento será adotado em todas as UPGRH do Estado.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

Definição de diferentes vazões de referência por regiões do Estado.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: PARAÍBA

Contato(s): Ana Cláudia F. Medeiros Braga

Cargo: Coordenadora Regional

Telefone: 83 - 211-6458

Data: 21/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:**a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos:**

Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba – AAGISA.

b) Endereço, CEP, telefone:

Avenida Epitácio Pessoa, 1457 - 2º andar. Bairro dos Estados. João Pessoa - PB. CEP 58030-001 Telefone: (83) 211-6452.

c) Site<http://www.aagisa.pb.gov.br>**d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas:**

Diretoria Técnica/Coordenação de Planejamento, Regulação e Outorga.

e) Legislação referente à outorga

Lei nº 7033/2001 - Cria a Agência de Águas, Irrigação e Saneamento do Estado da Paraíba – AAGISA

Lei nº 6308/1996 - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências

Decreto nº 19260/1997 - Regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras providências.

f) Quem analisa e concede as outorgas?

AAGISA analisa e SEMARH-PB concede.

g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um)

2 doutorandos em recursos hídricos, sendo 1 coordenadora e um diretor; 3 agrônomos, sendo 1 com mestrado em irrigação e drenagem; 1 economista; 1 hidrometrista; 1 técnico; 1 secretária; 1 motorista; 1 estagiário de engenharia; 1 estagiária de nível médio.

h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga?

As três unidades regionais previstas na Lei de criação da AAGISA ainda não foram implantadas.

i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo?

Ainda não foi efetivado comitê no Estado. Encontra-se em processo de formação.

j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc.

SQL e Excel.

k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano.

25 por mês; 300 por ano (dados médios dos anos de 1998 a 2003).

l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente?

Necessita de mais dois hidrólogos, um biólogo e um técnico de nível médio, sobretudo agora que se iniciou um intensivo trabalho de cadastramento de usuários em todo o Estado.

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.

Cargos comissionados e funcionários cedidos por outros órgãos da administração estadual.

2- Critérios de Outorga
<p>a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.</p> <p>Decreto nº 19260/1997, artigo 26:</p> <p>A soma dos volumes de água outorgados em uma determinada barragem não poderá exceder 9/10 (nove décimos) da vazão regularizada anual com 90% (noventa por cento) de garantia.</p> <p>Parágrafo único - Tratando-se de lagos territoriais ou de lagoas, o limite previsto no “caput” deste artigo será reduzido em 1/3 (um terço).</p>
<p>b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?</p> <p>Não. Em cada pedido é analisada a demanda dos usuários, se realmente está de acordo com o uso proposto, mas não existe um limite para a captação máxima.</p>
<p>c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?</p> <p>Não.</p>
<p>d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.</p> <p>O Decreto nº 19260/1997, em seu artigo 7, diz: “Não se exigirá outorga de direito de uso de água na hipótese de captação direta na fonte, superficial ou subterrânea, cujo consumo não exceda 2.000 l/h (dois mil litros por hora)”.</p>
<p>e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.</p> <p>Sim. Porém ainda não foi emitida nenhuma. Mas os usos deverão se enquadrar nas classes estabelecidas para os mananciais, segundo a Resolução CONAMA nº 20/86 e deverá ser definida vazão de diluição para os mananciais.</p>
<p>f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?</p> <p>Cada poço é analisado pelos técnicos com vistoria em campo e informações do perfil técnico do poço e do teste de bombeamento que são exigidos para a análise da outorga.</p>
<p>g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?</p> <p>Não.</p>
<p>h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.</p> <p>Licenças para construção de obras hídricas regulamentado pelo Decreto Estadual nº 19.258/97.</p>
<p>i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?</p> <p>Sim. O Decreto nº 19.258, de 31/10/1997, regulamenta o controle técnico das obras e serviços de oferta hídrica e dá outras providências. O artigo 3º prevê classificação dos açudes, segundo o volume hidráulico acumulável e quanto à superfície da bacia hidrográfica, e o artigo 4º classifica os poços quanto à profundidade e quanto à vazão nominal do mesmo.</p>
3- Procedimentos Administrativos
<p>a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?</p> <p>Não possui legislação específica, mas o decreto nº 19.260/97 lista a documentação necessária e os prazos de análise. Está em elaboração Resolução da AAGISA para essa finalidade. A AAGISA substituiu as cópias de escrituras por uma declaração de propriedade do requerente, com firma reconhecida em cartório.</p>
<p>b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?</p> <p>Sim, o requerimento deve estar totalmente preenchido. Nos casos de renovação solicita-se uma cópia da outorga anterior.</p>
<p>c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?</p> <p>Sim. Os requerimentos estão tanto no site da AAGISA como no da SEMARH.</p>

d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Publica-se no <i>site</i> do órgão. Está em análise no CERH a normatização para a publicidade da outorga. A AAGISA adotou um selo de autenticidade do documento de outorga para evitar fraudes.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para transferência, alteração ou retificação de informações, a solicitação deve ser feita por novo requerimento e a documentação comprobatória da necessidade. No caso de renovação devem ser encaminhados: requerimento e cópias da outorga anterior.
f) Qual é o ato de outorga?
Ato administrativo do Secretário da SEMARH. A análise técnica é feita pela AAGISA.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Não. Publica-se no <i>site</i> da AAGISA um extrato das outorgas. Está em análise no CERH normatização para a publicidade da outorga.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sim, apenas para retificação.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
É encaminhado um ofício da Diretoria Técnica pelos correios ou fax.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Sim.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Ainda não. Mas já foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos essa cobrança e a minuta de Decreto de regulamentação foi encaminhada ao Gabinete Civil do Governador para análise e publicação.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Apenas outorga de direito de uso dos recursos hídricos.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
Decreto nº 19260/1997, artigo 13: Cessão de uso, a título gratuito ou oneroso, sempre que o usuário seja órgão ou entidade pública. Autorização de uso, consiste na outorga passada em caráter unilateral precário, conferindo ao particular, pessoa física ou jurídica, o direito de uso de determinada quantidade e qualidade de água, sob condições explicitadas. Concessão de uso consiste na outorga de caráter contratual, permanente e privativo, de uma parcela de recursos hídricos, por pessoa física ou jurídica, que dela faça uso ou explore segundo sua destinação e condições específicas.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
O Decreto nº 19260/1997, em seu artigo 18, diz que “Será de 10(dez) anos o prazo máximo de vigência da outorga de direito de uso da água, podendo ser renovado a critério da Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais”.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
Não. Há protocolo de intensão entre a AAGISA e SUDEMA para compor balcão único.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Decreto nº 19260/1997, artigo 6º: Derivação ou captação de parcela de recursos hídricos existentes em um corpo d’água, para consumo final ou para insumo de processo produtivo; lançamento em um corpo d’água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos com o fim de sua diluição, transporte e assimilação de esgotos urbanos e industriais; qualquer outro tipo de uso que altere o regime, a quantidade e a qualidade da água.

b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?

Faz análise documental, análise de projeto (avalia as demandas), análise hidrológica e visita técnica.

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?

Sim. Na escala 1:100.000 e utiliza-se o AutoCADMap e o ArcView GIS 3.2.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Sim. Atualmente ainda não é feita cobrança.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

Aplica metodologia específica para os seguintes usos: irrigação, aquicultura em tanques-rede (a mesma da ANA), aquicultura em tanques escavados e abastecimento humano.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Campanha de cadastro de usuários de recursos hídricos para posterior regularização dos usos nos 30 maiores municípios do Estado que abrangem cerca de 75% das demandas, atualmente encontra-se com 30% concluído.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria.

Os maiores problemas são referentes a recursos orçamentários para continuidade e manutenção do sistema de outorga. No final de 2003, houve um contingenciamento de recursos e as visitas técnicas foram inviabilizadas e os processos ficaram suspensos. A situação está se repetindo no final de 2004. Isto pode ser melhorado se a análise dos processos for cobrada.

Outro problema diz respeito à interação com o órgão ambiental, existe a proposta da criação de um balcão único, mas está estagnada.

Foi detectado que a outorga ainda não é difundida entre todos os usuários de água, isto pode ser melhorado pelas campanhas esclarecedoras, treinamento de técnicos para formação de agentes multiplicadores, descentralização dos locais de entrada do protocolo (atualmente só é feito na capital do Estado) e o próprio cadastro de usuários que já está sendo realizado.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: PARANA

Contato(s): Norberto Ramon

Cargo: Chefe do Departamento de Outorga e Fiscalização de Recursos Hídricos.

Telefone: (41) 213 4745

Data: 25/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.
b) Endereço, CEP, telefone: Rua Santo Antônio, 239. Curitiba-PR. CEP 80230-120 Telefone: (41) 213 4700.
c) Site http://www.pr.gov.br/meioambiente/suderhsa/index.shtml
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Departamento de Outorga e Fiscalização de Recursos Hídricos.
e) Legislação referente à outorga Lei Estadual nº 12726/1999, Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Decreto Estadual nº 4646/2001, Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
f) Quem analisa e concede as outorgas? SUDERHSA.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) 10 Técnicos de Nível Superior, 7 Administrativos.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Sim, 6 unidades. Responsáveis pelo recebimento dos processos e fiscalização.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim, Oracle.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. 200/mês, 2400/ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não, seriam necessários pelo menos mais 6 técnicos para análise e 10 para fiscalização.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. Equipe efetiva.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina. Máximo outorgável 50% da Q95.
b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual? Critério acima.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades? Obedece aos Planos de Bacias Hidrográficas, segundo Decreto nº 4646/2001, dando prioridade ao consumo humano e dessedentação e animais (§ 1º artigo 19)

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
“Os parâmetros quantitativos para a qualificação, como insignificantes, de acumulações, derivações, captações e lançamentos e de usos de pequenos núcleos populacionais serão estabelecidos pelo Poder Público Outorgante, com base em proposições dos Comitês de Bacia Hidrográfica” (decreto nº 4646/2001, § 1º artigo 7º). Os critérios propriamente ditos encontram-se no item 1.6 do Manual de Outorga.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Sim. No momento não estão sendo expedidas. O manual refere-se à vazão de diluição e trabalha com DBO.
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Sim. Vazão outorgada em função da média da capacidade específica dos aquíferos.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Sim. Vazão mínima de jusante equivalente a 50% da Q95. Não são avaliadas metodologias
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Barragens: Verificação das estruturas de extravasamento e manutenção de vazão mínima a jusante. Canalização/ Retificação: Verificação da seção de escoamento para a vazão máxima.
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Sim.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Documentação necessária: Artigo 11 do Decreto nº 4646/2001 informa os documentos necessários. O Manual de Outorga, item 1.2, apresenta as informações técnicas necessárias para o requerimento de outorga. Prazos: 90 dias para deliberar sobre o requerimento (Artigo 17 do Decreto nº 4646/2001).
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
Não.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Estão disponibilizados na página < http://www.pr.gov.br/meioambiente/suderhsa/index.shtml >
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Publicado somente no Diário Oficial do Estado.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Sim (Artigo 8º do Decreto nº 4646/2001 e Manual de Outorga, item 1.5)
f) Qual é o ato de outorga?
Para outorga prévia, o ato administrativo é o Parecer Administrativo. Para outorga de direito de uso, o ato administrativo é autorização por tempo determinado (Decreto nº 4646/2001). Ambos são publicados na imprensa oficial por meio de Síntese da Portaria.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Publica no Diário Oficial do Estado.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc.?
Publica no Diário Oficial do Estado.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Sim. Cópia do documento com ofício encaminhado.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.

k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?

Sim. Valores constam do item 1.9 do Manual de Outorga.

l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.

Outorga prévia (ou declaração de reserva de disponibilidade hídrica para aproveitamentos hidrelétricos) e outorga de direito de uso de recursos hídricos.

m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)

Autorização.

n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?

Decreto nº 4646/2001 estabelece em seu artigo 32 até 35 anos de prazo para as outorgas.

o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?

Sim. Resolução SEMA nº003/04.

4- Análise dos pedidos de outorga**a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.**

Derivações ou captação de água em corpo hídrico, extração de água de aquífero subterrâneo, lançamento em corpo d'água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, aproveitamentos hidrelétricos, intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares que visem ao controle de cheias, outros usos e ações e execução de obras ou serviços necessários à implantação de qualquer intervenção ou empreendimento, que demandem a utilização de recursos hídricos, ou que impliquem em alteração, mesmo que temporária, do regime, da quantidade ou da qualidade da água, superficial ou subterrânea, ou, ainda, que modifiquem o leito e margens dos corpos de água.

b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?

Os pedidos passam por análise técnica e jurídica.

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?

Utiliza base hidrográfica em arcView em escala 1:10.000 para o Alto Iguaçu e cartas 1:50.000 digitalizadas e georeferenciadas, para o resto do Estado.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Sim, para os casos com utilização de água superficial. Valor já incluído nos emolumentos.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

Constam dos itens 2.1 a 2.5 do manual de Outorga.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Sim. Procedo-se a notificação com formulário próprio.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria.

Melhorar com urgência a estrutura, física e de pessoal da sede e também das regionais, ampliando o número destes.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: PERNAMBUCO

Contato(s): Maria Lorenzza P. Leite

Cargo: Gerente da Unidade de Administração e Controle dos Recursos Hídricos.

Telefone: (81) 3446 1023 R. 218

Data: : 07/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: SECTMA - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
b) Endereço, CEP, telefone: Rua Vital de Oliveira, 32 - Bairro do Recife - Tel: (81) 3425-0300 / 3445-7192 CEP: 50030-370- Recife – PE.
c) Site http://www.sectma.pe.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Unidade de Administração e Controle dos Recursos Hídricos - Setor de Outorga e Vistoria.
e) Legislação referente à outorga Leis nº 11.426/97 - Política Estadual de Recursos Hídricos e nº 11.427/97 - Águas Subterrâneas. Decreto nº 20.269/97 - Regulamenta a Lei nº 11.426/97. Decreto nº 20.423/98 - Regulamenta a Lei nº 11.427/97. Portarias SRH nº 21/2000, 25/2000. Resoluções CRH nº 04/2000, 01/2001 e 04/2003.
f) Quem analisa e concede as outorgas? A SECTMA.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) 6 Técnicos e 1 funcionário administrativo. Sendo 3 engenheiros civis; 2 geólogos e 1 engenheiro agrônomo
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? No momento não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim. Planilha do Excel.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em média são solicitadas cerca de 30 outorgas/mês e 360 por ano relativas às águas subterrâneas e em média 10 outorgas/mês e 120 por ano, relativas às águas superficiais.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não. Seria necessário mais 02 técnicos na área de águas subterrâneas.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. Não. Um técnico do Estado locado no órgão gestor. Os demais são bolsistas da FACEPE.

2- Critérios de Outorga

a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.

Na existência de estudos hidrológicos no ponto de captação requerido, a vazão outorgada é baseada em um percentual da vazão associada, a um nível de permanência que depende do risco que o requerente pode assumir (depende do empreendimento), no caso de não existir estudos ou estes são solicitados (dependendo da magnitude do empreendimento) ou é feita uma estimativa pela vistoria no local (esta vistoria é realizada em praticamente todos os processos independente do caso). No momento, não existe um documento específico que determine o processo adotado.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?

Não

c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?

Não, são realizados estudos caso a caso.

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.

Águas subterrâneas - Obedecem ao Decreto Estadual nº 20.423/98

Poço tubular ou amazonas com finalidade de uso doméstico ou rural com profundidade inferior a 20 metros ou volume diário inferior a 5m³ e poços em caráter de pesquisa.

Águas superficiais - Não existe legislação; o critério a seguir é baseado em um manual de outorga interno.

Critérios - Captações superficiais com vazões inferiores a 0,5 l/s ou 43 m³/dia

Barramentos em corpos de água intermitentes com volume de acumulação inferior a 200.000m³.

e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.

Embora exista legislação, no momento não se concede outorga para lançamento de efluentes.

f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?

Sim. Na Região Metropolitana do Recife existe limite na vazão a ser outorgada, baseado no Mapa de zoneamento de área explotável e na tabela de consumo médio diário (finalidade demanda) - resolução CRH 04/2003. Captações em poços a serem perfurados: anexar projeto contendo especificações técnicas do poço ART do responsável pela perfuração. Poços já existentes, o requerente deve apresentar relatório do poço e análise físico-química e bacteriológica. Captação para finalidade pública, comercialização de água e uso industrial com vazões superiores a 100m³/dia, o requerente deve apresentar relatório técnico do teste de produção do poço, conforme a portaria SHR 21/00 em 30 dias, a partir do recebimento da exigência. Os poços são outorgados apenas depois de instalados os hidrômetros.

g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?

Não. Este tema encontra-se em discussão.

h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.

Não

i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?

Não.

3- Procedimentos Administrativos

a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?

Não.

b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?

Não.

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?

Sim, os formulários para solicitação de outorga estão disponibilizados no site.

d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
São publicados os extratos do termo de outorga.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Outorga é intransferível. Para alteração ou retificação de informações devem ser encaminhados: novo requerimento com os formulários próprios disponibilizados no <i>site</i> e a documentação que confirma a necessidade. No caso de renovação são encaminhados requerimento e formulários e devem ser mantidas todas as condições originais.
f) Qual é o ato de outorga?
Termo de Outorga de Uso da Água.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Sim. No Diário Oficial do Estado.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sim. Emitimos os extratos das alterações e dos termos de outorga no Diário Oficial do Estado.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Documento é enviado à CPRH (Órgão Ambiental), que notifica o requerimento. (Em Pernambuco o processo de outorga e licenciamento é integrado). Documentos que são enviados a CPRH: Termo de Outorga, Parecer de Viabilidade de Exploração, Parecer de Disponibilidade Hídrica e Termo de Cadastramento de Poços e Notificação de Isenção.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Não.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Captação d'água e construção de obra hidráulica.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
I – Concessão administrativa: quando a utilização dos recursos hídricos for de utilidade pública. II – Autorização administrativa: quando a utilização dos recursos hídricos não for de utilidade pública.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Prazo compatível com a natureza do serviço a que se destine o aproveitamento, não excedendo a vinte anos.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
A integração é realizada no âmbito da própria SECTMA e da CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O processo de outorga é protocolado junto com o pedido de licenciamento na CPRH, que encaminha para análise hídrica da SECTMA que é quem emite as outorgas.

4- Análise dos pedidos de outorga
<p>a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.</p> <p>Captação de águas superficiais, exploração de águas subterrâneas, execução de obras hidráulicas que alterem o regime, a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos e aproveitamentos hidrelétricos.</p>
<p>b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?</p> <p>A outorga e o licenciamento ambiental tramitam concomitantemente, para facilidade do requerente. Os requerimentos de outorga e licenciamento ambiental deverão ser protocolados na CPRH que dará o devido encaminhamento ao processo.</p> <p>A CPRH encaminha cópia da documentação à SECTMA para avaliação, que emite um parecer técnico sobre a viabilidade de atender ao pleito em função da disponibilidade hídrica do manancial.</p> <p>Havendo disponibilidade hídrica para atender ao pleito, o processo é avaliado com vistas ao licenciamento ambiental. Caso contrário, poderá haver restrição parcial na vazão requerida ou indeferimento do pedido e o requerente será notificado pela CPRH. Em caso de indeferimento do requerimento de outorga não será emitida a Licença Ambiental.</p> <p>Satisfeitas as exigências quanto à parte ambiental, na ocasião da emissão da Licença de Operação pela CPRH, a SECTMA emite o Termo de Outorga. Os dois documentos são entregues em conjunto ao requerente. Em caso de impedimento do licenciamento pelo impacto ambiental da obra, não há emissão do Termo de Outorga.</p>
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
Sim. Em águas subterrâneas.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: PIAUI

Contato(s): Pedro Marwell Filho

Cargo: Gerente de Projetos

Telefone: (86) 216-2035

Contato(s): Esnard Sampaio de Abreu

Cargo: Gerente de Administração e Controle de Recursos Hídricos

Telefone: (86) 216-2039

Data: 07/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais
b) Endereço, CEP, telefone: Rua Desembargador Freitas, 1599 - centro, Teresina - PI, CEP: 64.000-240
c) Site Não disponível ainda.
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Diretoria de Recursos Hídricos.
e) Legislação referente à outorga * Lei Estadual nº 5.165/2000 de 17/08/2000 (Política Estadual de Recursos Hídricos) * Decreto nº 11.341/2004 de 22/03/2004 (Regulamentação da Outorga)
f) Quem analisa e concede as outorgas? A própria SEMAR.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Não existe uma equipe formalmente constituída para análise e emissão de parecer sobre outorga. Atualmente, os pedidos são analisados por 1 técnico (nível de mestrado), em cargo comissionado, e por um técnico (nível de especialização), em cargo comissionado.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Não possui comitês ainda formados.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Possui um banco de dados simplificado em Excel.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. O início da emissão de outorga ocorreu a partir de março/2004, com a regulamentação da outorga. No ano 2004, até o momento, foram emitidas: 3 outorgas preventivas e 1 outorga de direito de uso; estando em processo de análise mais 7 pedidos de outorga de direito de uso.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? A equipe atual não é suficiente. Seriam necessários, no mínimo: 8 técnicos nível superior (especialista em recursos hídricos e/ou ambiental: hidrologia, hidráulica, sanitária, geologia, agronomia, sócio-economia, advocacia, informática), e 2 técnicos nível médio (administrativo e técnico em informática).

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.
Contratos temporários e cargos comissionados.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.
80% da Q95 (Rios) e 80% da Q90reg (Açudes). Critérios ainda não regulamentados em legislação.
b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Não.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
Não.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
Não.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Não está sendo emitida outorga para lançamento de efluentes.
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Não existem critérios técnicos formalizados para a outorga de águas subterrâneas. Cada caso é analisado em função do teste de bombeamento, aquífero explorado, interferência, etc.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Não.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Não existem critérios formalizados.
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Não.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Existem somente estudos preliminares, dependendo de legalização.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
Não.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Não estão disponibilizados em <i>site</i> , os mesmos são adquiridos na sede da SEMAR.
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Publica no Diário Oficial do Estado.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Não foram estabelecidos os procedimentos específicos. Observa-se o estabelecido na Lei Estadual de Recursos Hídricos e no Decreto de Regulamentação da Outorga.
f) Qual é o ato de outorga?
Portaria da SEMAR.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
É publicado no DOE o extrato da concessão da outorga.

h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
É publicado no DOE o extrato com alteração do ato de concessão da outorga.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
No caso de indeferimento do pedido da outorga, o requerente é comunicado por ofício, e a SEMAR publica, no DOE, o extrato do indeferimento.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Ainda não são cobrados emolumentos pela análise e nem pela vistoria, mas já estão sendo elaboradas as tabelas de preços. A publicação é feita pelo próprio solicitante.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga Preventiva e Outorga de Direito de Uso.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
A outorga preventiva não permite o uso do recurso hídrico.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
Atualmente, as outorgas estão sendo concedidas pelo prazo médio de 2 (dois) anos. Existem critérios estabelecidos no decreto de regulamentação da outorga.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
A integração ocorre ainda de maneira informal tendo em vista que a SEMAR é o órgão gestor dos recursos hídricos e responsável pela política ambiental.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captações superficiais a fio d'água e em barramentos, captações subterrâneas, e outros usos que alterem a quantidades, qualidade ou o regime de um corpo de água.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Atualmente, somente é feita a análise técnica e, quando necessário, a vistoria.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Sim. Todo o Estado na escala 1:1.000.000, no ArcView; bacia do Uruçuí Preto, na escala 1:100.000, no ArcView; e bacia do Canindé, na escala 1:100.000, no MicroStation.
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?
Quando há necessidade é realizada vistoria. No momento, a vistoria não é cobrada.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.
Não foram estabelecidos legalmente os critérios técnicos para análise e avaliação de pedidos de outorga.
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
Não é praticada.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de equipe técnica e administrativa, com um mínimo de técnicos requeridos. - Falta de suporte técnico, sistema de suporte à decisão, com programas de simulação hidrológica, etc. - Falta de banco de dados e estudos de base.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: RIO GRANDE DO NORTE

Contato(s): Carlos Martins e Gustavo Juan Lizarraga

Cargo:

Telefone: (084) 232-2427 / 232-2434

Data: 22 de Novembro de 2004

1- Situação atual do sistema de outorga:

a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos:

SERHID - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

b) Endereço, CEP, telefone:

Rua Dona Maria Câmara, 1884 – Capim Macio – Natal/RN - CEP: 59082-430.

Telefone: (0xx84) 232-2434/2435 – FAX: (0xx84) 232-2411.

c) Site

<http://www.serhid.rn.gov.br>

d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas:

Coordenadoria de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH - da Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

e) Legislação referente à outorga

Lei Estadual nº 6.908 de 01/07/1996.

Decreto Estadual nº 13.283 de 22/03/1997.

f) Quem analisa e concede as outorgas?

A própria SERHID.

g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um)

A estrutura atual da SERHID para Outorga é a seguinte: 2 Eng. Agrônomos permanentes, mais 3 Estagiários temporários, além do apoio eventual de 2 Hidrogeólogos, 2 Eng. Civis e 2 Eng. Químicos.

h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga?

Não possui, no momento.

i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo?

Até agora não tem participado do Comitê de bacias no processo de Outorgas, porque ainda estão em processo de formação.

j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc.

Temos um banco de dados de Outorgas de Direito de Uso de Água e de Licenças de Construção de Obras Hidráulicas no sistema Excel.

k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano.

Em média são solicitadas cerca de 35 outorgas/mês e 420 por ano.

l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente?

Não é suficiente. Seria necessária a participação de técnicos de apoio nas áreas de Biologia, Engenharia Civil, Jurídica e Hidrogeologia.

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.

A equipe técnica de análise dos requerimentos de Outorga de Direito de Uso de Água e de Licenciamento de Obras Hidráulicas não pertence à SERHID, alguns técnicos são cedidos de outros órgãos do Estado e outros tem contratos temporários e cargos comissionados.

2- Critérios de Outorga
<p>a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.</p> <p>De acordo com o estabelecido no Decreto Estadual nº 13.283 de 22/03/1997, os critérios de quantificação das captações de águas superficiais para a outorga numa bacia hidrográfica, está definido que os volumes de água não poderão exceder a 90% da vazão regularizada anual com 90 % de garantia.</p>
<p>b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?</p> <p>O critério para captação máxima autorizada para uso individual, está referido ao balanço da disponibilidade da fonte de água e a demanda de água corretamente justificada pelo requerente segundo o caso e de acordo com as outras demandas consideradas prioritárias na bacia hidrográfica.</p>
<p>c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?</p> <p>O Decreto Estadual nº 13.283, de 22/3/1997, estabelece que a ordem de prioridade para concessão de Outorga é a seguinte: 1- abastecimento humano em residências, hospitais, estabelecimentos de ensino, quartéis, presídios e outros locais semelhantes; 2- abastecimento de água para consumo humano em entidades públicas ou privadas; 3- dessedentação animal; 4- produção rural, compreendendo irrigação, pecuária, piscicultura e outros afins; 5- produção industrial, comercial e de prestação de serviços; 6- Outros usos definidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH/RN.</p>
<p>d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.</p> <p>São considerados usos insignificantes as captações subterrâneas com vazão inferior a 1,0 m³/h, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 13.283/97.</p>
<p>e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.</p> <p>Não. Atualmente a SERHID está trabalhando em uma área piloto, na bacia do Potengí, para definir os parâmetros técnicos e critérios a serem empregados na concessão de outorga para lançamento de efluentes.</p>
<p>f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?</p> <p>Os critérios para Outorga de águas subterrâneas são similares a das águas superficiais, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação Estadual.</p>
<p>g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?</p> <p>Ainda não se dispõe de critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos.</p>
<p>h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.</p> <p>Barragens sem captação: Verificação dos dimensionamentos das estruturas hidráulicas, sangradouros ou vertedouros, em função das vazões máximas que caracteriza a bacia hidrográfica, onde fica inserido o barramento, e as vazões mínimas a jusante que regulariza o curso de água.</p>
<p>i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?</p> <p>Não.</p>
3- Procedimentos Administrativos
<p>a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?</p> <p>Sim. O Decreto Estadual nº 13.283/97 define especificamente os procedimentos de Outorga, a documentação necessária, os prazos de análise, etc.</p>
<p>b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?</p> <p>Sim. Os processos são autuados somente quando o Formulário de Requerimento está corretamente preenchido e instruído com a documentação da justificativa completa relativa ao uso pretendido.</p>

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Todos os formulários de requerimento de Outorga e de Licença de Obra estão disponibilizados no site: <www.serhid.rn.gov.br>.
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Não. Não são publicados os pedidos de Outorga, em nenhum meio de comunicação.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para renovações, alterações ou retificação de informações da Outorga, deve ser encaminhado novo requerimento com os formulários próprios, disponibilizados no site, e acompanhando a documentação que justifica a necessidade da ação.
f) Qual é o ato de outorga?
Despacho de autorização. É o documento de Outorga, assinado pelo Secretário de Estado dos Recursos Hídricos, que se entrega ao requerente, uma vez concluído o processo.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Não. Não são publicados os pedidos de Outorga, em nenhum meio de comunicação.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Não. Também não são publicados nenhum desses atos.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc.) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
É informado o interessado para que recolha na sede da SERHID o documento de Outorga de Direito de Uso de Água ou de Licença de Obra Hidráulica que foi concedido.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Nada é cobrado ao requerente de Outorga ou Licença pelos atos realizados na SERHID.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga de direito de uso de água e Licença de obra hidráulica.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
A Autorização de Uso é concedida em caráter unilateral, a título precário e privativo; A Concessão de Uso tem caráter contratual, a título permanente, privativo e oneroso; e Concessão Especial de Uso Coletivo tem caráter contratual, a título permanente, privativo e oneroso.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
O prazo máximo de vigência da Outorga é de 35 anos, conforme está definido no Decreto Estadual nº 13.283/97. O prazo normalmente concedido no Estado para as Outorgas é de um ano, equivalente a um ano hidrológico, tendo em consideração que as disponibilidades de água nas fontes são variáveis e temporárias de acordo com a variabilidade dos ciclos pluviométricos anuais.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
A SERHID participa dos grupos de trabalho para a integração entre os Órgãos do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Está em elaboração documento de discussão para regulamentar as atividades de Outorga de Direito de uso de Água e de Licença de Obra Hidráulica, em coordenação com as atividades de Licenciamento de Meio Ambiente por meio do IDEMA.
4- Análise dos pedidos de outorga.
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
As intervenções para as quais se concede Outorga são as Captações superficiais a fio de água e em reservatórios, captações de água subterrânea de poços tubulares e poços amazonas, e para a concessão de Licença de Obra hidráulica nos casos de obras que alterem o regime de um corpo de água, tanto quantitativamente como qualitativamente.

b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?

Os Requerimentos de Outorga são apresentados ao Setor de Protocolo, junto com os documentos técnicos justificativos da demanda de água solicitada, o qual se constitui no correspondente Processo. No setor de Outorgas, realiza-se as análises Jurídicas, hídricas e dos projetos de uso de água ou empreendimentos, quanto às quantidades e qualidades, com apoio eventual de especialistas da SERHID.

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?

Sim, temos base digitalizada ArcView, a escala 1: 100.000, de toda a área do território do Estado do Rio Grande do Norte.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Sim, faz-se vistorias de campo, na maioria dos casos, aos locais onde será usada a água, verificando-se as coordenadas geográficas dos pontos de captação. Também não são cobradas as vistorias.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

Nas análises de pedidos de Outorgas e Licenças de Obra Hidráulica, são consideradas as vazões e disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas, com base aos cálculos hidrológicos regionais e hidráulicos das estruturas a serem implantadas, assim como os tipos de uso e volumes solicitados para cada caso. Aplica-se uma metodologia específica na análise das outorgas de direito de uso para os casos de irrigação, aqüicultura em viveiros escavados e industriais considerando o tratamento das águas residuais, e os licenciamentos de obra para construção de poços tubulares, canais, barragens de terra e alvenaria. Ainda não se dispõe de uma metodologia de outorga para lançamento de efluentes.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Atualmente, trabalha-se no Marco Regulatório de uso de água do rio Piranhas/Açú, entre equipes técnicas dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, junto à equipe do órgão federal - ANA.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

Necessidade urgente, do órgão gestor dos recursos hídricos do Estado- SERHID, de ampliar sua estrutura de recursos humanos para poder cumprir com todos os Programas e Projetos de ação previstos para uma administração adequada dos recursos hídricos em âmbito estadual. Também existe a necessidade de uma melhor integração com o órgão de meio ambiente do Estado - IDEMA.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: RIO GRANDE DO SUL

Contato(s): Engenheira Rejane de Abreu e Silva

Cargo: Chefe de Divisão de Outorga e Fiscalização

Telefone: (51) 3288 8144

Data: 21/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:**a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos:**

Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

b) Endereço, CEP, telefone:Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar. Salas 1115/1109 Centro. Porto Alegre. CEP 90030-020.
Telefone: (51) 3288 8144.**c) Site**<http://www.sema.rs.gov.br> - procurar em Recursos Hídricos, Instrumentos de Gestão, Outorga**d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas:**

Divisão de Outorga e Fiscalização (DIOUT) do Departamento de Recursos Hídricos – DRH

e) Legislação referente à outorga

Lei Estadual 10.350/1994 - Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos

Decreto nº 37.033/1996 - Regulamenta a Outorga do Direito de Uso da Água no Estado do Rio Grande do Sul

Decreto nº 42047/2002 - Regulamenta disposições da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, com alterações relativas ao gerenciamento e à conservação das águas subterrâneas e dos aquíferos no Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução nº CRH/01/1997- Dispensa de Outorga para usos individuais.

f) Quem analisa e concede as outorgas?

A análise é feita dentro da DIOUT e, após parecer, é concedida ou indeferida pelo Diretor do Departamento de Recursos Hídricos. Nos casos de concessão prevista no Parágrafo Único do Artigo 1º do Decreto nº 37.033/96, as autorizações são dadas pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente.

g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um)

1 engenheiro civil, 2 consultores de hidrologia, 3 consultores de hidrogeologia, 1 estagiário de informática, 1 estagiário de administração e 1 estagiário de geologia.

h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga?

Não

i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo?

A participação do comitê está prevista na legislação, pois os mesmos acompanha a implementação e aprova os planos de bacia, os quais estabelecem vazões para dispensa de outorga, parâmetros técnicos e priorização dos usos. Atualmente estamos com três planos de bacia em elaboração. Na bacia do rio Santa Maria pretende-se implantar um projeto piloto outorga x licenciamento, com a participação do comitê, visto ser esta uma bacia com problemas de escassez e estudos que apontam que somente podem ser outorgadas as captações e barragens já existentes.

j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc.

Sim, em Access.

k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano.

Cada ano em uma linha em ordem crescente: Ano de 2000: 50 (média de 4 p/mês); Ano de 2002: 190 (média de 15 p/mês); Ano de 2004: 1047 (média de 87 p/mês); Ano de 2001: 100 (média de 8 p/mês); e Ano de 2003: 526 (média de 43 p/mês)

l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente?

A equipe é formada por consultores sem vínculo ao Departamento, através de Convênio, e 1 engenheiro civil cedido por outro órgão. Seria necessário compor uma equipe com, no mínimo, três técnicos de nível superior com mestrado em hidrologia, três geólogos com conhecimentos em hidrogeologia, 2 engenheiros civis ou agrônomos, 1 bacharel em direito, 1 analista de sistemas, 1 técnico de nível superior com conhecimentos em geoprocessamento, 2 estagiários de geologia, 2 estagiários de hidrologia, três funcionários administrativos.

m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.

(conforme letra l)

2- Critérios de Outorga

a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.

A legislação estabelece diretrizes:

Lei Estadual nº 10.350/94 (artigos 11-II-a 23-VII, 29 e 30), Decreto nº 37.033/96 (artigos 1º, 4º, 5º, 7º, 9º, 10, 11, 18, 19 e 20 ?) Decreto nº 42.047/02 (9º, 10, 11, 12, 17, 18, 19) Resolução CRH 01/97 e Termos de Referência disponíveis no *site*: <<http://www.sema.rs.gov.br>> (procurar em Recursos Hídricos e em Instrumentos de Gestão e Outorga).

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?

Não.

c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?

Artigo 2º da Lei nº 10.350, que diz: “A Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo promover a harmonização entre os múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos e sua limitada e aleatória disponibilidade temporal e espacial, de modo a:

Inciso I: “assegurar o prioritário abastecimento da população humana e permitir a continuidade e desenvolvimento das atividades econômicas;”

Artigo 30º da Lei nº 10.350/94: “A outorga de que trata o artigo anterior será condicionada às prioridades de uso estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e no Plano de Bacia Hidrográfica.”

Águas subterrâneas: O artigo 9º do Decreto nº 42047/2002 atribui prioridade ao abastecimento das populações. Para os demais usos, o decreto nº 42047/2002, em seus artigos 9º e 19, diz que “A outorga será condicionada aos objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e aos Planos da Bacia, considerando-se as prioridades de uso e os fatores econômicos e sociais”.

Art. 18 do Decreto nº 37033/96 - “Os recursos hídricos serão utilizados prioritariamente no abastecimento das populações, ficando a hierarquia dos demais usos estabelecida nos planos de bacia hidrográfica.

Parágrafo 1º - dentro de uma mesma categoria de usuários, terá preferência para a outorga de direito de uso da água o usuário que comprovar maior eficiência e economia na sua utilização, mediante tecnologias apropriadas, eliminação de perdas e desperdícios e outras condições a serem firmadas nos planos de Bacia Hidrográfica.”

Parágrafo 2º - “Ocorrendo insuficiência de água, independentemente da causa, ou no caso de degradação da qualidade do seu corpo a níveis que possam alterar sua classe de uso, DRH e FEPAM modificarão as condições fixadas no ato de outorga.”

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.

Artigo 31 da Lei nº 10.350/94: “São dispensados da outorga os usos de caráter individual para satisfação das necessidades básicas da vida.” Para águas superficiais, o Decreto nº 37.033/1996, no seu artigo 4º, diz: “Os planos de Bacia hidrográfica poderão estabelecer uma vazão de derivação abaixo da qual a outorga poderá ser dispensada.”

Parágrafo 1º - A vazão mencionada no “caput” deverá ser aprovada pelo DRH.

Parágrafo 2º - Enquanto não estiver definido o plano de uma determinada Bacia, a vazão mencionada neste artigo poderá ser definida pelo DRH.

Art. 19 do Decreto nº 42047/2002 - “A outorga será condicionada aos objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e aos Planos da Bacia, considerando-se as prioridades de uso e os fatores econômicos e sociais.”

§ 1º - São dispensadas da outorga as captações insignificantes de águas subterrâneas, com vazão média mensal de até dois metros cúbicos por dia ou com a finalidade de uso de caráter individual e para a satisfação das necessidades básicas da vida.

§ 2º - Os planos de bacia poderão estabelecer outras vazões maiores para dispensa de outorga, as quais deverão ser aprovadas pelo DRH.

Resolução CRH 01/97, que detalha os usos dispensados de outorga.

e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.

O outorga de lançamento de efluentes é atribuída ao órgão ambiental do Estado (FEPAM), conforme a Lei nº 10.350/94. A FEPAM considera a licença de operação como outorga de lançamento de efluentes.

Parágrafo II do Art. 29 da Lei nº 10.350/94: “O órgão ambiental do Estado emitirá a outorga quando referida a usos que afetem as condições qualitativas das águas.”

f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?

Ver no *site* <<http://www.sema.rs.gov.br>> (procurar em Recursos Hídricos e em Instrumentos de Gestão e Outorga).

Parágrafo Único do Art. 5º do Decreto nº 37033: “A FEPAM estabelecerá também os critérios para a gestão da qualidade das águas subterrâneas.”

Art. 24 do Decreto nº 42047/2002 - “Os poços e outras obras de captação de águas subterrâneas deverão ser dotados de equipamentos de medição de volume extraído e do nível da água.

§ 1º - Os usuários deverão manter registro de volume extraído, nível e qualidade das águas, além de apresentar relatório ao DRH nos prazos e condições que deverão ser estabelecidas em portaria específica.

§ 2º - Respeitados os parâmetros e frequência de análises previstas na legislação específica, poderá a FEPAM solicitar análises adicionais para fins de controle qualitativo dos aquíferos.”

Art. 27 do Decreto nº 42047/2002 - O DRH e a FEPAM, dada à necessária conservação das águas subterrâneas e a prioridade de abastecimento da população humana, ou por motivos geológicos, hidrológicos, geotécnicos ou ecológicos, poderão restringir a captação e o uso dessas águas, bem como instituir áreas de proteção dos aquíferos.

Parágrafo único - Nas áreas de proteção, as restrições referidas no “caput” deste artigo compreendem a limitação das vazões captadas nos poços, a ampliação da distância mínima entre poços, a coibição de novas atividades potencialmente poluidoras e outras medidas que o caso requeira, como a proibição de novas obras de captação de águas subterrâneas.

Art. 29 - A áreas de proteção máxima compreendem, no todo ou em parte, zonas de recarga de aquíferos vulneráveis à poluição e que se constituam em reservatórios de águas essenciais ao abastecimento público, não sendo nestas áreas permitido a implantação de empreendimentos e atividades poluidoras.

Art. 30 - Nas áreas de proteção de poços e outras captações subterrâneas, será instituído um Perímetro Imediato de Proteção Sanitária que abrange um raio mínimo de 10 m (dez metros) a partir do ponto de captação, o qual deverá ser cercado e protegido, devendo seu interior estar resguardado da entrada ou da infiltração de poluentes.

Parágrafos únicos - Nas áreas referidas no “caput” deste artigo, os poços serão dotados de vedação sanitária, instalada de acordo com as normas técnicas da ABNT de construção de poços para captação de águas subterrâneas.

Art. 31 - Além do Perímetro Imediato de Proteção Sanitária será estabelecido, com base em estudos hidrogeológicos, um perímetro de alerta contra poluição, o qual deverá ser coincidente com a Zona de Contribuição do poço, sendo que neste Perímetro não poderá ser implantada qualquer atividade potencialmente poluidora.

g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?

Não. Somente a previsão da vazão. A vazão ecológica segundo a Lei Estadual nº 10.350/94 deve ser definida pelo órgão ambiental.

Art. 5º do Decreto nº 37033/96 - "Ressalvada a competência da União, a FEPAM definirá as quantidades mínimas de água necessárias para manutenção da vida nos ecossistemas aquáticos, para cada Bacia Hidrográfica."

h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.

Sim. Ver requerimentos no *site* <http://www.sema.rs.gov.br> (procurar em Recursos Hídricos e após em Instrumentos de Gestão e Outorga).

i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?

Sim. Para águas subterrâneas e para barragens.

Ver no *site* <http://www.sema.rs.gov.br> (procurar em Recursos Hídricos e após em Instrumentos de Gestão e Outorga).

3- Procedimentos Administrativos

a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?

Não.

b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?

Sim, quando solicitados pelo usuário (protocolo) e autuação nos casos em que a situação exigir.

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?

Sim. Estão disponíveis no *site*: <<http://www.sema.rs.gov.br>> (procurar em Recursos Hídricos e em Instrumentos de Gestão e Outorga).

d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?

Não

e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?

Sim, por Portaria e Extrato .

f) Qual é o ato de outorga?

Portaria e extrato.

g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?

Sim, no Diário Oficial do Estado pelo Extrato.

h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?

Sim (Retificação, Suspensão e Cancelamento).

Indeferimentos, não.

i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?

Sim, Portaria modificando a Portaria anterior.

j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?

Não.

k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?

Não.

l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.

Águas Subterrâneas: Autorização prévia (antes da perfuração do poço) e Outorga de direitos de uso (após a perfuração); Águas Superficiais: Reserva de Disponibilidade Hídrica (antes da Licença Prévia do Órgão Ambiental) e após a LP, Outorga.

m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)

Segundo Decreto nº 37033, artigo 1º:

As águas de domínio do Estado do Rio Grande do Sul, superficiais e subterrâneas, somente poderão ser objeto de uso após outorga, de que tratam os Artigos 29, 30 e 31 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria das Obras Públicas, saneamento e Habitação - DRH - e pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM -, mediante:

I - licença de uso, quando o usuário atender às condições definidas pelos órgãos mencionados no “caput”, em função da disponibilidade quali-quantitativa da água na Bacia;

II - autorização, nos casos em que não haja definição das condições referidas no inciso I.

Parágrafo único - o uso das Águas poderá ser outorgado mediante concessão, nos casos de utilidade pública, conforme previsto no artigo 43 do Decreto n.º 24.643 de 10 de julho de 1994..”

Estamos outorgando ‘autorizações’ e ‘concessões’.

n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?

Segundo Decreto nº 37033/1996, em seus artigos 9º a 11º: Para licenças de uso, prazo máximo de 5 anos.

Para autorizações: são outorgas precárias revogáveis a qualquer momento. Para concessões, prazo máximo de 10 anos.

o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?

Sim, conforme letra l.

4- Análise dos pedidos de outorga**a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.**

Captações diretas (bombeamento), Canais, Barragens, Diques, Poços, etc. Enfim, de todos os usos que alterem o regime e/ou as condições quali-quantitativas da água, conforme Art. 2º do Decreto nº 37033/94: “Para fins deste Regulamento, entende-se como uso da água qualquer utilização, serviço ou obra em recurso Hídrico, independentemente de haver ou não retirada de água, barramento ou lançamento de efluentes, que altere seu regime ou suas condições qualitativas ou quantitativas.”

b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?

Protocolo - Diretoria - Cadastro - Análise - Parecer Técnico ou Pedido de Informação Complementar - Deferimento ou Indeferimento - Portaria - Extrato - Publicação.

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?

Sim. Todo o Estado em base 1:250.000 e parcial em 1:50.000.

ARCGis.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Se for necessário para a análise, é feita vistoria. Não há taxas.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

Avaliação da disponibilidade da água segundo estudos existentes ou consulta a estações hidrometeorológicas. Normalmente, são realizados balanços hídricos com base mensal levando em consideração somente o empreendimento requerente. Demais empreendimentos, na mesma bacia, são considerados quando há a informação no banco de dados do DRH ou em estudos de demanda específicos para a bacia.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Termos de Compromisso assinado com órgãos do Estado, que perfuram poços, para regularização dos poços existentes.

Termos de Cooperação Técnica com a Secretaria da Saúde (poços existentes) que fiscaliza a qualidade da água para consumo humano, e as referidas fiscalizações estão a cargo do município.

Resolução CONSEMA em que consta um prazo de cinco anos para regularização e outorga em todo o Estado, para os empreendimentos vinculados à irrigação.

Para todos os empreendimentos que tiverem que renovar sua licença de operação junto a FEPAM, é solicitada a outorga de uso da água.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

Ainda não temos um SIG estruturado que possibilite a simulação hidrológica em uma escala apropriada às pequenas bacias hidrográficas, objeto de maior parte dos processos de outorga, facilitando e conferindo maior confiabilidade ao processo de análise.

Déficit de pessoal em todas as etapas do processo de outorga.

Há uma grande deficiência em termos de equipamento de informática.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: RONDÔNIA

Contato(s): José Trajano dos Santos e Miguel Penha

Cargo: Chefe do Núcleo do Meio Físico

Telefone: (69) 3216-1082

Data: 13/10/04

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
b) Endereço, CEP, telefone: Estrada do Santo Antônio, 5323, Bairro Triângulo, 78907-740, telefone: (69) 3216/1082/1045.
c) Site gabinete@sedam.ro.gov.br/ jtsantos @sedam.ro.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Núcleo do Meio Físico.
e) Legislação referente à outorga Lei Complementar nº 255, de 25 de janeiro de 2002. Decreto nº 10114, de setembro de 2002. Portaria SEDAM nº 0038, de 17 de fevereiro de 2004.
f) Quem analisa e concede as outorgas? Núcleo do Meio Físico.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Técnico: Geólogo José Trajano dos Santos e Engenheiro Agrônomo Miguel Penha
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? A SEDAM possui 13 unidades regionais que não executam atividades inerentes à outorga.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? No Estado não existe nenhum comitê de bacia implantado
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Não possui.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Um pedido por mês e 10 pedidos por ano. Só emitimos Outorga para empreendimentos que nos solicitam para fins de financiamento público ou sua regularização perante outras instituições, devido à falta de estrutura e pessoal técnico qualificado e disponível.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? A equipe não é suficiente. São necessários mais 3 técnicos treinados em Porto Velho e mais 10 técnicos, no interior do Estado, com a formação como Geógrafo, Geólogo, Engenheiro Civil e Hidrólogo e Biólogo.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. A equipe técnica que hoje faz análise de outorga é efetiva da SEDAM. São Estatutários.
n) Solicitar relação de outorgas concedidas (de preferência planilha Excel ou BD Access) Informações do usuário: nº e data do ato de outorga, nome do outorgado, coordenadas geográficas, corpo de água, município, sub-bacia hidrográfica, finalidade do uso da água (irrig., ind., abast. púb., etc.), vazão autorizada, superficial ou subterrânea, captação em barramento ou a fio d'água.

2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.
Não, em Legislação. Na análise para captação a fio d'água, adotamos MAX 30 % Q7,10.
b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Ainda não possui.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
Sim, Na necessidade premente de água para atender a situações de calamidade pública, prevenir ou reverter grave degradação ambiental, usos prioritários de interesse coletivo, proteção da fauna e da flora aquáticas e características da navegabilidade do corpo de água. Conforme Decreto Lei Estadual nº 10.114 / 2002.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
Ainda não possui.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Sim, possui. Os critérios utilizados e parâmetros analisados estão descritos no Art. nº 18 do Decreto Estadual nº 7903/1997
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Sim possui. Os critérios utilizados para outorga estão descritos no Art. nº 66 a nº 75 do Decreto Estadual nº 10.114/2002 e Portaria nº 0038/GAB/SEDAM de 17/02/2004.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Sim, possui. É especificado no Art. 5º, item XXXII do Decreto Estadual nº 10.114/2002. Para quaisquer atividades, 30% da vazão normal do corpo hídrico represado. A referida Lei não informa de metodologias alternativas aplicáveis.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Não possui critérios
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Não possui critérios.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Sim possui. Portaria nº 0038/GAB/SEDAM de 17/02/2004.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
Não é efetuado pré-análise de documentos. Os documentos são protocolados, analisados; se incompletos oficializa-se a sua complementação.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Para o pedido de outorga, existem formulários específicos para cada finalidade. Os formulários não estão disponíveis no site da SEDAM.
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
A outorga é publicada em diário oficial às custas da SEDAM. Não é publicado em jornal de circulação regional e nem em site da SEDAM.
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para esses procedimentos, o usuário encaminha requerimentos anexando a documentação e estudos, atestando a necessidade, e consta na Portaria nº 0038/GAB/SEDAM de 17/02/2004.

f) Qual é o ato de outorga?
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde? Diário Oficial do Estado de Rondônia.
h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc.? Publica todos os atos, exceto o indeferimento.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos? A SEDAM encaminha ao outorgado através de ofício cópia do ato de outorga.
j) Divulga as outorgas concedidas no <i>site</i> do órgão na internet? Não divulga
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica? Ainda não cobra emolumentos devido à sua não regularização no CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico. Outorga preventiva e outorga de direito de uso dos recursos hídricos.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?) "Concessão de direito de uso dos recursos hídricos" no caso de utilidade pública ou "Autorização administrativa para os usos dos recursos hídricos" nos demais casos.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição? Sim. Consta na Portaria nº 0038/2004 GAB/SEDAM. Máximo de 4 anos para as autorizações; 3 anos para as concessões e 35 anos para as obras hidráulicas.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica? Não existe legislação nem procedimentos específicos que trata do assunto.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga. Concede-se outorga para implantação de empreendimentos que demande a utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, obras e serviços que interfiram nos recursos hídricos superficiais, Obras de extração de águas subterrâneas.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento? Os processos passam por uma análise técnica.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual <i>software</i> utiliza? Utiliza a base de dados da hidrografia e altimetria digitalizada para o <i>software</i> SPRING em escala 1:1.000.000.
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas? Com a documentação completa apresentada, efetua-se a vistoria que não é cobrada.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção. 1. Captação a fio d'água: Para cálculo de disponibilidade hídrica, utiliza-se estudo de regionalização hidrológica apresentado pelo empreendedor interessado. 2. Exploração de águas subterrâneas: Utiliza informações de testes de bombeamento realizados com período de 24 horas 3. Outros usos que alteram o regime: Utiliza dados de estações fluviométricas e regionalização hidrológica existente.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: SÃO PAULO

Contato(s): Leila de Carvalho Gomes

Cargo:

Telefone: (11) 3293-8557

Data: 21/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.
b) Endereço, CEP, telefone: Rua Boa Vista, 170 e 175 - Centro, São Paulo - CEP: 01014-001 - Telefones: (11) 3293.8200 e 3293.8201
c) Site http://www.daee.sp.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização - DPO e Áreas Técnicas das Diretorias de Bacias - 17 Escritórios Técnicos no Estado.
e) Legislação referente à outorga Lei Estadual nº 7.663/91 - Política Estadual de Recursos Hídricos. Decreto nº 41.258/96 - Regulamenta a outorga. Portaria DAEE nº 717/96. Resoluções CNRH 16/2001; 20/2002 e 37/2004.
f) Quem analisa e concede as outorgas? O próprio DAEE, através de 17 Escritórios e a Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização, que faz o controle e emite os atos de Outorga.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) Mais ou menos 150 técnicos (engenheiros, geólogos) e 50 administrativos, em todo Estado.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? 8 Diretorias de Bacia (Alto Tietê e Baixada Santista; Baixo Tietê; Médio Tietê; Paraíba e Litoral Norte; Pardo/Grande; Peixe Paranapanema; Ribeira de Iguape e Litoral Sul; Turvo Grande). Protocolam e analisam os processos. A emissão e controle, centralizada na DPO - São Paulo.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Em casos de notório impacto; em casos de reversão; na decretação de Bacias Críticas.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim. Está disponível na internet no <i>site</i> do DAEE. < www.daee.sp.gov.br > Hoje está em ADABAS e será alterado em 2005 para SQL SERVER.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em torno de 400 por mês, 5000 por ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não é suficiente. Seriam necessários 100 técnicos e 30 administrativos a mais.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc.? Sim. Concursados a maioria, poucos contratados em cargos de comissão (20%).

2- Critérios de Outorga
<p>a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina. Utiliza como máximo outorgável 50% da Q7,10 por sub-bacia, levando em conta o balanço hídrico da sub-bacia.</p>
<p>b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual? Nunca ultrapassar 20% da Q7,10. Os Comitês, nos Planos poderão determinar outro critério.</p>
<p>c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades? Sim. Estabelecido no Plano Estadual de Recursos Hídricos artigo 12 da Lei Estadual nº 9034/94.</p>
<p>d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata. Apenas para águas subterrâneas: até 5m³/dia. Decreto Estadual nº 32.955 de 07/02/91.</p>
<p>e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados. Sim. Apenas quantitativo - Balanço Hídrico. No entanto, não são emitidas sem a Licença de Instalação da CETESB - SMA.</p>
<p>f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas? Sim, em função da interferência entre poços e do tipo de aquífero em que se faz a exploração, além de problemas de contaminação do solo ou aquífero.</p>
<p>g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas? Sim, o usuário deve deixar passar sempre a Q7,10. (Vazão ecológica adotada no Estado pelo DAEE e pela SMA).</p>
<p>h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc. Para barragens, aplica-se o descrito no item g além de estudos hidrológicos e hidráulicos que permitem avaliar as estruturas das barragens; nas outras interferências, análise individual em função do entorno da obra.</p>
<p>i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga? Não.</p>
3- Procedimentos Administrativos
<p>a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)? A Portaria DAEE, 717/96, em sua Norma estabelece procedimentos. Estão ainda no <i>site</i> do DAEE, todos os modelos de requerimentos, taxas, etc.</p>
<p>b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga? Sim, sempre são indeferidos os que não atendem a Portaria DAEE 717/96.</p>
<p>c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no <i>site</i> do órgão gestor? Sim, os formulários estão disponibilizados no <i>site</i>. (São Anexos da Portaria DAEE 717/96).</p>
<p>d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no <i>site</i> do órgão? Não, apenas o ato final da Outorga.</p>
<p>e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga? As outorgas são intransferíveis. Quanto a renovações, são consideradas, quando o requerimento é realizado até 6 meses antes do vencimento da Portaria de Outorga. As retificações ou alterações mediante requerimento.</p>
<p>f) Qual é o ato de outorga? Licença de Perfuração (Poços); Despacho (Serviços); Autorização (Implantação); Portaria (Direito de Uso).</p>
<p>g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde? Sim, no Diário Oficial do Estado.</p>
<p>h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc.? Sim, todos.</p>

i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?

Sim, o indeferimento, a revogação ou retificação são publicados em Diário Oficial e enviada cópia com Ofício ao usuário.

j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?

Sim.

k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?

Sim. Estão no site do DAEE - Anexo, da Portaria DAEE nº 717/96.

l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.

Autorização ou Concessão (Usuário privado e público).

m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)

* Licença de Execução, de obras para extração de águas subterrâneas.

* Concessão para captações superficiais, subterrâneas ou lançamento de efluentes, com fundamento de utilidade pública.

* Autorização para os usos/interferências sujeitos à outorga e que não têm fundamento de utilidade pública e envolvem: Implantação de Empreendimento (Outorga prévia) e Portarias (Direito de Uso).

n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?

No caso de licenças de execução até o término das obras. Para autorizações, máximo de 5 anos; para concessões o máximo é de 10 anos e para obras hidráulicas o prazo máximo é de 30 anos. Portaria DAEE nº 717/96.

o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?

Sim. A exigência é feita para Usos ou Interferências em APP(s) e para lançamento de efluentes em corpos d'água - Portaria DAEE nº 717/96. Existe minuta de resolução Conjunta da S.M.Ambiente e de Recursos Hídricos que oficializará esta integração.

4- Análise dos pedidos de outorga**a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.**

Captações superficiais a fio d'água e em barramentos; lançamento de efluentes; extração de águas subterrâneas; aproveitamentos hidrelétricos e outros usos que alterem a quantidade, qualidade ou o regime de um corpo de água; canalizações, travessias e serviços em corpos d'água.

b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?

Administrativa (documentos exigidos); técnica (critérios para Outorga); Jurídica (casos que necessitem).

c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?

Em andamento. Escala: 1:50.000. Software: ARCGIS - da ESRI.

d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?

Para casos mais impactantes nos Recursos Hídricos. Não cobra.

e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.

Já descritas nos itens de a até h.

5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?

Sim. São realizados cadastros localizados por sub-bacias, em conjunto com os Comitês; em geral para irrigantes. No momento, em conjunto com a CPRM, será feito cadastro em áreas urbanas nas Bacias do Pardo Grande; Turvo Grande; Peixe-Parapanema; Baixo Tietê.

6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria

Falta de informatização e de pessoal.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: SERGIPE

Contato(s): Renilda Gomes de Souza

Telefone: XX (79) 3214-4976

Data: 11/11/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC
b) Endereço, CEP, telefone: RUA: Vila Cristina 1051 Bairro São José. Telefone: XX (79)3214-6645 CEP: 49020-470 Aracaju-SE
c) Site www.seplantec-srh.gov.br
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Coordenadoria de Outorga, subordinada ao Departamento de Administração e Controle dos Recursos Hídricos que por sua vez é subordinada a Superintendência de Recursos Hídricos.
e) Legislação referente à outorga Lei Estadual nº 3.870 de 25/09/97. Decretos Estaduais 18.456 de 03/12/99 e 18.931 de 03/07/00. Resoluções CONERH/SE nº 01/2001, e 03/2004.
f) Quem analisa e concede as outorgas? A Superintendência de Recursos Hídricos.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) 1 Especialista em recursos hídricos de nível superior, 3 técnicos terceirizados nível superior, sendo 1 mestre em hidrologia e 1 em agronomia e 2 funcionários administrativos de nível médio.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Não.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? Não.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Sim, possui um Sistema de Controle de Outorgas emitidas em Excel espacialmente visualizado em ArcGis.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em média são solicitadas cerca de 5 outorgas/mês e 60 por ano.
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não. Necessário um geólogo e pessoal para fiscalização, além da efetivação dos técnicos terceirizados.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. A equipe que analisa os pedidos de outorga não é do quadro efetivo da SRH, existem técnicos à disposição, como também contratos temporários.
2- Critérios de Outorga
a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina. Usualmente, utiliza como máximo outorgável, o correspondente à vazão de referência da Q90, até que sejam estabelecidos, com maior precisão, os Estudos de Disponibilidade de Água e demanda de Recursos Hídricos. Utiliza, ainda, como critério, a prioridade do uso da água.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?
Usualmente utiliza como máximo outorgável para usuários individualmente o correspondente a 30% da Q90. Entretanto, não está determinado em legislação específica.
c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?
Sim, Conforme o que é destinado.
d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.
Sim. Resolução nº 01/2001, que considera como uso insignificante qualquer captação com vazão inferior a 2.500l/h.
e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.
Não. Estamos em processo de contratação de uma consultoria para implementação desta modalidade de outorga, devendo respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado .
f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?
Sim.
g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?
Não.
h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.
Barragens sem captação: verificação das estruturas de extravasamento e manutenção de vazão residual mínima a jusante. Pontes: verificação do escoamento de cheias ordinárias na seção mínima de escoamento e atendimento às condições de navegabilidade, mediante manifestação da Capitania dos Portos.
i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?
Não.
3- Procedimentos Administrativos
a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?
Sim. Decreto Estadual nº 18.456/1999.
b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?
Sim. Os processos são autuados apenas caso o formulário esteja devidamente preenchido e instruído com a documentação relativa ao uso pretendido.
c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?
Sim. Todos os formulários de outorga estão disponibilizados no <i>site</i> da SRH.
d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?
Não. As solicitações das outorgas são encaminhadas para a Superintendência pelo setor de protocolo, que por sua vez encaminha ao Departamento de Administração e Controle dos Recursos Hídricos .
e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?
Para transferência, alteração ou retificação de informações devem ser encaminhados: novo requerimento com os formulários próprios disponibilizados no <i>site</i> e a documentação que confirma a necessidade. No caso de renovação, são encaminhados requerimento e formulários, e devem conter ainda a cópia da Portaria do processo anterior.
f) Qual é o ato de outorga?
Resolução.
g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?
Sim. As Portarias de outorga são publicadas em diário oficial do Estado.

h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?
Sim. Todos os atos são publicados.
i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?
Sim, por meio de um ofício.
j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?
Não.
k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?
Sim, Decreto nº 18.456/99.
l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.
Outorga Prévia, Outorga de Obra, Outorga de direito de uso de recursos hídricos e Outorga de lançamento de efluentes.
m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)
Autorização.
n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?
O prazo de validade das outorgas normalmente adotado é de dois anos, a critério da Superintendência de Recursos Hídricos, conforme Art.5º da resolução nº 01/2001 do CONERH.
o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?
Não existe integração da outorga com o licenciamento. O órgão Gestor dos Recursos Hídricos está vinculado à SEPLANTEC e o Licenciamento Ambiental à SEMA.
4- Análise dos pedidos de outorga
a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.
Captações superficiais a fio d'água e em reservatórios, lançamento de efluentes, aproveitamentos hidrelétricos e outros usos que alterem a quantidade, a qualidade ou o regime de um corpo de água.
b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?
Os pedidos de outorga passam somente por análises hídricas, tendo em vista que esta Superintendência é vinculada à Administração Direta.
c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?
Utiliza base hidrográfica em ArcView em escala 1:1.000.000
d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?
Sim, faz vistorias. Antes de emitir o Parecer Técnico é feita uma vistoria ao local do empreendimento, com o objetivo, também, de fazer o georreferenciamento e o registro fotográfico.
e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.
* Captação: para cálculo de disponibilidade hídrica, utiliza estudos já desenvolvidos e que estabelecem vazões específicas para as diferentes unidades de planejamento do Estado, tendo como base os históricos de estações flu ou pluviométricas.
* Possui metodologia em desenvolvimento para análise de empreendimentos de irrigação, aquicultura em tanques rede, aquicultura em tanques escavados e consumo industrial.
* Para lançamento de efluentes, estaremos implementando com auxílio de consultoria especializada.
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
* Cadastro dos usuários de água superficiais e subterrâneas das bacias existente no Estado.
* Cadastro das outorgas emitidas contendo o uso a que se destina, por bacia hidrográfica, bem como volume outorgado.
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria
* Necessidade de maior integração com o órgão de licenciamento ambiental do Estado. Falta de técnicos efetivo no quadro de funcionários da Superintendência.

FORMULÁRIO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE OUTORGA

Estado: TOCANTINS

Contato(s): Rubens Pereira Brito - Email: rubens@naturatins.to.gov.br

Cargo: Coordenador de Cadastro e Outorga de Uso de Água

Telefone: (63) 3218-2611

Data: 06/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:
a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos: Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS
b) Endereço, CEP, telefone: AANE 40, QI-02, Alameda 01, Lote 03A, CEP: 77.054-040, Telefone: (63) 218-2611
c) Site www.to.gov.br/naturatins
d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas: Coordenadoria de Cadastro e Outorga de Uso da Água.
e) Legislação referente à outorga * Lei Estadual nº 1.307/2002 (Política Estadual de Recursos Hídricos) * Portarias Naturatins nº 006/2001, nº 276/2002, nº 118/2002 e nº 188/2002. * Decreto Estadual nº 1.015/2000
f) Quem analisa e concede as outorgas? A análise dos pedidos cabe à Coordenadoria de Cadastro e Outorga de Uso da Água. Já a assinatura do ato da outorga por meio de Portaria cabe ao Presidente do órgão.
g) Estrutura existente para outorga: Equipe (nº de técnicos e funcionários administrativos e formação de cada um) 3 Engenheiros Ambientais, 1 Engenheiro Civil e 2 Técnicos Administrativos, ambos de nível médio.
h) Órgão gestor possui unidades regionais? Quantas e o que fazem com relação à outorga? Sim. Atualmente o NATURATINS conta com 3 agências regionais, 15 núcleos regionais e 7 escritórios locais. Com relação à outorga as agências regionais exercem papel descentralizado concentrando basicamente na fiscalização e no recebimento de pedidos de outorga, os quais são encaminhados por malote para a sede em Palmas.
i) Comitê de bacia participa em algum momento do processo? O Estado do Tocantins não possui comitês constituídos.
j) Possui banco de dados de outorgas? Ex: Access, Excel, Oracle, SQL, etc. Banco de dados em Planilha Excel.
k) Demanda média em número de pedidos de outorgas por mês e por ano. Em média 12 pedidos por mês e 144 pedidos/ano
l) A equipe técnica atual é suficiente (em termos de quantidade e formação)? Quantos mais seriam necessários para ser suficiente? Não. Para se ter um trabalho mais aplicado, seria necessário reforçar a equipe de análise com pelo menos mais 1 Engenheiro Agrônomo, 1 Geólogo, 1 Hidrólogo e 1 Sanitarista, além da equipe de campo que necessitaria de um hidrotécnico e fiscais treinados para atuar com recursos hídricos.
m) A equipe técnica existente para análise de outorgas é efetiva do órgão gestor? Ou contratos temporários ou cargos comissionados, etc. Dos 6 técnicos especificados no item g, apenas 3 são efetivos. Entretanto, para análise de pleitos de outorga, 3 são efetivos e 1 é contratado.

2- Critérios de Outorga

a) Critério para outorga de captação de águas superficiais e documento que determina.

Captação a fio d'água: 75% Q90 (máx), sendo que 25% por usuário (máx). Para captações em barragens com regularização de vazão: 75% da vazão de referência. Estes valores serão regulamentados via Decreto Estadual pela minuta que foi recentemente enviado pela Câmara Técnica de Outorga ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para discussão.

b) Possui critério para captação máxima autorizada para usuário individual?

25% por usuário.

c) Possui algum critério para priorização de demandas por finalidades?

Abastecimento humano e dessedentação de animais, conforme Lei nº 1.307/02 (PERH) e Minuta do Decreto de Regulamentação de Outorga.

d) Possui critério para usos insignificantes? Informar legislação correlata.

Atualmente. A Portaria/NATURATINS nº118, de 17 de junho de 2002, estabelece como uso insignificante as captações de água em manancial superficial ou subterrâneo que não ultrapassem a vazão máxima de 0,25l/s ou 21,60m³/dia. Entretanto, o que sugere a minuta de regulamentação é 1 l/s ou 21.60 m³/dia. Sendo que a somatória dos usuários insignificantes não poderá ultrapassar 25% da vazão de referência em um determinado trecho ou na bacia hidrográfica.

e) Possui outorga para lançamento de efluentes? Critérios utilizados e parâmetros analisados.

Não. Os procedimentos encontram-se em fase de estudo.

f) Possui critério para outorga de águas subterrâneas?

Não. Os procedimentos encontram-se em fase de estudo.

g) Possui critérios específicos para definição de vazões ecológicas ou mínimas a jusante de barramentos e verificação de metodologias alternativas aplicáveis para determinação das vazões ecológicas?

Para captações em barragens com regularização de vazão: 25% da vazão de referência para captação a fio d'água, conforme MINUTA DE DECRETO QUE REGULAMENTA O REGIME JURÍDICO DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO TOCANTINS.

h) Outros critérios utilizados para outros usos ou intervenções como barragens sem captação, canalizações, retificações, desvios, etc.

No caso da haver barramento, a vazão de descarga mínima a ser mantida escoando para jusante, por descarga de fundo ou por qualquer outro dispositivo que não inclua bombas de recalque, será de 25% da vazão de referência para captação a fio d'água.

Obras de canalização ou retificação são autorizadas apenas com a finalidade de controle de cheias ou contenção de taludes.

i) Possui critérios para classificação de portes de empreendimentos para efeito de análise de pedidos de outorga?

Não. Embora haja definição do chamado "uso insignificante".

3- Procedimentos Administrativos

a) Possui legislação específica disciplinando (protocolo, documentação necessária, prazos de análise, etc.)?

Na minuta de regulamentação de outorga, todos os itens acima estão contemplados. Além disso, existe uma Instrução Normativa recente do COEMA, na qual se encontram todos os procedimentos de rotina para a integração das agendas azul (recursos hídricos), verde (ordenamento florestal) e marrom (licenciamento ambiental). Serão enviadas, anexas, todas as normas e minutas referidas neste questionário.

b) Faz pré-análise para autuação ou protocolo dos pedidos de outorga?

Não. O requerimento de outorga, demais formulários e documentos correlatos são protocolizados no órgão (NATURATINS) e, após abertura de processo, inicia-se sua análise técnica.

c) Possui formulários específicos para pedidos de outorga? Estão disponibilizados no site do órgão gestor?

Sim. Estes formulários são específicos por atividade. Ainda não estão disponibilizados via internet.

d) Publica o pedido de outorga em diário oficial? E em jornal de circulação? E no site do órgão?

Apenas em Diário Oficial do Estado - DOE.

e) Possui procedimentos para transferências, renovações, alterações ou retificação de informações da outorga?

Para estes casos, é solicitada a protocolização de requerimento de outorga. No caso de alterações ou retificações, que estejam vinculadas às alterações de demandas de captações, solicita-se também relatório técnico atualizado.

f) Qual é o ato de outorga?

Portaria.

g) Publica as Portarias ou Resoluções de outorga? Onde?

Sim. Diário Oficial do Estado - DOE.

h) Publica outros atos como retificação, suspensão, cancelamento, indeferimento, etc?

Ainda não houve nenhum caso. Com exceção dos casos de renovação.

i) Quando um usuário é outorgado (ou indeferido, portaria cancelada, retificada, etc) é encaminhado algum documento para ele informando o fato? Quais documentos?

Não. O ato administrativo emitido pelo NATURATINS (Portaria ou Declaração de Uso Insignificante - DUI) fica disponível ao empreendedor na Coordenadoria de Cadastro e Outorga de Uso da Água.

j) Divulga as outorgas concedidas no site do órgão na internet?

Não.

k) Cobra emolumentos para análise e publicação de outorgas? Há legislação específica?

Não.

l) Tipos de autorização de uso ou interferência no corpo hídrico.

Anuência Prévia (obras de extração de água subterrânea), Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e Declaração de Uso Insignificante (DUI).

m) Modalidades de outorga (qual a diferença entre elas?)

Autorização: emitida para pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para usos que não se destinem a utilidade pública.

Concessão: emitida para pessoas jurídicas de direito público quando o uso se destinar a finalidade de utilidade pública.

n) Prazo de validade normalmente concedido para as outorgas. Possui critérios para a sua definição?

No Estado do Tocantins, ficou convencionado que as outorgas de usos com captação superficial devem apresentar três anos de validade, sendo renováveis; já as outorgas de usos com captações subterrâneas, cinco anos de validade, também por prazo renovável. Neste contexto, cabe destacar que os projetos agrícolas do Vale do Rio Formoso, especialmente da Bacia Hidrográfica do Rio Urubu, apresentam suas outorgas com prazo de validade reduzido: apenas um ano. Esta medida foi tomada no intuito de melhor acompanhar e fiscalizar estes usuários em particular, haja vista a situação iminente de conflito por água na região.

o) Integração outorga-licenciamento. Existe integração? Há alguma legislação específica?

Atualmente, o processo de licenciamento ambiental, incluindo a outorga, ocorre no NATURATINS, porém em departamentos distintos. Após protocolo da documentação exigida, o processo é encaminhado à Coordenadoria de Controle Ambiental - CLA, que constatando uso de recurso hídrico, encaminha à Coordenadoria de Cadastro e Outorga de Uso da Água - CCO para análise do pleito de outorga. Emitida a portaria de outorga, encaminha-se o processo à CLA. Portaria/Naturatins nº 276/2002. No entanto, o COEMA acaba de lançar uma Instrução Normativa, cujo objetivo principal é a integração dos instrumentos de outorga, o licenciamento e a averbação da reserva legal, já que aqui no Estado funciona como balcão único e os três documentos integrarão um único processo.

4- Análise dos pedidos de outorga
<p>a) Intervenções em recursos hídricos para as quais se concede outorga.</p> <p>Captações de águas superficiais e subterrâneas, obras hidráulicas e outros usos que alteram o regime de um curso de água. Encontra-se em estudo procedimentos para aproveitamentos hidrelétricos e lançamento de efluentes.</p>
<p>b) Descrição das etapas de análise dos pedidos de outorga. Faz análise jurídica? Técnica? De empreendimento?</p> <p>Os pedidos de outorga passam por análises de demanda hídrica (avaliação da atividade/empreendimento), de disponibilidades hídricas (análise hidrológica) e jurídicas (esta, na Assessoria Jurídica). Após estes encaminhamentos a portaria, é encaminhada ao Presidente para assinatura. Após assinatura, retorna à CCO para publicação.</p>
<p>c) Possui base digitalizada de hidrografia? Qual escala e qual software utiliza?</p> <p>Base de hidrografia digitalizada em escala 1:100.000. O <i>software</i> usado para visualização e manipulação dos dados é o ArcView e o HIDRO 1.0.9/ANA para consulta a informações do BDH e ao Inventário.</p>
<p>d) Faz vistorias para análise dos pedidos de outorga? São cobradas?</p> <p>Sim. Mas nem todo requerimento de outorga resulta em vistoria técnica. Como o órgão tem limitação de recursos humanos e financeiros, definem-se usuários prioritários para realização de vistoria, a exemplo de irrigantes e piscicultores, principalmente quando se trata de obras hidráulicas. O porte do empreendimento e a magnitude dos impactos nos recursos hídricos são critérios que definem a necessidade de vistoria. Estas vistorias não são cobradas. Na verdade, a outorga não gera custo algum ao usuário, junto ao órgão outorgante.</p>
<p>e) Metodologias utilizadas para a análise de cada tipo de intervenção.</p> <p>Captação a fio d'água: análise das demandas do empreendimento e cálculo de disponibilidade hídrica, através de estudo de regionalização hidrológica.</p> <p>Captação em barramento de regularização: análise das demandas do empreendimento, confrontando-as com o volume reservado.</p> <p>Exploração de águas subterrâneas: análise das demandas do empreendimento, confrontando-as com a vazão do poço, perfil litológico e teste de bombeamento.</p> <p>Outros usos que alteram regime: análise de projeto e cálculo de disponibilidade hídrica, através de estudo de regionalização hidrológica.</p>
5- O órgão possui algum tipo de ação proativa de regularização de usuários de água?
<p>Não. Propõe-se a realização de campanhas de campo para reconhecimento dos usos dos recursos hídricos, através de preenchimento de questionários com usuários. As informações coletadas balizarão o planejamento de ações para controle, fiscalização e cadastro de usuários. A implementação deste trabalho ocorrerá mediante a delimitação de bacias prioritárias.</p>
6- Principais problemas verificados e sugestões de melhoria
<p>(a) Equipe técnica insuficiente e carente de capacitação; (b) Logística de apoio: computadores, softwares, veículos, equipamentos de hidrometria e fiscalização insuficientes e inexistentes; e (c) Necessidade de ampliação da rede hidrometeorológica para geração de dados menos regionalizados, portanto mais seguros; (d) Necessidade de maior integração com a ANA, principalmente quanto ao intercâmbio de ações, procedimentos e atos administrativos relacionados aos rios federais que fazem fronteiras no Estado.</p>



ACRE**Outorga de direito de uso de recursos hídricos**

O Estado do Acre foi um dos últimos do País a ter sua lei com a Política Estadual de Recursos Hídricos aprovada. Sua Lei, referente aos recursos hídricos, é a de número 1500 de 15 de julho de 2003 e determina como outorgáveis os mesmos usos de recursos hídricos apresentados na Lei Federal nº 9.433/97.

A mesma lei informa que o órgão gestor de recursos hídricos no Estado e responsável pela emissão das outorgas é o IMAC – Instituto do Meio Ambiente do Acre. Um aspecto interessante contido nessa lei é o do artigo nº 26, em que é afirmado que as outorgas serão concedidas pelo IMAP, ouvidos os respectivos comitês de bacia, quando houver.

A legislação de recursos hídricos no Estado ainda não está regulamentada quanto a procedimentos e critérios e, portanto, não são, ainda, emitidas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Acre.

AMAPÁ**Outorga de direito de uso de recursos hídricos**

A Política Estadual de Recursos Hídricos no Amapá foi instituída pela Lei Estadual nº 686 de 07 de junho de 2002. No tocante à outorga, são definidos como outorgáveis, além dos usos de recursos hídricos estabelecidos na Lei Federal nº 9.433/97, os seguintes usos:

- intervenções de macro drenagem urbana para reificação, canalização, barramento e obras similares, que visem o controle de cheias;
- utilização de hidrovias para transporte;
- essa lei determina a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA – como sendo o órgão gestor de recursos hídricos no Estado e, portanto, responsável por outorgar o direito de uso das águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado. No entanto, essa lei não está ainda regulamentada no tocante às outorgas e não há procedimentos ou critérios estabelecidos para a sua emissão. Sendo assim, enquanto não forem realizados estudos para a

regulamentação da lei ou para a determinação de procedimentos, o Estado não emitirá as outorgas.

AMAZONAS**Outorga de direito de uso de recursos hídricos**

No Estado do Amazonas, a Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Estadual nº 2.712 de 28 de dezembro de 2001. Assim, como na Lei federal nº 9.433/97, a outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos seus instrumentos. Além dos usos de águas outorgáveis previstos na Lei Federal, são considerados outorgáveis, ainda:

- utilização de hidrovias para transporte;
- usos não-consuntivos que impliquem a exploração dos recursos hídricos por particulares, com finalidade comercial, incluindo a recreação e balneabilidade.

O Amazonas não possui um órgão instituído especificamente para a gestão de recursos hídricos. No entanto, a Lei Estadual de Recursos Hídricos determina que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM é o órgão estadual gestor e responsável pela outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado e daqueles recebidos por delegação. Esse órgão é vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável – SDS – e é responsável atualmente pelos licenciamentos ambientais.

A Lei nº 2.712/2001 passou por uma reformulação, pois antes não existia a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, que hoje o IPAAM encontra-se ligado. Também foi criada a Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos, ligada a SDS, que é responsável pela formulação da Legislação referente a RH no Estado do Amazonas.

Desde 2001, o IPAAM, como órgão gestor dos RH, faz o cadastro dos poços existentes na cidade de Manaus, que se estima, hoje, uma quantidade aproximada de 7.000 poços abertos na área urbana.

Foi realizado em agosto de 2004, em Manaus, o I WORKSHOP DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO AMAZONAS:TEMA: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – SABER USAR PARA NÃO FALTAR,

realizado pela Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas/SDS e Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, com o apoio da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Dentre os vários temas discutidos nesse evento, alguns, em que a outorga está diretamente relacionada, foram debatidos, como:

- Diagnóstico da situação atual da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Amazonas;
- Ministério Público na defesa de recursos hídricos no Estado do Amazonas;
- Desafios e Experiências de Implementação do SINGREH;
- Instrumentos de Regulação – Alternativas para o ordenamento do uso da água no Estado do Amazonas.

Segundo Rosa Mariette Oliveira Geissler, do IPAAM, como resultado das discussões realizadas, algumas conclusões foram tomadas para implementação do instrumento outorga no Estado:

- Necessidade de discussão de estratégia de articulação em Áreas de fronteiras com outros Estados e países, sob coordenação federal;
- Necessidade de definir ações articuladas com os países transfronteiriços referentes a segurança nacional, sob coordenação federal;
- Integração das políticas Ambientais e de Recursos Hídricos;
- Necessidade de organização da sociedade para gerir usos em igarapés e rios de abrangência local – municipal e conflitos da região tais como no caso do Tarumã;
- Necessidade de fortalecer a participação dos municípios na Gestão dos Recursos Hídricos;
- Implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos deve buscar a prevenção – divulgação e conscientização iniciando-se pelo governo;

- Sugestão de implantação de piloto para exercício dos instrumentos de gestão no Tarumã;
- Envolvimento de setores de monitoramento e geração de dados – SIPAM entre outros;
- Critérios para definição de usos insignificantes – necessidade de propor regra geral, enquanto não existe o Comitê de bacia;
- Necessidade de definir mecanismos/condicionantes na emissão de outorga para redução de perdas e usos eficientes.

Sendo assim, apesar de ainda não serem emitidas as outorgas no Estado do Amazonas, são discutidos os critérios e procedimentos a serem seguidos. Há a previsão no Estado de que seja iniciada a sua emissão no ano de 2005.

ESPÍRITO SANTO

Outorga de direito de uso de recursos hídricos

No Espírito Santo, a Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Estadual nº 5.818 de 30 de dezembro de 1998. Dentre os usos outorgáveis previstos na Lei Federal nº 9.433/97 é acrescido: intervenções de macrodrenagem urbana para retificação, canalização, barramento e obras similares, que visem ao controle de cheias.

Um aspecto diferente previsto nessa lei trata do lançamento de efluentes. No parágrafo 1º do artigo 18 é afirmado que, para a preservação e conservação dos recursos hídricos do Estado, todo lançamento de efluente industrial e urbano, devidamente tratados, serão feitos a montante do respectivo ponto de captação.

A mesma lei determina a SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – como o órgão responsável pela outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado.

Quanto aos prazos de validade das outorgas, há outra peculiaridade em sua legislação, estabelecendo-se prazo mínimo. O Artigo nº 22 afirma que toda a outorga se fará por prazo fixo, sendo concedida pelo prazo mínimo de 25 anos e, no máximo, por

35 anos, obedecidos aos critérios estabelecidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. No entanto, a mesma lei afirma que, enquanto não estiver editado o PERH, os prazos de validade das outorgas serão de dois anos.

Não são ainda concedidas outorgas pela SEAMA. No entanto, em seu organograma, há a Coordenação de Gestão Integrada e Recursos Hídricos – COGIRH, que, dentre suas atribuições, elaborou o Plano Estadual de Gestão das Águas – PEGA. Uma das ações previstas nesse Plano é a implantação do sistema de outorga de direito de uso dos Recursos Hídricos no Estado do Espírito Santo. Sendo assim, há a necessidade da implantação das ações previstas nesse Plano para que a outorga possa ser implementada no Estado.

MARANHÃO

Outorga de direito de uso de recursos hídricos

A primeira Lei Estadual do Maranhão referente aos recursos hídricos, foi a nº 7.052 de 22 de dezembro de 1997. Apesar de ter sido instituída após a Lei Federal nº 9.433/97, foi discutida nova lei em função das necessidades do Estado e em 15 de junho de 2004 foi promulgada a Lei nº 8.149/2004, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.

Dentre os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos previstos nessa lei, estão a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos e o licenciamento das obras utilizadoras desses recursos. Os usos de recursos hídricos sujeitos à outorga são os mesmos previstos na Lei Federal nº 9.433/97. A lei estadual afirma que os procedimentos operacionais e os prazos para efetivação dos direitos de outorga serão estabelecidos em regulamento próprio. Sendo assim, como não houve, ainda, regulamentação dessa lei, não são ainda emitidas outorgas de recursos hídricos de domínio do Estado do Maranhão.

Quanto ao órgão gestor de recursos hídricos, essa lei determina ser a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA e, portanto, responsável pela futura emissão das outorgas.

MATO GROSSO

Outorga de direito de uso de recursos hídricos

No Mato Grosso, a área responsável pela gestão de recursos hídricos é a Coordenadoria de Licenciamento e Outorga – COLRH, que está subordinada à Diretoria de Recursos Hídricos – DIREH, da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEMA.

Quanto à legislação de recursos hídricos, o Estado possui uma lei que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos - nº 6.945/1997 e uma lei disciplinando águas subterrâneas – nº 8.097/2004. A lei estadual de recursos hídricos segue os princípios da lei federal nº 9.433/1997 no tocante aos usos outorgáveis.

No entanto, até o momento atual, não são concedidas outorgas de direito de uso de recursos hídricos. A verificação, quanto à utilização de águas para os empreendimentos, é realizada no momento da análise, quanto ao licenciamento ambiental, que é realizada na FEMA. Essa verificação é realizada por meio de um cadastro de usuários realizado para captação de águas superficiais ou para exploração de águas subterrâneas.

A captação de águas superficiais com a finalidade de irrigação foi regulamentada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio da Resolução nº 3 de 11 de dezembro de 2003. Essa Resolução fixa o valor de 20% da Q7,10 como o valor máximo para as derivações consuntivas em cada seção considerada da bacia hidrográfica, de forma a garantir a jusante, fluxos residuais mínimos equivalentes a 80%.

Para os corpos de água, em que não houver séries históricas, para cálculo da Q7,10, a vazão máxima outorgável corresponde a 20% da vazão crítica nos períodos de menor vazão.

Para obras hidráulicas, como a construção de reservatórios para a regularização de vazões, o vertedouro construído deverá disponibilizar a vazão remanescente de 80% da vazão do manancial nos meses críticos de maio a outubro.

Essa mesma Resolução comunica os estudos e informações necessárias de serem encaminhadas

no caso de cadastro de usuários com captação de águas superficiais com a finalidade de irrigação.

Para a referida pesquisa foi consultado Luiz Henrique Magalhães Noqueli, Coordenador de Licenciamento e Outorga da FEMA.

PARÁ

Outorga de direito de uso de recursos hídricos

A primeira lei referente a recursos hídricos no Pará foi a Lei Estadual nº 5.793/94, que define a política mineral e hídrica do Estado, seus objetivos, diretrizes e instrumentos. Essa lei já previa, quanto aos recursos hídricos, alguns princípios da futura Lei Federal nº 9.433/97. Exemplos disso são: a bacia hidrográfica ser a unidade físico-territorial do planejamento dos recursos hídricos; e a gestão das águas superficiais e subterrâneas ocorrer de maneira conjunta e coordenada. No entanto, dentre seus instrumentos, não havia, ainda, a previsão da outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Após a edição da Lei Federal nº 9.433/97, dispondo sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, foi necessária a discussão de nova lei estadual, para compatibilizá-la com a federal. Sendo assim, foi instituída a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará por meio da Lei Estadual nº 6.381 de 25 de julho de 2001, em que a outorga é um dos seus instrumentos de gestão. Além dos usos outorgáveis previstos na Lei Federal nº 9.433/97, há a previsão da outorga para utilização de hidrovias para o transporte.

O Decreto nº 5.565 de 11 de outubro de 2002 define a Secretaria Executiva de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM como o órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos. Essa Secretaria, que já era responsável pelo licenciamento ambiental, torna-se, a partir de então, a autoridade outorgante das águas estaduais.

Apesar de ter determinado o órgão gestor de recursos hídricos, não foi realizada, ainda, regulamentação das outorgas no Estado. Com isso, não há procedimentos ou critérios, nem a definição de qual área dentro do órgão gestor irá ser responsável pelo protocolo e análise dos pedidos de outorga.

Sendo assim, pode ser verificada a necessidade de apoio e estímulo externo para a implantação e efetivação da outorga como instrumento de gestão de recursos hídricos no Pará.

SANTA CATARINA

Outorga de direito de uso de recursos hídricos

Contato(s): Marta Kracik

Cargo: Eng.civil - técnica da DRHI - Diretoria de Recursos Hídricos da SDS

Telefone: (48) 229 3600 - geral da SDS; (48) 229 3781(Diretor: Héctor Muñoz); (48) 229 3786 (Marta)

Data: 19/10/2004

1- Situação atual do sistema de outorga:

a) Nome do órgão gestor de recursos hídricos:
SC ainda não possui um órgão gestor de recursos hídricos, embora sua criação esteja prevista na minuta de readequação da legislação estadual de recursos hídricos. Esta minuta já foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e, atualmente, se encontra na Assembléia Legislativa do Estado, pelo projeto de Lei nº 0299.5/2004. Pela Lei Complementar nº 243 de 30/1/2003, que estabeleceu a nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado, coube à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS), pela sua Diretoria de Recursos Hídricos (DRHI), exercer as funções de órgão gestor de recursos hídricos de SC.

b) Endereço, CEP, telefone:
Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente; Diretoria de Recursos Hídricos; Avenida Mauro Ramos, nº 722; Bairro: Centro; Florianópolis -SC; CEP: 88.020-300

c) Site
<http://www.sds.sc.gov.br>

d) Área dentro do órgão que analisa as outorgas:
Santa Catarina ainda não está emitindo outorgas de recursos hídricos.

e) Legislação referente à outorga
Lei Estadual nº 9748/1994 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.



**Agência Nacional de Águas
Ministério do Meio Ambiente**

CADERNOS DE RECURSOS HÍDRICOS 4

Fiscalização dos Usos de
Recursos Hídricos no
BRASIL

EQUIPE TÉCNICA

João Gilberto Lotufo Conejo
Supervisão Geral
Superintendente de Planejamento
de Recursos Hídricos

Gisela Damm Forattini– Coordenação Geral
Superintendente de Fiscalização (até Março 2006)

Ana Lucia Lima Barros Dolabella
Coordenação Executiva

Gustavo Sena Corrêa

Brasília-DF
Maio 2007



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	147
1 INTRODUÇÃO	149
2 OBJETIVO	151
3 JUSTIFICATIVA	153
3.1 Infrações	154
3.2 Penalidades	156
3.3 Instrumentos da Fiscalização	157
4 DIAGNÓSTICO DA FISCALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO INTEGRADA	159
5 DIRETRIZES PARA A AÇÃO FISCALIZADORA	163
5.1 Das Premissas Básicas	164
5.2 Das Diretrizes Gerais	165



APRESENTAÇÃO

A Agência Nacional de Águas - ANA, dentre as atribuições conferidas por sua lei de criação, tem a responsabilidade de exercer, com poder de polícia, a fiscalização dos usos de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o diagnóstico da fiscalização dos usos de recursos hídricos, avaliando a situação atual referente a esse instrumento de comando e controle, propondo diretrizes no sentido de buscar o efetivo e isonômico controle sobre os usos.

O Documento denomina-se Diagnóstico, Critérios e Diretrizes para a Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos e, inicialmente, apresenta-se de forma a trazer alguns conceitos concernentes à atividade de comando-controle na qual a fiscalização se insere. Traz como propósito principal a necessidade de uma ação institucional integrada que garanta tratamento isonômico aos diferentes usuários de recursos hídricos indistintamente de sua localização na bacia, seja em corpo de água de domínio da União ou estadual.

Traz um levantamento das diferentes Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, com destaque para a

compatibilidade das infrações, penalidades e instrumentos de fiscalização em relação à Política Nacional, ressaltando os pontos críticos em relação à harmonização de procedimentos praticados pela ANA, como entidade responsável pela operacionalização da PNRH, em contraposição aos praticados pelos órgãos e entidades estaduais, conforme as suas atribuições legais e os campos de atuação, tendo por base os estágios da fiscalização nos Estados, de acordo com diagnóstico apresentado.

No contexto de harmonização de procedimentos, cita-se a experiência obtida por ocasião da elaboração do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, que contou com a participação dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal.

O trabalho termina abordando as premissas básicas e as diretrizes gerais para a atuação da fiscalização, das quais se ressalta a premissa de que as ações de fiscalização dos usos de recursos hídricos devem ser orientadas com base nos fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, a fim de garantir os usos múltiplos e adequado o atendimento às necessidades e prioridades de uso.





1 INTRODUÇÃO

A fiscalização dos usos de recursos hídricos, apesar de não ser um instrumento formal da Política Nacional de Recursos Hídricos, é considerada como tal por sua função estratégica, sendo uma atividade finalística da gestão dos recursos hídricos. Pode ser definida como a atividade de controle e monitoramento, voltada à garantia dos usos múltiplos da água.

No modelo de gerenciamento de recursos hídricos adotado no Brasil, o qual está fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.433/97 que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, a ação fiscalizadora possui um papel de suma importância à medida que assegura a aplicação efetiva dos demais instrumentos, como a outorga e a cobrança, imprimindo eficácia aos atos administrativos, na busca da regularização dos usos dos recursos hídricos e na garantia dos usos múltiplos das águas.

É uma atividade caracterizada como de comando-controle, de caráter compulsório, com mecanismos estabelecidos pelo Estado para o disciplinamento

legal do uso de um bem comum, no caso a água. O Estado usa seu poder de polícia administrativa de forma que esses mecanismos sejam cumpridos, sendo indispensáveis, principalmente, em situações com múltiplos agentes atuando no meio. Em se tratando de recursos hídricos, utilizados para diversos fins, sendo alguns deles concorrentes e conflitantes, as ações de comando e controle buscam a equidade aos sistemas, ao estabelecer regras comuns.

Na definição dessas regras comuns, no tocante à gestão dos recursos hídricos, onde a responsabilidade pela gestão é repartida entre a União e as unidades da Federação, devido às diferentes dominialidades estabelecidas pela Constituição Federal, artigos 20 e 26, torna-se necessária a articulação entre esses entes da Federação. Um exemplo dado, para compreender a necessidade dessa articulação, é quando dois usuários de recursos hídricos, um captando água em rio de domínio da União e outro em rio de domínio estadual, cometem a mesma infração: não possuir outorga, entretanto, as penalidades aplicadas são diferentes.





2 OBJETIVO

Propor diretrizes gerais de ação institucional da Fiscalização do uso de recursos hídricos, de forma a possibilitar a implementação da Fiscalização integrada, de modo a proporcionar tratamento igualitário aos usuários de recursos hídricos, com a constatação e aplicação de penalidades de forma harmônica pela União e as Unidades da Federação.

Demonstrar a situação de implementação da Fiscalização no processo de regularização dos usos das águas no País e a diversidade de abordagens nas esferas estadual e federal.





3 JUSTIFICATIVA

Considerando a extensão do Brasil, a variedade de formas de ocupação, a complexidade de situações que envolvem a utilização dos recursos hídricos e a diversidade dos aspectos legais e institucionais existentes entre os órgãos federais e estaduais responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, faz-se necessário o estabelecimento de diretrizes gerais para a Fiscalização e o monitoramento dos usos dos recursos hídricos. Com isso, busca-se o favorecimento da integração entre as ações, a maior eficiência, eficácia e economicidade dos meios e instrumentos, e a harmonização de condutas e procedimentos a fim de ensejar a conjugação de esforços requeridos à gestão sistêmica, integrada e participativa dos recursos hídricos. Assim busca-se alcançar o preconizado pela legislação, garantindo aos usuários de recursos hídricos tratamento igualitário.

Levantamento das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos com Foco na Fiscalização dos Usos

Foi realizado um levantamento das políticas estaduais de recursos hídricos de todas as unidades da Federação. Procurou-se identificar como cada uma das políticas delas trata a questão da Fiscalização dos usos de recursos hídricos nos seus instrumentos legais.

Assim algumas características foram agrupadas, dando ênfase aos aspectos das infrações, penalidades e instrumentos da Fiscalização. As informações arroladas serão abordadas a seguir.

Em virtude do reconhecimento da importância da Fiscalização dos usos de recursos hídricos para a

implementação das políticas de gerenciamento de recursos hídricos, alguns Estados adotaram as infrações e as correspondentes penalidades como instrumentos formais de suas políticas estaduais: 22% dos Estados avaliados adotam infrações e penalidades como instrumentos de suas políticas estaduais.

Durante o levantamento foi possível observar a evolução na criação de agências reguladoras e dos órgãos gestores de recursos hídricos, além das secretarias estaduais de recursos hídricos: nos arcabouços institucionais analisados, quase metade das unidades da Federação possui agências reguladoras ou órgãos gestores de recursos hídricos, além das secretarias estaduais.

No que se refere ao levantamento das legislações estaduais e do Distrito Federal, com foco na Fiscalização dos usos, buscou-se identificar a diversidade de abordagens sobre a ação fiscalizadora. Sobre o panorama dessas leis, três aspectos principais foram identificados, considerando as seguintes definições:

- infração à norma de utilização de recursos hídricos => ato ou efeito de infringir o que é preconizado nas políticas de recursos hídricos e seus respectivos regulamentos;
- penalidade => sanção imposta pela Administração Pública ao usuário que comete uma ou mais infrações;
- instrumentos de fiscalização => elementos que permitem a aplicação de penalidades.



3.1 Infrações

De acordo com o Art. nº 49 da Lei nº 9.433/97, são consideradas infrações das normas de utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos:

- derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;
- iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;
- utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;
- perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;
- fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;
- infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;
- obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

Na maioria das políticas estaduais de recursos hídricos, as infrações são similares ao texto da Política Nacional, aplicando itens com redação semelhante, suprimindo alguns, entretanto, em alguns normativos houve o acréscimo de itens diferentes.

Dos itens acrescentados pelas Unidades da Federação, podem ser destacados:

- poluir ou degradar recursos hídricos, acima dos limites estabelecidos na legislação ambiental pertinente;

- degradar ou impedir a regeneração de florestas e demais formas de vegetação permanente, adjacentes aos recursos hídricos, definidas no Código Florestal;

- utilizar recurso hídrico de maneira prejudicial a direito de terceiros e à vazão mínima remanescente estabelecida;

- deixar de reparar os danos causados ao meio ambiente, fauna, bens patrimoniais e saúde pública;

- não atender as solicitações de proteção e conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;

- procurar beneficiar, favorecer, discriminar ou prejudicar pessoas ou comunidades urbanas ou rurais, na captação, armazenamento ou distribuição de água, em virtude de critérios de ordem social, política partidária ou eleitoral;

- deixar de controlar os poços jorrantes, com dispositivos adequados;

- poluir, degradar ou contaminar recursos hídricos;

- o não pagamento dos valores devidos pelo uso dos recursos hídricos até a data, para tanto estabelecida pelo Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH.

Enquadramento das Infrações

Além da descrição das infrações, também foram levantados os critérios utilizados para enquadrar ou qualificar uma infração em leve, grave e gravíssima. Esse enquadramento é importante para determinar a penalidade aplicável no caso de cometimento de uma infração, uma vez que a gravidade determinará a penalidade a ser aplicada.

Os critérios adotados pelos Estados e pela ANA, para o enquadramento das infrações, são listados a seguir:

- porte e localização do empreendimento;

- intensidade do dano efetivo;
- circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- antecedentes do infrator;
- capacidade econômica do infrator;
- comunicação prévia do perigo iminente;
- colaboração com os agentes públicos na correção dos impactos;
- tipo de infração;
- gravidade do dano;
- consequências do ato;
- tipo de atividade;
- grau de desconformidade em relação às normas legais, regulamentares e medidas diretivas.

Cabe registrar que, para alguns órgãos gestores de recursos hídricos, itens como, por exemplo, “capacidade econômica do infrator”, são considerados atenuantes ou agravantes e não critério para enquadramento da infração.

Situações Atenuantes e Agravantes

Diversas políticas estaduais definem características atenuantes e agravantes da infração, a título de definir a penalidade correta a ser aplicada, independentemente do enquadramento da infração. A seguir estão listadas algumas condições atenuantes e agravantes retiradas dessas políticas.

Características Atenuantes:

- inexistência de má-fé;
- caracterização da infração como de pequena monta e importância secundária;
- utilização de recursos hídricos como fator de produção;

- fato de ser primário;
- fato de ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;
- pronta reparação de todos os prejuízos decorrentes direta e indiretamente da ação ou omissão;
- menor grau de compreensão e escolaridade do infrator.

Características Agravantes:

- ser reincidente;
- prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;
- dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;
- deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que põem em risco os recursos hídricos;
- omitir de forma dolosa ou má-fé;
- causar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à vida ou à saúde, perecimento de bens, inclusive de animais e prejuízo de qualquer natureza a terceiros sem pronta reparação;
- Afetar propriedade alheia;
- Cometer infração em zona urbana;
- Cometer infração que atinja área sob proteção legal;
- utilizar-se da condição de agente público para prática da infração;
- Eximir-se de responsabilidade atribuindo-a a outrem;
- Incorrer em ação negligente, imperita ou imprudente.

3.2 Penalidades

Na grande maioria dos casos, as penalidades se resumem a quatro sanções:

- advertência por escrito;
- aplicação de multa;
- embargo provisório, por prazo determinado; e
- embargo definitivo, com revogação ou cassação da outorga.

Em alguns casos, ainda, são aplicadas outras penalidades:

- perda ou suspensão de linhas de financiamento, em estabelecimentos oficiais de crédito;
- perda ou restrição de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público Estadual;
- apreensão ou recolhimento temporário ou definitivo de equipamentos;

- demolição;
- Intervenção Administrativa.

Nesse aspecto, o principal ponto que diferencia as penalidades entre os Estados, e entre estes e a ANA, é o valor das multas. As multas possuem um valor mínimo e um máximo, sendo definidas, em muitos casos, com base no enquadramento das infrações em leves, graves e gravíssimas, e considerando ainda:

- as situações atenuantes e agravantes;
- o tipo de infração;
- critério da autoridade do órgão gestor.

Além disso, em alguns Estados, os valores são indexados pelas Unidades Fiscais dos Estados, diferentemente da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, que estabeleceu o intervalo entre R\$ 100,00 a R\$ 10.000,00.



Acervo TDA



3.3 Instrumentos da Fiscalização

Os instrumentos de fiscalização são elementos que possibilitam a aplicação de penalidades.

Desde a constatação da infração até a aplicação de penalidades, geralmente, algumas etapas são seguidas: de imediato ocorre a notificação ao usuário, comunicando-o, pessoalmente ou por carta com Aviso de Recebimento - AR, sobre a constatação da infração, dando-lhe prazo para regularização da situação; o usuário tem direito a apresentar defesa e, no caso desta não ser acatada, os demais instrumentos de aplicação das penalidades são acionados.

No caso da constatação da infração e a imediata comunicação, os instrumentos que são empregados são os “Autos de Fiscalização”, “Notificação” ou “Relatório de Vistoria”, com estabelecimento de prazo para sua regularização.

A Defesa é um documento escrito pelo usuário, argumentando contra as informações colhidas e constatadas pelo agente da Fiscalização.

No caso do não acolhimento da defesa, ocorre a aplicação das demais penalidades, como, por exemplo, o “Auto de Infração” com a aplicação da multa, cabendo ao usuário apresentar recurso.

Persistindo a irregularidade, podem ser empregados os “Termos de Embargo”, provisório ou definitivo, podendo ocorrer a perda da outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Os embargos são empregados nos casos de imediata necessidade de interrupção das atividades ou no caso do não atendimento aos prazos dados para regularização da situação.

Essa seria a sequência no processo de aplicação de penalidades. Contudo, existe ainda um instrumento capaz de produzir grandes efeitos na regularização dos usos, estabelecido pela Agência Nacional de Águas, que é o “Protocolo de Compromisso - PC”. Este instrumento utilizado pela ANA é caracterizado por um acordo firmado entre o órgão gestor de recursos hídricos e o usuário em situação irregular, nos casos em que há necessidade de prazo maior que o estipulado nos regulamentos para a regularização da situação constatada. Nesse caso, metas são estabelecidas para a adequação do uso às exigências do órgão gestor, que deve acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações estabelecidas no PC. O PC é um título de execução extra-judicial, similar ao Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, utilizado pelos órgãos públicos legitimados (Lei da Ação Civil Pública).



4 DIAGNÓSTICO DA FISCALIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ATUAÇÃO INTEGRADA

Foram levantadas informações relativas a equipe técnica, a equipamentos, a recursos orçamentários e a outros aspectos relacionados à logística necessária para a implantação da Fiscalização nos Estados, no Distrito Federal e na ANA. Verificou-se que, em algumas unidades da Federação, a Fiscalização ainda não foi implantada, como pode ser visto na figura 1.

Ao considerarmos apenas as unidades que já implantaram a Fiscalização dos usos de recursos hídricos, pode-se constatar que, na maioria dos casos, as ações fiscalizadoras ocorrem por indução, ou seja, a mobilização ocorre no caso do atendimento a denúncias, não privilegiando as ações planejadas e sistemáticas de regularização dos usos. Os órgãos gestores são movidos, basicamente, por meio de denúncias dos ministérios públicos estaduais.

Entretanto, há exemplos em que a ação da Fiscalização está estruturada tanto para atender a denúncias, quanto para agir de forma sistemática e planejada em bacias hidrográficas prioritárias.

Nas ações planejadas, em que se trabalha a bacia como um todo, é privilegiado o caráter educativo da

Fiscalização, nas quais são repassadas, aos usuários, as normas e reforçada a importância da regularização do uso de recursos hídricos, por meio da obtenção da outorga de direito de uso, como forma de garantia da quantidade de água necessária a sua atividade.

Para a efetividade das ações de caráter sistêmico, em que a bacia deve ser trabalhada em sua totalidade, a integração entre a ANA e os demais órgãos gestores de recursos hídricos é fundamental, reforçada pela existência de duas dominialidades para o gerenciamento dos recursos hídricos. A troca de experiências e informações, incluindo a integração de cadastros de usuários e o monitoramento da quantidade e qualidade da água; a adoção de procedimentos harmonizados e o repasse de competências e de recursos são ações que devem ser buscadas, no intuito de otimizar e garantir o correto uso e os usos múltiplos dos recursos hídricos no País.

A tabela 1, a seguir, apresenta o panorama geral da Fiscalização dos usos de recursos hídricos no Brasil.



Tabela 1 - Panorama Geral da Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos no Brasil

ESTADOS	INFRAÇÕES. E PENALIDA- DES. COMO INSTRU- MENTOS FORMAIS DA PRH	VALORES DAS MULTAS	ÓRGÃOS GESTORES LIGADOS ÀS SECRETA- RIAS DE ESTADO	INFRAÇÕES E PENALIDA- DES DEFINI- DAS EM LEI AMBIENTAL	FISCALIZA- ÇÃO IMPLAN- TADA	ENQUADRA- MENTO DAS INFRAÇÕES	INSTRUM ENTOS DE FISCALI- ZAÇÃO ESTABE- LECIDOS NA LEGIS- LAÇÃO
NACIONAL LEI N.º 9.433/97		R\$100,00 a R\$10.000,00	✓ - ANA		✓	✓ (a)	✓
PARANÁ		1.200 a 12.000 FCA's	✓ - SUDERH- SA		-	✓ (b)	
RIO GRAN- DE DO SUL		100 a 1000 UPF/RS			✓		
SANTA CATARINA		100 a 1.000 UFR/SC			-	✓	
ESPÍRITO SANTO		239 a 35.500 UFIR/ES	✓ - IEMA		-	✓	
MINAS GERAIS	✓	379,11 a 70.000 UFIR's	✓ - IGAM		✓	✓	✓
RIO DE JANEIRO		100 a 10.000 UFIR's	✓ - SERLA		✓		
SÃO PAULO	✓	100 a 1.000 UFE/SP	✓ - DAEE		✓	✓	✓
DISTRITO FEDERAL		R\$100,00 a R\$100.000.000,00	✓ - ADASA	✓	✓	✓	
GOIÁS	✓	R\$90,00 a R\$90.000,00			✓	✓	
MATO GROSSO		100 a 10.000 UPF's		✓	-	✓	
MATO GROSSO DO SUL		R\$100,00 a R\$10.000,00			✓		
ALAGOAS		R\$100,00 a R\$10.000,00			-		
BAHIA		100 a 1.000 UPF/BA	✓ - SRH		✓	✓	✓
CEARÁ		1 a 40 UFECE's	✓ - COGERH		✓		✓
MARA- NHÃO	✓	R\$50,00 a R\$50.000.000,00			-		
PARÁIBA		1 a 40 UFRPB's	✓ - AAGISA		-		✓
PERNAM- BUCO		100 a 10.000 UFIR's			✓	✓	
PIAUÍ		100 10.000 UFEPI's			-		
RIO GRAN- DE DO NORTE		100 a 100.000 UFIRN's	✓ - IGARN		✓		✓

Continua...

Continuação

SERGIPE		10 a 1.000 UPF/SE	✓ - SRH	✓
ACRE	✓	R\$100,00 a R\$10.000,00		-
AMAPÁ		1 a 10.000 UPF/PA		-
AMAZONAS		R\$100,00 a R\$100.000,00	✓ - IPAAM	-
PARÁ		100 a 100.000 UPF/PA		-
RONDÔNIA		10 A 10.000 UPF/RO		✓ ✓
RORAIMA				-
TOCANTINS		R\$100,00 a R\$10.000,00	✓ - NATURA- TINS	✓

A – DEFINIDO NA RESOLUÇÃO ANA 082/02

B – PREVISTO EM LEI

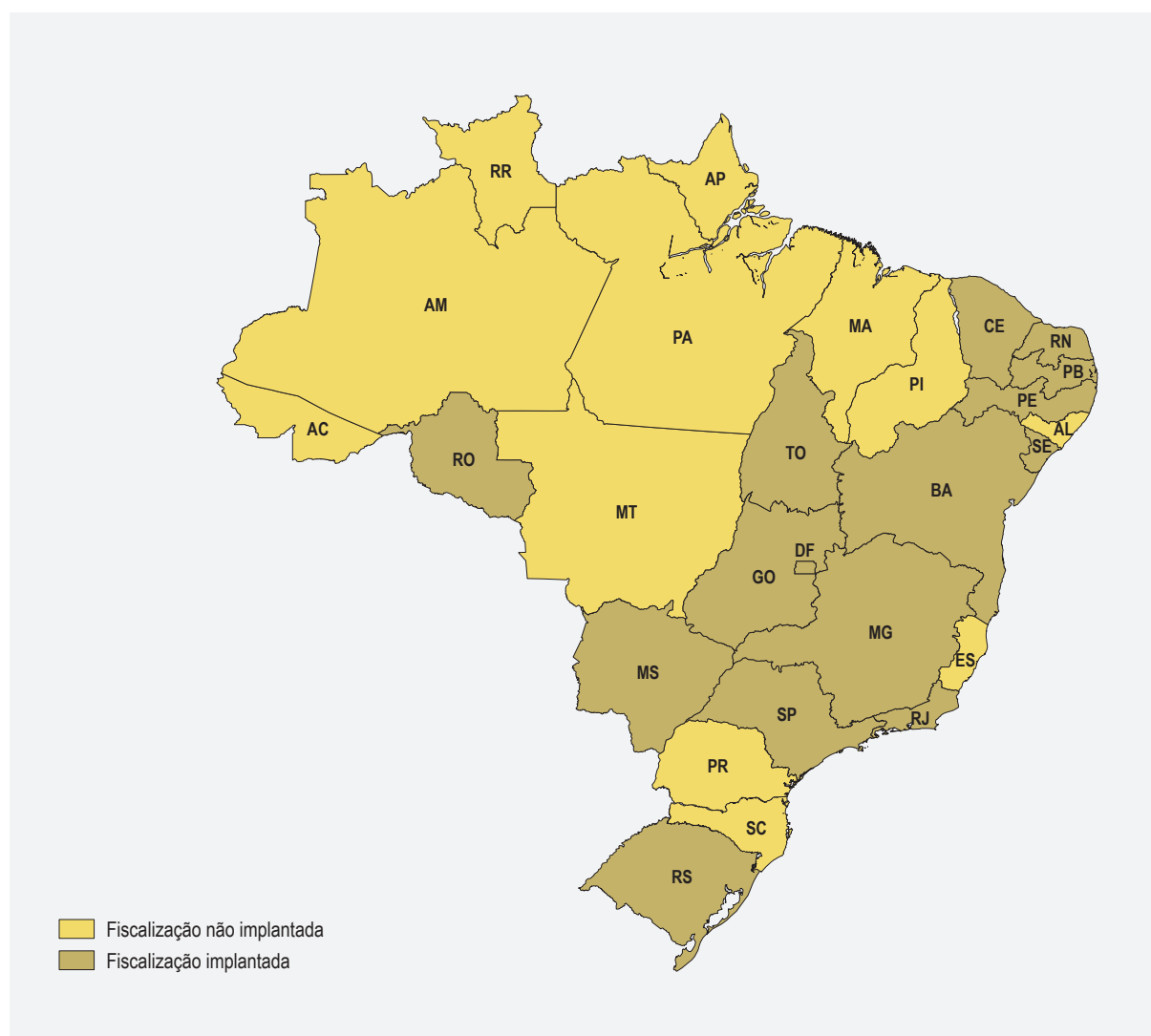


Figura 1 – Implantação da Fiscalização nos Estados



5 DIRETRIZES PARA A AÇÃO FISCALIZADORA

Antes de discorrer sobre as diretrizes para a Fiscalização integrada dos usos dos recursos hídricos, serão enumerados alguns aspectos relacionados com a atividade, a saber:

- A Fiscalização consiste no acompanhamento e controle, na apuração de infrações, na aplicação de penalidades e na determinação de retificação das atividades, obras e serviços pelos usuários de recursos hídricos.
- O Poder de Polícia administrativa é uma prerrogativa do Poder Público e é exercido por agentes credenciados, procurando impedir a prática de atos lesivos por infração a regras do direito administrativo. Suas sanções não contemplam privação de liberdade.
- Para fins de promoção da integração das ações de fiscalização, no âmbito das regiões hidrográficas, os órgãos gestores competentes devem dar início a esforços para a adoção de critérios e rotinas administrativas consensuais com vistas à harmonização de procedimentos que levem em conta a bacia hidrográfica.
- Desses esforços destacados no item anterior, cita-se a elaboração do Plano Decenal de Recursos Hídricos para a Bacia do São Francisco, que envolveu os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e o Distrito Federal. Nesse Plano, foram avaliados aspectos de harmonização entre as legislações e sugerido um instrumento que pudesse estabelecer o modus operandi da ação integrada de fiscalização na bacia.
- Além dos aspectos legais e dos procedimentos administrativos, para que sejam alcançados os objetivos da Fiscalização integrada, os órgãos gestores devem contar com uma estrutura operacional, ou capacidade institucional, como por exemplo: Os Estados e o Distrito Federal devem ser incentivados a estabelecer procedimentos uniformes e assegurar a qualidade das análises de água, com objetivo de salvaguarda contra possíveis contestações de resultados laboratoriais provenientes de vistorias realizadas.



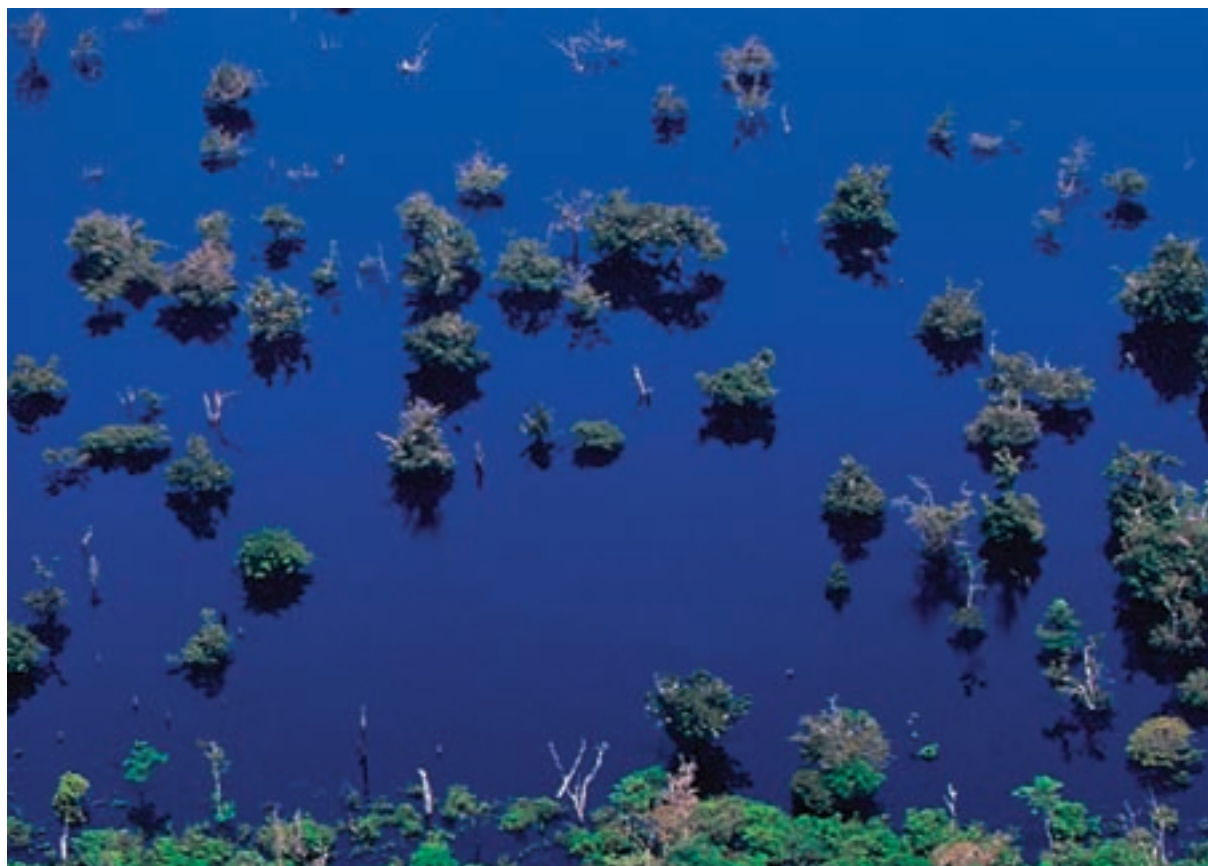
5.1 Das Premissas Básicas

Para a execução das atividades de fiscalização de forma integrada e participativa, algumas premissas básicas devem ser consideradas:

- As ações de fiscalização do uso dos recursos hídricos devem ser orientadas com base nos fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos instituídos pela Lei nº 9.433, de 1997, a fim de garantir os usos múltiplos e o adequado atendimento às necessidades e prioridades de uso dos recursos hídricos.
- A fiscalização deverá ser exercida em articulação entre a União e as Unidades da Federação, mediante a definição de requisitos de vazão mínima e de concentração máxima de poluentes na transição de corpos de água de domínio estadual para os de domínio federal, para compatibilizar os planos de recursos hídricos existentes com o Plano da Bacia.
- O dever de fiscalizar e aplicar penalidades é uma prerrogativa do poder público, devendo haver articulação entre os órgãos gestores para um trabalho

conjunto e cooperativo que poderá, no futuro, levar ao repasse de competência da Fiscalização do uso dos recursos hídricos de domínio da União, dos Estados e do Distrito Federal. Para tanto, estes deverão possuir estrutura administrativa compatível com o acréscimo das novas responsabilidades a serem recebidas, e que tal delegação seja feita mediante convênio em que estejam definidos quais os produtos esperados e as formas de atuação conjunta.

- A Fiscalização, de caráter preventivo ou corretivo, será realizada tendo como unidade de planejamento e atuação a bacia hidrográfica.
- A Fiscalização do uso dos recursos hídricos contará com o apoio do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.
- A ação fiscalizadora deve primar pela orientação dos agentes usuários sem, entretanto, impedir ou condicionar a imediata aplicação de penalidades, quando caracterizada a ocorrência de infrações.



Acervo TDA



Vale da Lua - Chapada dos Veadeiros - GO

Acervo ANA

5.2 Das Diretrizes Gerais

A Fiscalização é uma atividade típica do Estado, ou seja, deve ser exercida pelo Poder Público. Porém a coletividade pode e deve zelar por um meio ambiente equilibrado e, particularmente em relação aos recursos hídricos, deve denunciar as ações irregulares e lesivas, aos órgãos públicos competentes.

A seguir serão apresentadas as diretrizes gerais para a atividade de fiscalização dos usos de recursos hídricos no País:

- A atuação da Fiscalização deve considerar duas abordagens distintas:
 - Sistêmica, planejada por bacia hidrográfica, em uma visão global, observando as inter-relações entre usuários presentes, de forma a garantir os usos múltiplos na bacia. Este tipo de ação privilegia o caráter educativo e preventivo da Fiscalização.
 - Pontual, para atendimento a denúncias ou casos particulares de conflito.
- Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos é relativamente recente, e nela estão estabelecidas infrações e penalidades às normas de utilização de recursos hídricos, os órgãos gestores devem privilegiar a aplicação inicial de advertência como forma de informar o usuário de recursos hídricos da lei e de suas restrições. Sugere-se ainda, que na aplicação das penalidades, sejam adotados, minimamente, os instrumentos como: Advertência, Multa e Embargo;
- Ainda, em relação às penalidades, de modo a permitir tratamento igualitário entre os diferentes usuários da bacia, independentemente da dominialidade do corpo hídrico, sugere-se que os órgãos gestores pratiquem, para as multas, os valores mínimo e máximo definidos na Lei nº 9.433.
- Os órgãos gestores devem observar os parâmetros de qualidade de água estabelecidos nos normativos, de forma a garantir os usos múltiplos da água na bacia hidrográfica específica.



Produção:

tdacomunicação
an altran company



**Ministério do
Meio Ambiente**



ISBN 978-85-89629-28-7

